



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

ISABELA ANDRADE DE CASTRO

**ECONOMIA GLOBAL E VIVÊNCIA LOCAL NA AMAZÔNIA:
mineração e campesinato em São Pedro, município de Juruti - PA**

Belém - PA
2013

ISABELA ANDRADE DE CASTRO

**ECONOMIA GLOBAL E VIVÊNCIA LOCAL NA AMAZÔNIA:
mineração e campesinato em São Pedro, município de Juruti - PA**

Dissertação de mestrado em Geografia para a
obtenção do título de mestre em Geografia
pela Universidade Federal do Pará, Programa
de Pós Graduação em Geografia (PPGEO).

Orientador: João Santos Nahum

Belém - PA
2013

ISABELA ANDRADE DE CASTRO

**ECONOMIA GLOBAL E VIVÊNCIA LOCAL NA AMAZÔNIA:
mineração e campesinato em São Pedro, município de Juruti - PA**

Dissertação de mestrado em Geografia para a obtenção do título de mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará, Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGEO).

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. João Santos Nahum (PPGEO)

Examinador externo: Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva (UNIR)

Examinador interno: Prof. Dr.

Conceito: _____

Belém, ____ de _____ de 2013

À memória de minha prima e irmã Aline Cristina que muito acreditou e me incentivou a fazer mestrado, mas não pôde ver se consolidar este sonho, pois partiu para junto de Deus assim que me inscrevi para seleção.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meus pais, Francisco e Terezinha, pelo carinho e pela paciência dedicada a mim em todos os momentos. Entendendo meus dias e dias em meu quarto a estudar, a ausência em vários momentos.

Ao meu namorado Carlos Alberto, pelo entusiasmo com que me contagia a correr ainda mais atrás de meus sonhos, por me incentivar e apoiar mesmo nos momentos mais conturbados da formação acadêmica. Acompanhando em trabalho de campo, lendo minha dissertação nos poucos momentos juntos. Sua amizade e carinho me fazem uma pessoa sempre melhor.

À minha família em geral, por ser representação da mais bela obra de Deus no mundo.

Aos meus amigos que fazem a vida mais leve e alegre. Em especial, Greyce e Thiago, que me ajudaram muito no acompanhamento de trabalho de campo; Danusa e Luzivan, com os quais muito partilhei as agonias e desafios do mestrado, por vivermos a mesma experiência.

Ao meu orientador que me ajudou no decorrer da elaboração de toda esta dissertação, respeitando a necessidade de adequação de meu tempo ao trabalho.

Enfim, agradeço a Deus pela presença de todos os que passaram e pelos que permanecem em minha vida, fazendo-me crescer e amar cada dia mais.

Tu não podes descer duas vezes no mesmo rio, porque novas águas correm sobre ti.

Heráclito de Éfeso

RESUMO

Nesta dissertação apresentamos uma pesquisa sobre as interferências sofridas pela comunidade São Pedro, em Juruti, oeste do estado do Pará, desde o início da instalação da atividade mineral no município. No início do século XXI, a instalação do projeto Juruti, pela ALCOA, desencadeou uma série de transformações locais e regionais que associaram o lugar a economia global da mineração. Nossa análise enfoca o espaço rural, sobretudo os processos vivenciados pela comunidade São Pedro, que recebeu, desde o processo de licenciamento da mineração, projetos voltados para o desenvolvimento rural, como por exemplo o projeto Pajiroba, o projeto de criação de galinhas financiado pelo FUNBIO e o projeto agroextrativista da EMATER. Destacamos a forma de implantação destes projetos para analisar como são concebidas as políticas de desenvolvimento para o meio rural no Brasil, que sempre entende o campesinato como sinônimo de atraso, vivendo num espaço a ser desenvolvido por meio de investimentos em projetos agrícolas. Estratégia esta que, segundo nossa pesquisa, desconsidera a especificidade do campesinato na Amazônia, tendendo por isso a limitações que vão além da atividade agrícola, pois confrontam um complexo modo de vida que se tem diversificado para continuar a existir.

Palavras – chave:

Campesinato, mineração, agricultura e desenvolvimento.

ABSTRACT

In this thesis we present a survey of the interference suffered by the community São Pedro in Juruti, west of Pará state, since the beginning of the installation of the mining activity in the town. At the beginning of the 21st. century installing Juruti project by ALCOA, triggered a series of local and regional transformations that linked the rise to global mining economy. Our analysis focuses on rural areas, especially the processes experienced by the community São Pedro, who received from the licensing of mining projects for rural development, for example Pajiroba the project, the project of raising chickens and FUNBIO funded the extraction 's project EMATER. Featuring the form of implementation of these projects are designed to analyze how development policies for rural areas in Brazil, which has always meant the peasantry as a synonym for delay, a living space to be developed through investments in agricultural projects. This strategy which, according to our research, ignores the specificity of the peasantry in the Amazon, thus tending to limitations that go beyond agriculture, because confronting a complex way of life that has diversified to continue to exist.

Keywords: peasantry, mining, agriculture and development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01: Localização do município de Juruti	14
Mapa 02: Localização dos principais municípios mineradores do Estado do Pará.....	16
Mapa 03: localização do assentamento Socó I	61
Carta imagem 01: Localização da comunidade São Pedro – Juruti / PA.....	55
Foto 01: Visão da chegada à comunidade São Pedro	53
Foto 02: Visão da escola e igreja na comunidade	54
Foto 03: Ferrovia que corta área de plantio na comunidade	86
Foto 04: Casa de farinha do projeto Pajiroba na comunidade São Pedro.....	105
Foto 05: Galinheiro construído no Projeto Pajiroba.....	105
Foto 06: Aviário construído com o investimento do FUNBIO.....	110
Foto 07: UD implantada pela EMATER em São Pedro.....	113
Foto 08: Consorcio de plantio de curauá (à frente) e banana.....	114
Gráfico 1: Produção de mandioca (em toneladas) em Juruti de 2000 a 2009.....	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACORJUVE: Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho
AIA: Avaliação de Impactos Ambientais
APA: Área de Proteção Ambiental
APRAS: Associação dos Produtores Rurais do Assentamento SOCÓ I
ATES: Assessoria Técnica Social e Ambiental
BID: Banco Internacional de Desenvolvimento
BIRD: Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
CEFT-BAM: Centro de Estudos e Formação do Trabalhador do Baixo Amazonas
CNEC: Consórcio Nacional de Engenharia e Construção
CONAMA: Conselho Nacional de Meio Ambiente
CPT: Comissão Pastoral da Terra
DIT: Divisão Internacional do Trabalho
DNPM: Departamento Nacional de Produção Mineral
EIA: Estudo de Impactos Ambientais
EMATER: Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FGV: Fundação Getúlio Vargas
FUNBIO: Fundo Brasileiro pela Biodiversidade
FUNJUS: Fundo Juruti Sustentável
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE: Instituto Cidadania Empresarial
ICOMI: Indústria e Comércio de Minérios
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERPA: Instituto de Terras do Pará
MAPA: Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MST: Movimento dos Sem Terra
NAEA: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
ONG: Organização Não Governamental
PAE: Projeto Agroextrativista
PCA: Plano de Controle Ambiental
PGC: Programa Grande Carajás
PIB: Produto Interno Bruto
PIN: Plano de Integração Nacional
PNUMA: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RIMA: Relatório de Impactos Ambientais
SAF: Sistema Agro Florestal
UD: Unidade Demonstrativa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NA AMAZÔNIA: A CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPESINATO EM JURUTI	26
1.1- A FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NA AMAZÔNIA	27
1.2 – OS CAMPONESES NA AMAZÔNIA: UMA APROXIMAÇÃO CONCEITUAL	38
1.3 - CAMPONESES E COMUNIDADE EM JURUTI	52
SÍNTESE CONCLUSIVA DO CAPÍTULO	66
CAPÍTULO II – UM LUGAR DISTANTE OU UM ESPAÇO INTEGRADO? A MINERAÇÃO COMO INTERMEDIÇÃO GLOBAL – LOCAL	68
2.1 – ECONOMIA E ESPAÇO: UM DIÁLOGO ENTRE A MINERAÇÃO E O LOCAL	70
2.2 – O LICENCIAMENTO E A INTERVENÇÃO SOCIAL: APROXIMAÇÃO GLOBAL – LOCAL	81
2.2.1 – O licenciamento do Projeto Juruti e a comunidade São Pedro	84
2.3 – CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO	88
2.3.1 - O desenvolvimento rural: uma busca para quem?	90
SÍNTESE CONCLUSIVA DO CAPÍTULO	96
CAPÍTULO III – A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO: A REALIDADE EM PROJETOS	98
3.1 – PROJETOS E PRÁTICAS SOCIOECONÔMICAS	98
3.1.1 – Projeto Pajiroba	100
3.1.2 – Projeto de criação de galinhas	108
3.1.3 – Projeto Agroextrativista - EMATER	111
3.3 – OS ALCANCES E LIMITES DAS AÇÕES	116
SÍNTESE CONCLUSIVA DO CAPÍTULO	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	134

INTRODUÇÃO

Analisar a complexidade da formação do espaço amazônico é um exercício que exige a observação atenta e cuidadosa das particularidades, bem como o entendimento das complexas diversidades locais envolvidas. Muitos são os processos que modelam e dão significado às espacialidades ali construídas. Estes vão desde as migrações para ocupação de espaços ditos “vazios”, às novas estratégias criadas com o discurso do “desenvolvimento” regional, o que promove o aparecimento de várias atividades, como as industriais e as referentes aos serviços de apoio a estes serviços; bem como o desaparecimento de outras, principalmente as que se relacionam às populações locais. Vale apontar ainda os processos de transformação pelos quais passam algumas atividades, como a agricultura de cunho familiar e as pequenas criações de animais, resultado direto da tentativa de continuarem, agora, coexistindo com as novas.

Em função dessas diferentes formas de relação precisamos compreender o acontecer socioespacial, levando em consideração os processos econômicos globais e as práticas sociais locais de forma ampla e em toda sua complexidade, na tentativa de relacioná-los e não de contrapô-los, haja vista que, ambos compõem a totalidade do espaço analisado. Neste sentido, fazemos uma análise do espaço agrário no município de Juruti, levando em consideração as especificidades e as condições atuais da atividade camponesa na comunidade São Pedro. Apesar de abordarmos uma realidade agrária específica, faz-se necessário compreendermos os processos econômicos gerais atuantes no município de Juruti, uma vez que este passa a se inserir no mapa de extração mineral do Pará, por apresentar uma das maiores reservas de bauxita do mundo.

Sabemos que a mineração é uma atividade econômica diretamente relacionada à reprodução do capital em nível internacional. Nos lugares onde se estabelece, interfere na forma de organização da sociedade local, seja pela expropriação de áreas para estabelecimento de estruturas produtivas, seja no incentivo ou intensificação de fluxos migratórios, com a finalidade de obter mão-de-obra ou ainda na transformação da base de trabalho local.

Neste segundo ponto, está o foco da pesquisa que realizamos, uma vez que a implantação da Aluminium Company of America (ALCOA) em Juruti alterou fundamentalmente a estrutura de trabalho local, sobretudo, como veremos ao longo da

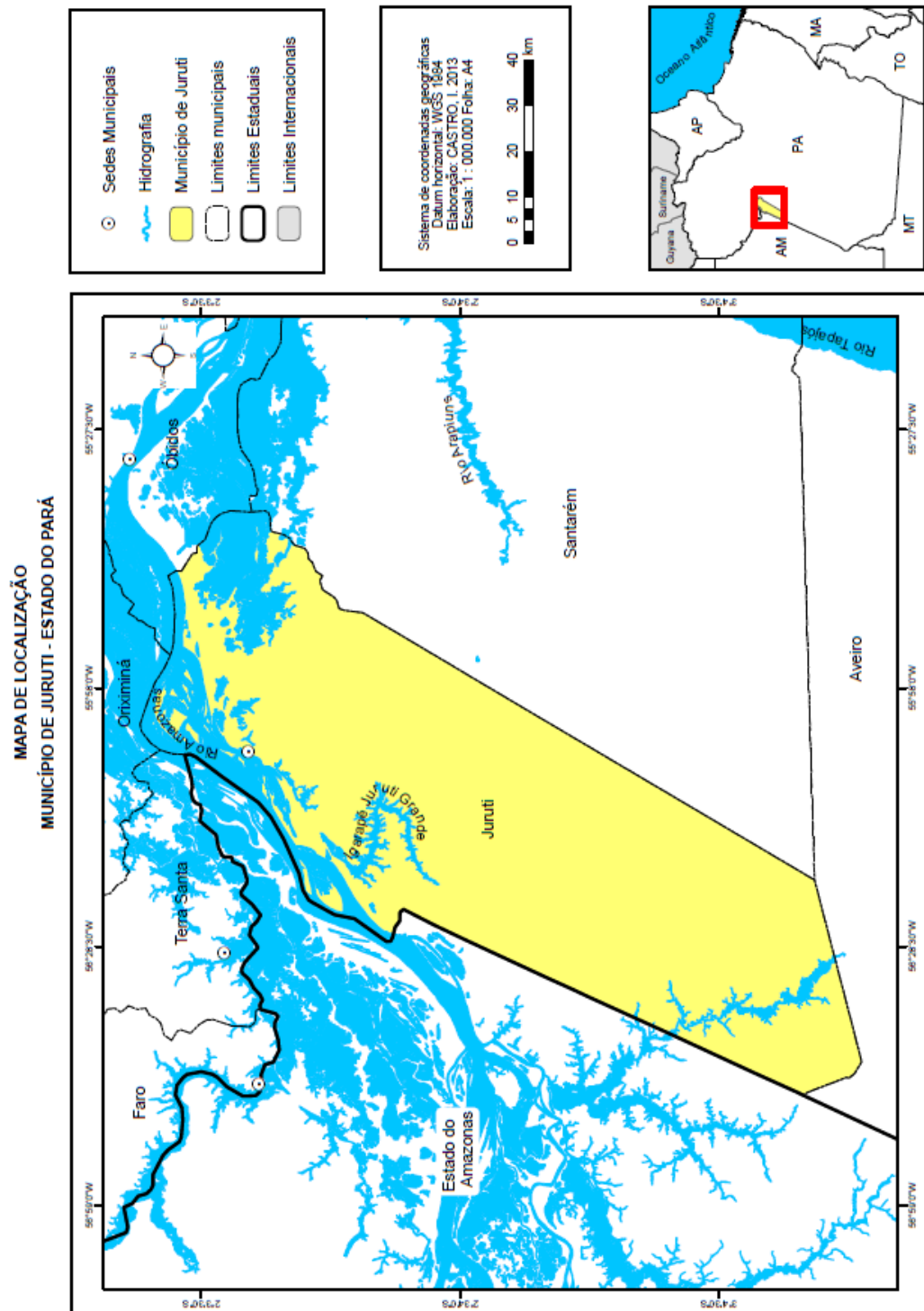
dissertação, quando comunidades passam a sofrer interferências diretas na sua forma tradicional de organização socioespacial. Diante da nova realidade, os membros destas comunidades passam a ter apenas duas possibilidades de atuação social: (1) abandonam a atividade agrícola definitivamente, para serem assimilados como mão-de-obra de baixa qualificação na mineradora, onde passam a atuar como força de trabalho barata, ou (2) inserem-se na “nova” forma de organização e vivência dentro da atividade agrícola local planejada nos contornos da lógica dos projetos de compensação de impactos sócio-ambientais desenvolvidos pela mineradora. É sobre este último processo que centramos nossa pesquisa, posto que nos fez identificar outras formas de relação entre mineradoras e sociedade local que merecem aqui atenção, que são trazidas pelos programas sociais voltados para a diminuição de impactos ou até mesmo por novas formas de intervenção governamental que surgem em função do “novo” destaque dado a um determinado espaço, tornando-o mais visível nacionalmente.

No que se refere aos projetos de mitigação dos impactos socioambientais exigidos pela legislação nacional, elaborados e implantados pelos empreendimentos com a finalidade de viabilizar a melhoria das condições de concretização das atividades socioeconômicas locais, percebemos que, em muitas situações, parecem ser essas intervenções as primeiras a contribuir na tentativa de organizar as atividades econômicas e incentivar o desenvolvimento local. Neste caso, muitas vezes, como apontaremos ao longo da dissertação, o papel desses programas de compensação são confundidos, pela população local, com políticas públicas de assistência social, uma vez que o Estado se mantém distante das questões socioeconômicas locais até o momento da chegada do grande empreendimento.

O fato apontado acima é presente em Juruti, onde várias comunidades, que têm como base de subsistência a atividade agrícola, nunca receberam o acompanhamento técnico de nenhum órgão público e passam a contar com a chegada da ALCOA e com a aplicação dos projetos de melhoramento agrícola e desenvolvimento social por ela implementados. A comunidade São Pedro, foco principal de nossa análise, exemplifica de modo claro esse processo, uma vez que é apenas a partir do ano de 2010 que a intervenção do poder público no local com apoio técnico passa a ser observada. Antes desta data, os únicos projetos agrícolas desenvolvidos na comunidade foram efetivados por medidas compensatórias da mineradora.

As ações voltadas para comunidades que sofrem impactos dos projetos de mineração fazem com que grupos que antes eram praticamente “invisíveis” por suas atividades restritas a

uma escala local, passem a ser alvo de novos olhares e estratégias de intervenção. Esta é a situação da comunidade São Pedro, que pesquisamos no município de Juruti, localizado no mapa 01.



Mapa 01 – Localização do município de Juruti

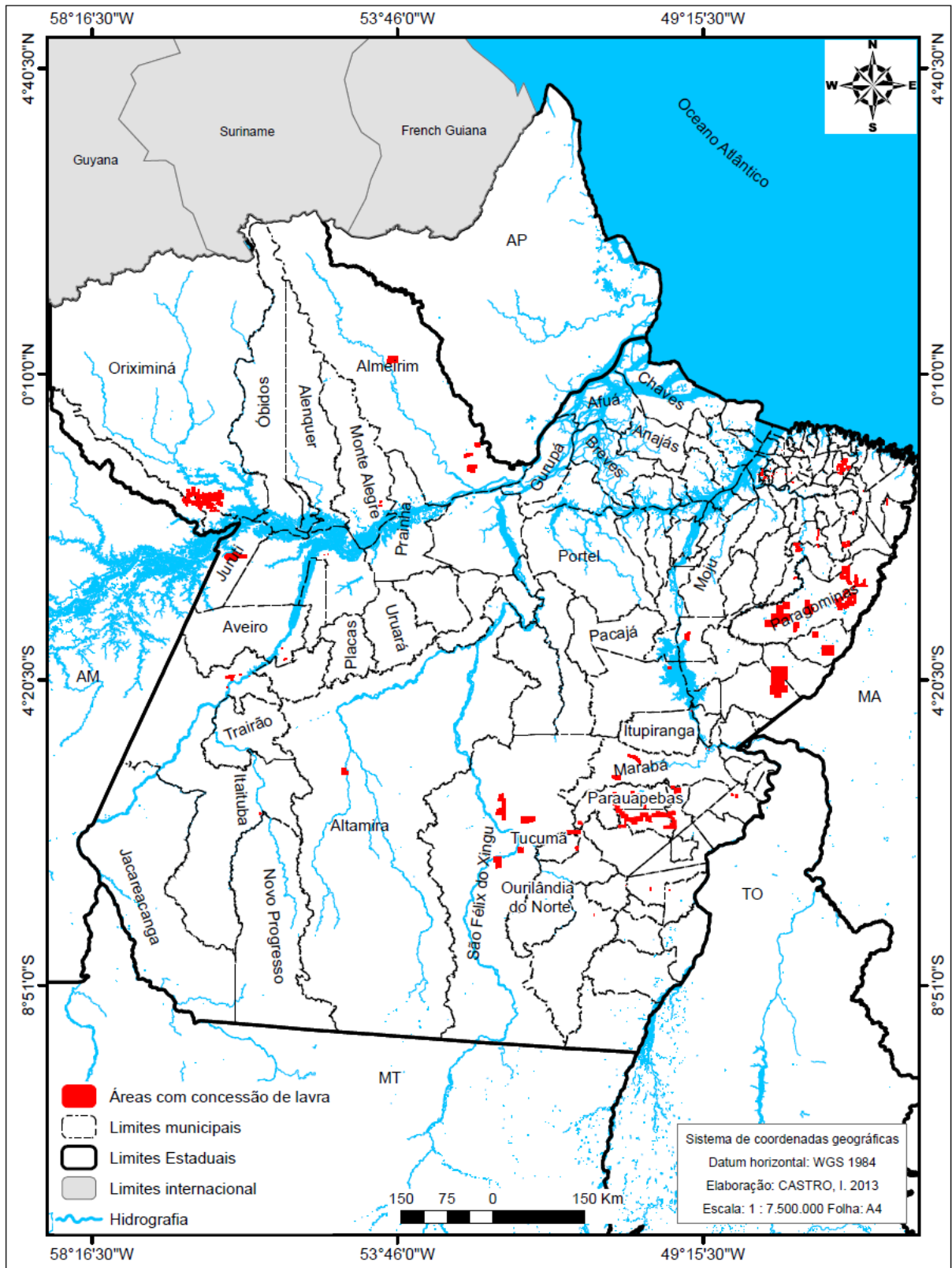
Conforme visualizado, o município de Juruti localiza-se no extremo oeste do estado do Pará, nas margens do rio Amazonas, sendo um dos mais recentes territórios de extração mineral do país. É um município que passa por um período de grandes transformações, principalmente nesta primeira década do século XXI (mais intensamente desde 2004), com o processo de implantação do Projeto Mina Juruti, para extração de bauxita, de domínio da empresa canadense Aluminium Company of America (ALCOA).

O estado do Pará, no último meio século, tem recebido fortes investimentos para o desenvolvimento da atividade mineradora em seu território, como o caso do Projeto Ferro Carajás (Parauapebas); Mineração Onça Puma (MOP) em Ourilândia do Norte e Tucumã; Albrás e Alunorte em Barcarena; Mineração Rio do Norte (MRN) em Oriximiná; Projeto Mina Juruti em Juruti; e mais recentemente, ainda em implementação a Aços Laminados do Pará (ALPA) em Marabá. A localização de tais municípios pode ser verificada no mapa 02.

Para dar suporte a estas atividades, constroem-se hidrelétricas, estradas, pavimentação de rodovias já existentes, enfim, uma nova configuração territorial, marcada por novos objetos geográficos de infraestrutura com a finalidade de viabilizar a atividade mineral na região. As supracitadas experiências da mineração em diferentes regiões do estado do Pará configuram-se como importantes instrumentos para compreendermos que essa atividade altera de forma profunda, seja direta ou indiretamente, o espaço no qual se insere.

As transformações que acontecem no Pará afetam de diferentes maneiras o espaço desde as interferências e significações relacionadas a processos econômicos globais até as práticas cotidianas nos lugares, como exemplo a realização das atividades agrícolas, que podem desaparecer ou se modificar para coexistir com a “nova economia”. Este último ponto também exemplifica a materialização das relações entre processos globais e locais. Nos municípios, as mudanças acontecem, não só nas áreas encontradas às margens do empreendimento (diretamente afetadas), como também nas áreas mais afastadas (indiretamente afetadas).

PRINCIPAIS MUNICÍPIOS MINERADORES DO ESTADO DO PARÁ



Mapa 02: Localização dos principais municípios mineradores do Estado do Pará

Essas formas de relação socioeconômica e as transformações que delas resultam alimentam importantes estudos dentro da discussão geográfica. No estado do Pará, a atenção maior tem sido dada à região sudeste, por ser esta uma das regiões do estado onde a atividade mineradora é desenvolvida de forma mais intensa, com profundas alterações no arranjo socioespacial local. Contudo, em relação à instalação da mineração no Oeste do Pará, as pesquisas têm sido desenvolvidas, via de regra, sobre realização da atividade mineradora em Oriximiná, em função da ação da Mineração Rio do Norte. Neste sentido, temos o trabalho de Wanderley (2008) que, além de apresentar uma análise geral do processo de implantação de grandes projetos minerais na Amazônia, faz uma análise comparativa da situação encontrada em Oriximiná e em Juruti (sendo este ainda um processo inicial na época). Apesar de ater sua abordagem nos movimentos sociais organizados como grupos quilombola e a associação de moradores de Juruti Velho, no município de Juruti, esta dissertação nos apresenta uma perspectiva interessante de compreensão da relação estabelecida entre a atividade mineradora e as populações com as quais entra em contato, bem como oferece uma contextualização geral da atividade na região.

Ainda abordando assuntos que se referem à realidade de grandes projetos na Amazônia temos trabalhos mais pontuais, como o de Araújo e Belo (2009), que também estudam a implementação de grandes projetos na Amazônia, desde a Indústria e Comércio de Minérios (ICOMI) no Amapá, para destacar a relação que estas empresas estabelecem com as comunidades tradicionais. Neste sentido, temos uma série de trabalhos orientados ou escritos pela professora Maria Célia Nunes Coelho, da Universidade Federal Fluminense, que pesquisa a mineração na Amazônia há várias décadas, bem como Maurílio Monteiro do Núcleo de Estudos Amazônicos (NAEA), que tem vários trabalhos publicados com a primeira pesquisadora, Coelho e Monteiro (2003, 2007), Monteiro (2005). Esses estudos nos levam a compreender a situação de Juruti de uma forma integrada à política de desenvolvimento regional voltada para a região Amazônica.

A intensa transformação socioespacial em Juruti durante a última década desperta o interesse científico e institucional pela realidade local. Institucionalmente temos dois grandes trabalhos elaborados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) que apresentam dados quantitativos e qualitativos sobre Juruti: Juruti Sustentável (GVces, 2008) e Indicadores de Juruti (FGV, 2009). Apesar destes trabalhos, ainda são tímidas as publicações, principalmente por causa da atualidade dos processos. Hoje várias pesquisas vêm sendo realizadas na região

como trabalhos de mestrado e doutorado, mas são ainda pesquisas em andamento como a nossa.

No escopo do processo de licenciamento de uma atividade mineradora há alguns projetos voltados para os impactos socioespaciais (crescimento populacional, aumento da demanda por serviços de saúde, educação, moradia, alimentação, lazer, dentre outros) na tentativa de minimizar impactos e garantir a melhoria da situação vigente. Na área de interesse aqui estudada, o espaço rural em Juruti, buscamos entender as transformações socioespaciais que ocorrem em função destes projetos de mitigação de impactos, mais detalhadamente por meio da comunidade São Pedro, que está localizada às margens da PA 257 (rodovia que permite o acesso entre a sede municipal e a área da mina de bauxita da ALCOA) a 11 km da sede municipal e a 30 km da mina.

A área da citada comunidade é cortada pela estrada de ferro da empresa, que dividiu as áreas de plantio de muitas famílias. Por causa da interferência direta, São Pedro está elencada entre um dos espaços diretamente afetados pela mineração. Tal fato implicou na exigência por parte da legislação, de projetos de compensação social e ambiental, que viessem a fortalecer as atividades econômicas pré-existentes à chegada do empreendimento. Neste sentido, foi implementado o projeto que levou a comunidade São Pedro a vivenciar uma nova fase de atividades socioeconômicas com a inserção de projetos orientados, que serão detalhados no terceiro capítulo desta dissertação.

São Pedro é uma das nove comunidades que compõem o Assentamento Socó I, criado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no ano de 1999. A comunidade surgiu da aglomeração de famílias envolvidas com atividades agrícolas que buscavam melhorias nas condições de vida e trabalho, quais sejam, a criação de escola, igreja etc. A prática produtiva local era e, em grande parte, ainda é pautada no uso de técnicas produtivas tradicionais, com uso do sistema de cultivo de corte – queima. Neste as tarefas agrícolas são desenvolvidas de forma sincronizada com o calendário de chuvas, sendo que a limpeza da área (queima) é realizada em momento exato para fertilizar a terra e favorecer o plantio da safra seguinte (FREITAS, 2000). Em função das formas de organização de trabalho e vivência, bem como das características de São Pedro, é possível analisá-la enquanto uma comunidade camponesa, por apresentar forma de organização e produção (processos sociais) melhor explicadas com esta categoria.

Apesar de ser parte de um assentamento criado pelo INCRA, a comunidade São Pedro já existia enquanto grupo social bem antes de seu reconhecimento enquanto assentamento. Desta forma não são novos agricultores que migraram para a região, mas sim antigos agricultores estabelecidos de longa data no local e que dão início ao processo de titulação (regularização) de suas terras. As terras que historicamente pertenciam ao INCRA na região, já eram apropriadas há muitas décadas por agricultores que migraram pela própria localidade.

Entendemos a situação local dentro da perspectiva do campesinato, por ser este conceito envolto de uma complexidade que vai além de uma relação econômica, por alcançar formas de organização produtiva e prática histórica – cultural. Neste sentido, temos uma importante linha de discussão, com trabalhos que analisam a realidade agrária no Brasil. Oliveira (2001) nos explica que alguns pontos caracterizam a produção camponesa, sendo destacados: o uso da força de trabalho familiar; a propriedade familiar da terra, que não objetiva a exploração do trabalho alheio; a posse dos instrumentos de trabalho, que pertence ao próprio trabalhador; a jornada de trabalho flexível comandada pelo próprio grupo de trabalho, dependendo de condições climáticas, safras produtivas, etc. Nesta mesma linha temos o trabalho de Sabourin (2009), que, ao analisar a realidade nordestina, estabelece uma ampla discussão sobre as características e peculiaridades do campesinato no Brasil. Merece destaque o fato de este autor que, ao iniciar seu trabalho, estava condicionado a discutir a não existência do campesinato no Brasil; todavia, ao entrar em contato com a prática agrícola nordestina, chama a atenção para a complexidade desta análise, com a adequação conceitual e sensibilidade para a percepção e exame criterioso dos modos de vida local.

Discutindo também a pertinência do conceito de camponês para a análise da situação agrária brasileira, temos o trabalho de Bombardi (2003) que, apesar de ter como horizonte de pesquisa a dinâmica paulista, contribui para o aprimoramento do uso conceitual de camponês, atentando para as transformações e realidade deste grupo social historicamente “marginalizado”. A autora fala da diversidade existente no interior do grupo e aborda desde a questão da resistência na luta pela terra no processo de ocupação de áreas de fronteira, até a questão do campesinato, enquanto um grupo de atores sociais com organização e práticas sociais próprias. Sobre essa “nova” forma de ser da categoria social camponesa, temos o trabalho de Campos (2006) que discute a forma de organização deste grupo na atualidade, destacando suas estratégias de fortalecimento. Ao especificar a abordagem sobre o

campesinato na Amazônia, temos o trabalho de Hébette (2004) que pesquisa há várias décadas a atuação destes atores sociais na região

Esses e outros autores que estudam a situação camponesa no Brasil nos apresentam a complexidade de tal discussão, bem como nos levam a perceber a realidade enquanto um processo que para ser analisado implica nosso entendimento sobre a formação conceitual, enquanto um exercício acadêmico de transformação e adequação de conceitos, que são utilizados para academicamente se explicar a realidade e não para enquadrá-la.

Ao pesquisarmos as dinâmicas do espaço agrário em Juruti, destacamos os processos que atualmente influenciam a transformação social no meio rural e que incidem na alteração do modo de viver camponês, ou ao menos, pretendem modificar rápida e diretamente a realidade social que aí se estabelece. Dentro deste contexto, a partir do ano de 2006, a comunidade São Pedro passou a receber a ação de alguns projetos voltados para o desenvolvimento agrário.

O primeiro deles foi uma das vertentes do Projeto Pajiroba, desenvolvido pelo Instituto Cidadania Empresarial (ICE), organização não governamental (ONG) contratada pela ALCOA para atuar junto a projetos sociais para a diminuição dos impactos socioambientais resultados da implantação da atividade mineradora. Este tipo de projeto configura-se como uma das condicionantes do processo de licenciamento da empresa. O segundo projeto que consideramos em foco é o criado pela própria comunidade, baseado na criação de galinhas, esse projeto recebe apoio e financiamento do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). O terceiro e último projeto, iniciado em 2011, por meio das Unidades Demonstrativas (UDs), é um tipo de Sistema agro-florestal (SAF), segundo o qual se tenta incentivar o plantio associado de curuá, cumaru e banana. Por ser muito recente, acompanhamos apenas parte da implementação deste último projeto.

As transformações socioespaciais incentivadas e vislumbradas durante a vigência destes três projetos nos possibilitam a análise de importantes elementos ligados às estratégias utilizadas em busca do desenvolvimento local. Tais processos constituem nosso objeto de estudo, intervenções que levaram a comunidade São Pedro a transformar, ainda que momentaneamente, as forma de realizar suas atividades, seja por meio do Projeto Pajiroba, seja por meio do financiamento do FUNBIO para a criação de galinhas. Esses projetos objetivavam não apenas promover transformações na prática, mas sim transformar toda uma lógica produtiva pré-existente. Analisamos de forma mais detalhada a situação atual da

comunidade São Pedro em Juruti, mas destacamos, que o processo que lá ocorre aparece de forma mais ou menos acentuada em várias comunidades do município de Juruti, que hoje vivem o mesmo processo de transformação.

Como uma forma de analisar a dinâmica agrícola dos pequenos produtores de Juruti, orientamos nossa pesquisa sobre o seguinte questionamento: como os projetos de estímulo à agricultura e avicultura, impulsionados desde o processo de licenciamento da atividade mineradora da ALCOA em Juruti, interferem no desenvolvimento do campesinato em São Pedro / Juruti - PA?

Assim objetivamos analisar as transformações ocorridas na atividade agrícola e organização espacial camponesa na comunidade São Pedro em Juruti-PA, a partir da mudança da dinâmica econômica do município ao receber projetos de mineração de grande porte.

Para tanto, alguns detalhamentos se fazem necessários como: fazer um breve levantamento de como se desenvolvia a comunidade São Pedro antes do início do processo de licenciamento da Alcoa no município, tais informações foram obtidas por meio de entrevistas estruturadas com alguns representantes da comunidade.

Para posteriormente analisar de que maneira a instalação da atividade mineradora em Juruti influenciou na atividade e organização socioeconômica e espacial da comunidade, seja diretamente por projetos próprios ou por estimular demais ações. Com os dois primeiros pontos, poderemos discutir sobre a efetividade das transformações estimuladas ou não desde 2006 e seus resultados na vivência local.

Partimos da hipótese estruturadora de que os projetos de estímulo ao desenvolvimento agrícola implementados na comunidade São Pedro não alcançaram seus objetivos principais, de efetivamente transformar a matriz produtiva local, adequando-a à agricultura familiar (enquanto pequena empresa), por desconsiderar a prática agrícola pré-existente, enquanto uma prática enraizada em um modo de vida camponês. A visão estabelecida dentro dos citados projetos está focada no que é entendido como atraso, situação na qual a comunidade está imersa. Desse modo, vê a prática agrícola local como entrave ao desenvolvimento, desconsidera sua complexidade, enquanto condição social historicamente criada, enquanto prática cultural aprendida e realizada por várias gerações. Dito isto, orientamos nossa reflexão para o fato de que uma prática social como a atividade agrícola, desenvolvida por comunidades locais e construída historicamente, não se transforma em um pequeno período de tempo, como pretendem tais projetos de curta duração. Assim, a

relativamente rápida intervenção não gera impulsos suficientes para a transformação da realidade local, por se deparar com características e dificuldades particulares que são desconsideradas na elaboração dos projetos.

Para dar conta de nossa pesquisa, realizamos revisão bibliográfica a fim de levantar discussões sobre a formação camponesa na Amazônia, para compreender a complexa discussão sobre a formação do espaço rural na região. Abordar o desenvolvimento agrícola, apesar de não ser nosso foco fazer uma discussão teórica, faz-se necessário para contemplar os processos em pauta. Desta forma, teremos contribuições teóricas necessárias para o embasamento da análise da realidade percebida em campo. Atendendo às singularidades do local pesquisado, em vários momentos fazemos considerações sobre processos espaciais que ocorrem em outros locais no estado do Pará. Com isso objetivamos a compreensão da complexidade que envolve a discussão sobre espaço rural amazônico.

Abordagens teóricas como a de Santos (2008) e Barrios (1986), apesar de não escrevermos nenhum item específico para a discussão da categoria espaço, permeiam todo o trabalho, por termos claro em nossa análise que é no espaço que se percebem as singularidades e continuidades dos processos sociais. Entendemos que a relação sociedade/espaço tem duas funções básicas essenciais. Na primeira, o espaço é concebido como fornecedor de recursos naturais, para fomentar a atividade humana; e, na segunda, serve de suporte a estas atividades. Massey (2008) explica que o espaço está em constante construção, por ser produto de inter-relações que se refazem a todos os momentos. Assim, entendemos que as transformações espaciais em Juruti considerando os processos econômicos globais e as ações localmente realizadas, objetivam o desenvolvimento agrícola local, como tentativa de minimizar os impactos negativos advindos da relação global – local.

Dentro das discussões que se voltam para o desenvolvimento, atentamos para trabalhos que se voltam para esse tema no campo, uma vez que discutir sobre desenvolvimento em si é um trabalho de grande amplitude, fato que nos levaria ao distanciamento de nosso foco principal de análise. Dentro da própria perspectiva do desenvolvimento agrário, nossas referências fazem reflexões sobre o desenvolvimento, levando em consideração sua discussão geral, mas contribuem mais diretamente para a realidade rural. Assim, temos os trabalhos de Gomez (2006), Ortega (2007), Navarro (2001), Saquet e Santos (2010), entre outros, que nos levam a pensar o desenvolvimento enquanto prática de controle social, contribuindo com nossa análise por apresentar-nos um amplo histórico de estratégias de desenvolvimento e suas

transformações espaço-temporais. Os autores reúnem em suas obras diversas discussões sobre desenvolvimento agrário, com suas relativizações, quando se aborda a prática no meio agrário, apresentando as situações conflituosas que aparecem em função das políticas de desenvolvimento.

Para a análise da realidade a que nos propomos, por ser um processo relativamente recente, há dificuldades na obtenção de informações em órgãos oficiais. Desse modo, a maior parte das informações foi obtida por levantamento primário, por meio de realização de entrevistas. Fizemos um levantamento detalhado da realidade local, na qual está inserida a comunidade São Pedro por meio de entrevistas e aplicação de formulário com todas as famílias que moram no local. Informações como: local de origem da família, ocupação dos integrantes da família, forma de aquisição da terra, titulação da terra, pertencimento a associações, participação em projetos de desenvolvimento, produtos e quantidades cultivadas e comercializadas, existência de acompanhamento técnico, tipo de mão de obra utilizada (familiar ou empregados).

Essas informações nos permitiram ter um panorama do espaço rural local. Questões como: como era a comunidade e o que mudou com a chegada da mineradora, também foram realizadas com a maior parte das famílias. Essa busca por informações junto aos atores sociais diretamente impactados pela mineradora e envolvidos nas atividades da comunidade, permitiu-nos compreender os processos a partir da percepção dos camponeses.

Nas conversas para preenchimento de formulários e entrevistas realizadas, destacamos que na maioria dos casos não foi permitida a gravação dos diálogos, por receio dos entrevistados, que se sentiam bem mais dispostos a contribuir sem tal procedimento. Por isso, não apresentamos citações diretas das entrevistas com moradores da comunidade, mas apenas relatamos informações por ele fornecidas.

Realizamos entrevista com o representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), órgão oficial de assistência técnica e extensão rural do estado, em Juruti, para obtermos informações sobre as Unidades Demonstrativas (UDs), que são áreas de plantio experimental, direcionada pelos técnicos da EMATER, uma vez que este tipo de intervenção vem sendo feita na comunidade São Pedro. Entrevistamos a liderança da Associação dos Produtores Rurais Assentados do Socó I (APRAS) para situarmos a comunidade foco de nossa análise dentro do assentamento do INCRA.

Destacamos que a realização da coleta dessas informações foi fundamental, pois em sua grande parte, os resultados dos projetos são pouco documentados. As informações levantadas com o uso de formulários serviram para conhecimento geral da dinâmica produtiva na comunidade, enquanto as entrevistas semiestruturadas realizadas após os formulários permitiram conhecer as demandas da comunidade para o alcance do desenvolvimento pautado na atividade agrícola.

A consulta a relatórios de atividades do Instituto de Cidadania Empresarial - ICE (2005; 2007; 2008) serviu para analisarmos a atuação da instituição no município, por meio do Projeto Pajiroba, uma vez que este foi o maior projeto desenvolvido em São Pedro.

A presente pesquisa está situada temporalmente entre os anos de 2000 a 2011, em função de ser o ano de 2000 o início das transformações econômicas de maior intensidade no município e o ano de 2011 o último momento de acompanhamento que tivemos, até a produção deste trabalho. Com este recorte podemos discutir as transformações, diretas e indiretas, que a atividade mineradora provocou e ainda provoca sobre prática de atividades no espaço rural.

Levando em consideração o exposto, estruturamos nosso trabalho de forma a construir uma base teórica adequada à análise da realidade que estudamos, por isso discutimos o conceito de campesinato, de forma a situar o leitor em nossa pesquisa. Ao usarmos outros conceitos, como espaço, desenvolvimento, comunidade, fizemos breves considerações para evidenciar de que forma os estamos considerando.

É importante destacarmos que não estruturamos nosso trabalho como classicamente se vê, em duas partes, uma teórica e outra empírica. No decorrer de todos os capítulos apresentamos discussões conceituais e já fazemos a análise da realidade pesquisada. Assim, ao falarmos sobre os camponeses, apresentamos paulatinamente os atores sociais que compreendemos enquanto camponeses em Juruti. Quando discutimos sobre comunidade, já apresentamos os dados da comunidade São Pedro. Por tal escolha estrutural, não será encontrado uma sequência longa de discussões teóricas ou apresentação de dados empíricos, mas sim um constante diálogo entre teoria e prática.

No primeiro capítulo, cujo título é “Formação do campesinato na Amazônia: a contextualização do campesinato em Juruti”, apresentamos a formação do campesinato na Amazônia, revelando as dinâmicas territoriais que presidem, sustentam e estruturam a construção do campesinato caboclo. Desta forma, pretendemos garantir a compreensão e

adequação deste conceito ao objetivo geral da dissertação; para isso, adentramos rapidamente ao conceito de camponês, para objetivamente destacar as características e processos que o marcam, sem entrar na complexa e antiga discussão de sua existência.

No segundo capítulo, cujo título é “Um lugar distante ou um espaço integrado? A mineração como intermediação global – local”, fazemos uma contextualização do processo de inserção da atividade mineradora na Amazônia, especificando os acontecimentos no município de Juruti desde a chegada da ALCOA. Por ser a mineração uma atividade que para se instalar muda profundamente o espaço, exige um processo de licenciamento frente ao poder público, por isso reservamos um item neste capítulo para explicar a influência do licenciamento nas dinâmicas locais. Esta contextualização é essencial para percebermos a forma de relação global – local, para assim compreendermos as diferentes lógicas socioeconômicas a dividir e reconstruir o mesmo espaço. No último item, discutimos sobre desenvolvimento rural, uma vez que muitas das ações levadas às comunidades apresentam como discurso principal o desenvolvimento das mesmas.

No terceiro capítulo intitulado “A busca pelo desenvolvimento: a realidade em projetos”, apresentamos os principais projetos desenvolvidos na comunidade São Pedro, para a partir deles discutir a situação dos camponeses frente a estes. Esta reflexão nos leva a compreender, de forma mais enfática, a situação dos pequenos produtores locais enquanto camponeses. Quando observamos suas práticas de vida e condições sociais, analisamos a complexidade das transformações que ocorrem atualmente com a chegada da mineradora, como tentativa de estímulo pelo desenvolvimento local e as condições para tal realização.

Na sequência, concluimos nossa pesquisa com a pretensão de ter contribuído para ampliar a discussão sobre a complexidade envolvida na análise do espaço rural na Amazônia. Esta não pode ser entendida apenas a partir da matriz do latifúndio e do agronegócio, bem como, não pode contraposta somente pela perspectiva da luta armada pela terra. Estas são faces de um processo social que apresenta outras variações, entre elas está nosso foco de pesquisa, os atores sociais lutam diariamente com suas vidas cotidianas pela existência, onde seus modos de vida criam as condições necessárias para sua reprodução e sobrevivência na história.

CAPÍTULO I – FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NA AMAZÔNIA: A CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPESINATO EM JURUTI.

Neste capítulo discutimos o campesinato no Pará, apresentamos para tanto alguns aspectos históricos da ocupação amazônica para discutir a formação do campesinato na região. Acreditamos ser de fundamental importância para a pesquisa que aqui apresentamos essas considerações, uma vez que amplo e diverso é o posicionamento da academia sobre a atividade camponesa e seu modo de vida.

Abordar as práticas de atores sociais no meio rural a partir de uma perspectiva camponesa é um exercício que fazemos a fim de destacar as diversas feições que os trabalhadores rurais adquirem na Amazônia. Não fizemos uma discussão conceitual aprofundada acerca dos fundamentos teóricos, metodológicos, empírico e históricos inerentes ao debate sobre camponês e campesinato, conforme fazem tal exercício grandes pesquisadores como Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001), José de Souza Martins (1986), Maria de Nazareth Baudel Wanderley (1985; 1996), Jean Hèbette (2004), entre outros, os quais se debruçaram profundamente sobre as origens e características do campesinato, os três últimos autores analisando a realidade brasileira. Utilizamos suas discussões em nosso trabalho, uma vez que seus esforços teóricos são referências para pensarmos o camponês como atores sociais do presente, com suas estratégias de luta e permanência.

Procuramos apresentar uma análise sobre as características, processos de mudanças e permanências, do campesinato em uma parte do espaço rural amazônico, considerando a complexidade que envolve essa discussão, por ser este espaço amplo e diversificado, o que levaria a um equívoco se considerássemos o campesinato de modo homogêneo, destituindo-o de seu contexto socioespacial. Afinal, conforme aponta Campos (2006) o campesinato é tão heterogêneo quanto às formas de relação homem – natureza, não podendo ser considerada uma forma exata.

Pensar nos processos socioespaciais que se desenvolvem na Amazônia, desde sua colonização, enfocando os chamados ciclos econômicos (borracha, agropecuária e minério), torna-se um exercício mais completo quando tais atividades são pensadas a partir da capacidade e condições da reprodução camponesa.

A diversidade de atividades econômicas que se realiza na Amazônia (agricultura, pecuária, mineração, extrativismo entre outras) dá à região um caráter muito complexo,

caracterizando dinâmicas espaciais e atividades que, muitas vezes, se sobrepõem umas às outras. Os processos históricos nos permitem entender tal configuração, haja vista que os processos consolidados, por exemplo, no nordeste e sul do Pará, se dão em tempos e ritmos muito diferentes do que ocorre no oeste do mesmo Estado. Por isso, precisamos compreender tal formação para discutir as transformações espaciais que se evidenciam em um município como Juruti, mais especificamente, em uma comunidade rural como São Pedro, foco de nossa pesquisa.

1.1- A FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NA AMAZÔNIA

Analisar o processo de ocupação da Amazônia, a partir da perspectiva do campesinato é um exercício teórico fundamental, para interpretarmos esse agricultor enquanto um ator social historicamente recriado nos mais diversos espaços. Assim, objetivamos discutir brevemente esta formação para depois detalharmos as características dos agricultores que entendemos enquanto camponês.

A história da Amazônia, desde o início da colonização do Brasil, é marcada pela desconsideração dos atores sociais existentes na região. No início da colonização muitas sociedades indígenas foram dizimadas ou colocadas à disposição dos interesses externos de ocupação ou trabalho escravo; no período da borracha, o fluxo migratório para a região continuou a marcar o desrespeito, tanto aos índios que viviam em aglomerações criadas pelos missionários, quanto aos que ainda permaneciam espalhados pelo espaço amazônico. Quando, já no século XX, a Amazônia passou a ser vista como espaço vazio, todos os atores sociais antes firmados, foram esquecidos. Este processo será por nós detalhado no decorrer deste capítulo, mas inicialmente atentamos para o fato da ocupação da Amazônia ter sido marcada pelo constante desconsiderar dos modos de vida dos que se firmaram em momentos anteriores; por isso, os conflitos são sempre fortes e evidentes.

A Amazônia apresenta um espaço de grandes transformações, onde as atividades econômicas e sociais não se consolidaram como marca única, ou seja, viu serem desenvolvidas várias atividades que marcaram profundamente o espaço geográfico, com interesses e focos completamente distintos. Uma região que por essa característica vivenciou a perda de referenciais de alguns grupos, bem como a incorporação de práticas antigas (tradicionais) pelos que aí passaram a se estabelecer. Assim podemos compreender que estas

“misturas” geram grupos bastante distintos, principalmente quando observamos as características dos camponeses na região, que não podem ser entendidos como um grupo uno, mas sim com grande diversidade que se apresenta nas mais distintas partes da região.

Cruz (2007) faz uma interessante incursão pela história da ocupação da Amazônia, para “remontar” a formação do que ele chama de campesinato - ribeirinho no Amazonas. Recorre para tanto aos registros feitos pelos primeiros viajantes sobre expedições realizadas na região, ainda no século XVI, quando relataram a existência e riqueza das sociedades indígenas que aí se localizavam. Ao abordar as estratégias de ocupação, criadas pela coroa portuguesa, Cruz (2007) explica que grandes transformações foram introduzidas no período Pombalino (1750 – 1777), descaracterizando o modo de vida de muitas sociedades indígenas. “Ao final do século XVIII e início do XIX, as diferentes sociedades indígenas que habitavam o ambiente de várzea na Amazônia, já encontravam seu modo de vida totalmente modificado.” (CRUZ, 2007, p.23).

As primeiras atividades desenvolvidas para garantir a posse portuguesa na Amazônia estavam pautadas na coleta de “drogas do sertão”¹. Desde o século XVII passaram a ocorrer articulações dos países que ocuparam a região (Portugal e Espanha) na tentativa de garantir suas posses territoriais e dificultar invasões holandesas, francesas e inglesas, que se voltavam, neste momento, para o nordeste do Brasil. O Estado do Maranhão era um dos maiores interesses, por apresentar áreas propícias para a produção de açúcar. Nas demais áreas amazônicas havia a preocupação pelo domínio dos territórios próprios para a exploração das drogas do sertão (TAVARES, 2001).

A ocupação regional se deu inicialmente pelos rios, pautando-se na extração de produtos que a floresta oferecia. A base da mão de obra para esta atividade estava no aprisionamento indígena. Os indígenas passaram a ser colocados em vilas criadas pelas missões religiosas (REZENDE, 2006). Seu aprisionamento que se voltava para o trabalho na coleta das drogas do sertão era realizado pelas expedições chamadas descimentos (TAVARES, 2001). Guzmán (2006) acrescenta ainda que muitos índios eram levados a aglomerados humanos para servirem de mão de obra para a agricultura, produzindo os gêneros de primeira necessidade. Assim, percebemos que as primeiras intervenções externas, impulsionaram a formação de núcleos de povoamento (vilas e aldeamentos), foram

¹ Eram entendidas como drogas do sertão: cravo, canela, anel, cacau, raízes aromáticas, sementes oleaginosas, madeiras e salsaparrilha (MACEDO, 2006)

responsáveis pelas primeiras grandes transformações nos referenciais culturais pré-existentes, indígenas.

Gonçalves (2005) afirma que o uso de mão de obra indígena e negra na Amazônia não ocorreu de forma pacífica e estável, uma vez que, o conhecimento sobre a floresta favorecia a fuga desses grupos que subiam os rios e formavam novos aglomerados em áreas de difícil acesso. Principalmente no que se refere aos negros, foram se criando nas partes mais altas dos rios, próximo de cachoeiras, comunidades livres.

Daí resultou um povoamento disperso ao longo dos rios, sustentado pelo extrativismo das drogas do sertão, por uma agricultura de subsistência e pela pesca artesanal, base da cultura do caboclo da Amazônia. Para além das várzeas ribeirinhas, a terra firme se constituía num verdadeiro desconhecido para a sociedade dos colonizadores, mas não para os caboclos, negros e indígenas da própria região. (GONÇALVES, 2005, p.35)

Segundo Tavares (2011) no século XVIII, no período de Marques de Pombal, as antigas missões foram sendo transformadas em vilas, com isso vários núcleos pelo vale do rio Amazonas foram se esvaziando, enquanto uma população residual resistia pela realização de atividades voltadas para subsistência, de forma associada à economia natural local.

Essa população que permaneceu na prática agrícola, voltada para subsistência é uma primeira expressão do que podemos compreender como camponeses, os indígenas e negros, que passaram a se assentar são parte dos camponeses que compõem a diversidade amazônica, desde o século XVII.

Tavares (2011) ainda afirma que apenas com a expulsão das missões religiosas, no período Pombalino, no século XVIII, houve intensificação do uso de mão de obra escrava africana, sendo estes trabalhadores, no estado do Pará e Maranhão, direcionados ao trabalho em lavouras de arroz e algodão.

Essa composição da população na Amazônia nos faz entender que a base de trabalho para os que aí chegavam era a terra, assim, os escravos negros, quando libertos, bem como os índios, que já não mais eram escravizados, desenvolviam como atividade principal a agricultura para sua própria manutenção.

Vemos então a formação de um primeiro campesinato na Amazônia, voltado principalmente para atender às necessidades alimentares dos grupos que permaneceram no interior da floresta. A chegada de trabalhadores para a região gerou o aumento da demanda por alimentos, assim o camponês se voltava principalmente, para o abastecimento desta

população crescente. Garantindo assim a sobrevivência da família e uma renda para a complementação de seu sustento.

No século XIX um novo período econômico passa a se desenvolver, o de extração do látex para produção da borracha, trazendo novas configurações ao espaço amazônico e sua ocupação. Não são mais os velhos atores (índios e negros) os únicos a se inserirem nesta nova dinâmica, um novo fluxo migratório vindo de outras regiões do país era direcionado, a fim de atender às necessidades da economia da borracha.

Muitos migrantes se direcionam para a Amazônia, por ser propagandeada como terra livre, “novo El dourado”, ao contrário do cenário que se apresentava no Sul e Sudeste do Brasil, onde as terras já estavam ocupadas para a produção de café. Grande parte dos migrantes vinha do Nordeste do país, fluxo aumentado significativamente após a grande seca de 1877, mas mesmo antes deste período, os problemas socioeconômicos vividos no Nordeste já estimulavam a migração, entre estes a escravidão (GONÇALVES, 2005).

Terra livre, por aparentemente não ter dono, e terra livre por permitir a liberdade dos que vinham da escravidão:

A Amazônia lhes parecia como terra da liberdade, ao contrário do Sudeste, onde havia o trabalho escravo e, mesmo após a libertação dos escravos, a mentalidade escravocrata continuou a comandar as práticas sociais (GONÇALVES, 2005, p.36).

O direcionamento deste fluxo migratório para a Amazônia fez aumentar nesta região o número de trabalhadores voltados para o meio rural, pois o incentivo à migração foi dado pela valorização da economia da borracha. Mas quando esta atividade começou a entrar em decadência, é a vida na agricultura que sustenta grande parte desde atores sociais, novos e velhos.

Gonçalves (2005) explica que o povoamento do médio Amazonas, por exemplo, foi reforçado pela chegada das populações vindas dos seringais, que passaram a desenvolver nesta área a agricultura de subsistência, unida ao extrativismo vegetal e à pesca, sendo este processo o que marcou a primeira metade do século XX. Mas, além destes migrantes que se direcionaram para as beiras dos rios, existiram aqueles que permaneceram nas áreas dos seringais, reforçando com isso seus laços com a terra.

Percebemos então que as maiores transformações no espaço, no que se refere às migrações e maior dinamização econômica, foram geradas pela intensificação da atividade extrativa da borracha, o que fez se consolidar na Amazônia um campesinato pautado no

“intercâmbio cultural” entre europeus, diversas sociedades indígenas e migrantes de outras regiões do Brasil (CRUZ, 2007).

O período da borracha na região não fez desaparecer o campesinato. Cruz (2007) explica que não foi registrado significativo decréscimo na produção de alimentos para o abastecimento da sociedade, o que nos permite afirmar que o campesinato existiu paralelamente à extração de látex, mantendo suas atividades básicas de caça, pesca, extrativismo, agricultura e pequena criação de animais.

Assim, podemos perceber que, apesar de muitas vezes não ser reconhecido por esta nomenclatura, o campesinato tem suas raízes no início da ocupação da Amazônia. Trataremos especificamente desta categoria no próximo item de nosso trabalho, mas adiantamos que a base do campesinato está na função que tem a terra, o sentido de sua utilização, como instrumento de trabalho, o que Martins (1996) aponta como valor de uso. Assim, o sentido que a terra tem para o trabalhador no campo é um dos principais fatores para se falar em camponês.

Observamos neste sentido que o camponês tem se desenvolvido e sobrevivido paralelamente aos diversos surtos econômicos que marcaram a Amazônia. As ações desenvolvidas desde o século XVII geraram profundas transformações, como o desaparecimento de várias sociedades indígenas, quando os índios passaram a ser integrados às atividades de interesses externos. Desde este período vê-se o surgimento de muitos aglomerados humanos, bem como o início de um fluxo migratório que nunca se encerrou na região.

Do século XVII ao XIX desenvolveram-se ações voltadas para a transformação dos atores sociais que aí se localizavam, os índios foram de interesse para trabalho nas missões religiosas, após séculos de misturas culturais, a população que se formara, pela mistura cultural de índios, negros e europeus, que sobrevivia do trabalho na terra, passou a ter a presença dos migrantes nordestinos com o início do ciclo da borracha, e assim prosseguiram as mudanças na Amazônia.

Este posicionamento, que culmina na transformação do pré-existente, vem com ações que desconsideram a importância ou significância destes atores na conformação do espaço Amazônico, que, grande parte das vezes, foi compreendido como um espaço vazio a ser ocupado e desenvolvido.

Neste sentido, a Amazônia, enquanto um “espaço vazio”, como muitas vezes foi tratada pelos políticos e políticas nacionais, é palco de programas de desenvolvimento que a transformam em uma região de grande diversidade e conflitos. Historicamente as ações que foram, muitas vezes, impostas à região contribuíram para a maior intensificação de tal condição.

Hébette e Moreira (2004a) explicam que no século XIX iniciaram os programas oficiais voltados para o meio rural da Amazônia, sendo o primeiro deles o “Plano de Colonização Agrícola” voltado para o incentivo da ocupação do nordeste do Estado do Pará, como uma forma de diminuir os problemas do nordeste do país, que vinha sendo assolado pela seca. Uniram-se neste momento os problemas no Nordeste com a necessidade de mão de obra para trabalho na produção de borracha. Por isso a Amazônia passou a ser o ponto de apoio para a contenção de conflitos no restante do país. Esse posicionamento foi o que marcou o século XX.

Hurtienne (1999) afirma que por muitos séculos, até o início do século XX, o espaço Amazônico foi ocupado por extrativistas tradicionais e agricultores itinerantes, estando localizados entre estes últimos, grupos indígenas, caboclos e ribeirinhos, sendo estes atores sociais de grande importância para a compreensão da dinâmica do espaço rural na região. Estes atores sempre estiveram relacionados, direta ou indiretamente, às mudanças econômicas vividas na região, mas sem perder sua relação de proximidade com a terra, o que o caracteriza enquanto camponês, tendo nela seu sentido de vida, trabalho e luta.

O século XX apresenta-nos grandes intervenções no espaço amazônico, que aumentaram a complexidade atual do camponês na região. Intervenções mais diretas passaram a direcionar a ocupação e organizar o espaço.

Na década de 1940, quando os interesses do Estado se voltaram para a região amazônica, “modernas sesmarias” foram criadas a fim de incentivar a ocupação do planalto central brasileiro e terras em outras partes da Amazônia, principalmente as que se localizavam no sul do Pará (HÉBETTE E MOREIRA, 2004a). A concessão das sesmarias dava posse de terra às pessoas escolhidas, para que a partir destas a ocupação fosse garantida.

A partir da segunda metade do século XX, principalmente com a chegada do período ditatorial no Brasil (pós-1964), as políticas para o desenvolvimento agrário brasileiro estavam imbuídas de uma perspectiva economicista, voltadas para um ideal modernizador das regiões brasileiras. Costa (2000) explica, levando em consideração este contexto, que a Amazônia

aparece como solução para os que estavam de fora deste processo. O espaço amazônico atendia aos interesses geopolíticos e militares do governo brasileiro, por ser um espaço disponível para o direcionamento do excedente de trabalhadores agrícolas surgido com a modernização do espaço agrário de outras regiões, modernização que se pautava no latifúndio e na mecanização.

Percebemos então que a Amazônia era a principal alternativa para os problemas agrários do Nordeste. Houve um aumento do fluxo migratório para a região com a saída de trabalhadores rurais do nordeste e do sul do Brasil. Para tanto começaram a ser criadas infraestruturas para favorecer esse fluxo em direção à Amazônia, surgiram então várias rodovias que interligavam a região: na década de 1950 a Belém - Brasília; na década de 1960 a PA-70 (hoje conhecida como BR-222), que liga Fortaleza – CE a Marabá – PA; a Transamazônica na década de 1970 (HÉBETTE E MOREIRA, 2004a). Essa estruturação fez com que, a partir da década de 1950, no estado do Pará, um grande número de migrantes passasse a se firmar no espaço amazônico, transformando-o de acordo com suas necessidades e potencialidades. Passaram a conviver na região castanheiros, garimpeiros, caçadores, migrantes sazonais de estados vizinhos (MA, PI e GO), agricultores entre outros.

Podemos entender que o Estado esteve à frente das estratégias de ocupação regional, tendo interesses que mudaram de foco drasticamente com o passar dos anos, fato que trouxe, em momentos diferentes, atores sociais com interesses distintos e às vezes opostos, gerando conflitos pelo uso e ocupação da terra em vários pontos da região. Entendemos tal fato pelo que Tavares (2011) expõe sobre os planos de desenvolvimento, segundo ela, no período de 1967 a 1971 as estratégias do governo, por meio do Primeiro Plano Quinquenal se voltaram para segurança e colonização, com o discurso de preencher o vazio demográfico (Amazônia) e assim evitar o controle da região por guerrilhas. Explica ainda que entre os anos de 1972 e 1974, com o I Plano Nacional de Desenvolvimentista, objetivou-se diminuir os problemas da reforma agrária no Nordeste, neste momento surge o Plano de Integração Nacional (PIN), que consistia principalmente na abertura de rodovias para facilitar o acesso à Amazônia e assim garantir sua integração. Entre os anos de 1974 e 1979, com o II Plano Nacional Desenvolvimentista, pensou-se para a região a criação de áreas pólo que irradiassem o desenvolvimento, esse direcionamento favoreceu, na década de 1980, a implantação dos grandes projetos minerais como o Projeto Grande Carajás e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (TAVARES, 2011).

O forte direcionamento dado pelo Estado para a ocupação regional, primeiramente fornecendo terras a uma parcela seleta da população, como o que aconteceu até a primeira metade do século XX, posteriormente o incentivo à migração de trabalhadores rurais, seguidos por projetos agropecuários (incentivados com a abertura das rodovias) e mais recentemente o incentivo aos grandes empreendimentos minerais. Destacamos que cada um destes períodos possui um ator social específico em foco. Dando a entender que a Amazônia serviu e serve a vários interesses, que, agravado pelas políticas desenvolvimentistas, se sobrepõem gerando conflitos, diversificações de atividades, bem como a perda de muitos referenciais locais, como práticas agrícolas e modos de vida específicos (caso de índios, quilombolas, entre outros).

As atividades tradicionalmente desenvolvidas na Amazônia, como agricultura voltada principalmente para o abastecimento familiar, pesca artesanal e caça, que apresentam lógicas de produção e vivência particulares de grupos, são tidas pelos migrantes que chegam, como atrasadas. Quando apontamos tais migrantes, temos principalmente os que estão relacionados mais diretamente aos interesses do capital, como os atores envolvidos com o agronegócio, com a pecuária moderna e atividades mineradoras. Para estes atores as atividades tradicionais são, muitas vezes, vistas como estranhas, representativas de um grau de desenvolvimento inferior e; por isso, necessitam ser modificadas em favor da modernização.

Dos primeiros séculos da colonização aos governantes, políticos e planejadores dos dias atuais, a história da Amazônia tem sido o penoso registro de um enorme esforço para modificar aquela realidade original (LOUREIRO, 2002, p.109).

Assim, o que vemos é uma rápida transformação de modos de vida em favor de ocupar, integrar territorialmente e modernizar uma região, a fim de acompanhar processos que ocorrem nas demais regiões brasileiras. Conforme constatamos nas políticas desenvolvimentistas para a Amazônia, a intenção inicial era de colocar para a região o excedente populacional do campo, que aumenta com a modernização deste setor; posteriormente estabelecer na região atividades mais integradas ao capital como o agronegócio e a grande pecuária e em períodos relativamente mais recentes com a inserção de atividades industriais, como a mineração. Vemos então a Amazônia como solução para o problema nacional no campo e depois como espaço a ser ocupado pelo grande capital.

Apesar da desconsideração dos atores sociais pré-existentes, que inicialmente eram sociedades indígenas, negros, depois entrando os trabalhadores rurais migrados de outras regiões, historicamente eles estão fortemente marcados na história de ocupação da Amazônia, o que nos faz compreender a diversidade do campesinato que aí se encontra. Um campesinato que se pauta na mistura de conhecimentos de índios, negros e colonos migrantes, de forma diferente de acordo com os espaços ocupados pelos grupos.

As origens dos migrantes, as práticas culturais dos que moravam na região (caboclos, extrativistas, indígenas, entre outros), e as estratégias utilizadas para a garantia dos interesses do capital sobre o território, fizeram surgir relações e trocas em vários níveis, aparecendo umas mais associadas às práticas externas, outras mais tradicionais. Estas diferentes relações fizeram do espaço amazônico, um espaço de diversidades, histórica e geograficamente marcado, uma vez que cada espaço da Amazônia foi mais ou menos valorizado por suas condições. Em alguns momentos o interesse se voltava para a beira dos rios, em outros ainda para a floresta (extração madeireira), em outros para as margens das estradas (projetos de colonização) e em momentos mais recentes se voltam para o subsolo (minérios) e para a floresta em pé (biodiversidade).

A forma de ocupação e essa diferença na valorização dos espaços fizeram se constituir no espaço agrário também uma diversidade na condição e vivência camponesa, que é direta ou indiretamente afetada por estes processos que marcaram a história da região.

A construção de ferrovias e rodovias marcou grandes transformações no quadro agrário na Amazônia, principalmente no nordeste e sul do Estado do Pará.

A grande imigração de colonos do Nordeste e do Sul do Brasil, depois da abertura da Amazônia através dos novos eixos rodoviários, dos programas de colonização oficial, a partir de 1973 e dos grandes projetos, a base para a formação de um campesinato mais novo. Ele se formou principalmente no sul do Pará (Marabá, Transamazônica) e na Amazônia Ocidental (Rondônia e Mato Grosso). (HURTIENNE, 1999, p.76-77)

Como um dado para a compreensão deste processo, nos anos de 1980 e 1990, a região norte do Brasil foi a única com aumento absoluto da população rural, este crescimento constatado em concentração nos Estados do Pará, Acre e Amazonas, enquanto nos outros estados o crescimento da população urbana foi mais expressivo (HURTIENNE, 1999).

Os processos de transformação se intensificaram na região, chegando grupos e famílias poderosas que tornavam terras públicas em privadas, assim terras de caboclos e

índios foram transformadas em terras privadas (MACEDO, 2006). Esse é um problema enfrentado em quase todos os pontos do estado, tornando o espaço agrário um grande espaço de disputas, que em várias situações culminou em enfrentamentos armados entre colonos, índios e fazendeiros.

Especificamente o estado do Pará, não teve seu processo de ocupação homogêneo, este fato também se reflete por todo o espaço amazônico, mas nos atemos aqui a refletir sobre os direcionamentos da ocupação no Pará, por apresentar maior intensidade e rapidez nas transformações. Temos momentos diferentes da história que valorizam a ocupação de cada espaço geográfico, em determinados momentos o foco de interesse foi a calha dos principais rios da região, no período colonial. Posteriormente temos as políticas de incentivo à ocupação do sul do Para e atualmente um maior interesse para a região oeste do Estado.

Sobre esse processo de ocupação regional, Martins (1996) explica que se identifica uma fronteira marcada pelo “desencontro dos tempos históricos” em que vivem os diferentes atores que aí se encontram. São sociedades indígenas que possuem um tempo próprio de vivência, são camponeses mais antigos que se estabeleceram em algumas áreas no interior do Pará, são novos camponeses que buscam na região uma oportunidade, são grandes agropecuaristas que veem na região a oportunidade de expansão de negócios. Enfim, têm-se tempos diferenciados, uns mais rápidos, outros mais lentos, disputando a afirmação em um mesmo espaço.

A busca por terras para os mais distintos interesses (moradia, cultivo, criação de gado, mineração, extração vegetal) fez com que a região se configurasse como um espaço de grandes conflitos, justificados pela diversidade social que agrega. Esse processo que ocorre, de forma geral na Amazônia, pode ser melhor verificado na complexificação do campesinato, quando agricultores localizados na região, antes dos incentivos de colonização adentram ainda mais, para espaços de mais difícil acesso, agricultores migrantes trazem saberes e técnicas de seus locais de origem e passam a desenvolvê-las nas novas áreas colonizadas. A diversificação dos camponeses também acompanha as transformações espaciais gerais, uma vez que passam a conviver atores sociais de várias regiões, vemos assim exatamente a expansão da fronteira discutida por Martins (1996).

Hébette e Moreira (2004a) expõem a necessidade de se considerar as relações sociais no campo segundo sua complexidade, para entender o campesinato na Amazônia, atentando para os diversos atores envolvidos. Trabalhando com a análise de um espaço heterogêneo,

ressaltam a importância da compreensão dos processos históricos vividos na região, conforme abordamos brevemente.

Ao abordar a diversidade do campesinato, de forma geral, Campos (2006, p. 148) afirma que “a quantidade e qualidade das mudanças vão ter vários matizes porque o campesinato não é homogêneo, pelo contrário, é tão heterogêneo quanto são heterogêneas as formas de apropriação da natureza”.

Por suas diferenças, atualidade, desenvolvimento e permanência, vemos surgirem vários estudos sobre o campesinato, em áreas e com abordagens muito diferenciadas, o que nos faz considerar de grande relevância a colocação de autores como HEBETTE, MANESCHY e MAGALHÃES (2002, p.30).

É possível considerar que existe na Amazônia, um laboratório, provendo de material de pesquisa acerca da formação contemporânea de sociedades, bem como do papel dos agentes sociais na conformação e mudança de estruturas. Essa região tem suscitado reflexões e debates fecundos sobre a continuidade do campesinato na sociedade global e mais recentemente, sobre as características e a importância da sociobiodiversidade e da etnodiversidade vinculadas à biodiversidade.

Em período mais recente, especificamente a partir da década de 1980 a Amazônia vem sendo marcada pela abertura da fronteira² agromineral (HEBETTE; MOREIRA, 2004b), fato que amplia as diferenças intrarregionais. Esta abertura aumenta a diversidade de atividades que vêm se desenvolvendo na região. Assim misturam-se atividades econômicas como pequena agricultura (com dinâmica familiar), monocultura exportadora, pecuária e mineração, tornando o meio rural amazônico um espaço dinâmico, uma vez que se transforma rápido e constantemente e diversificado, por agregar várias práticas ao mesmo tempo.

A mineração na Amazônia, principalmente no estado do Pará, agravou problemas que já despontavam na região. O processo migratório, que já vinha sendo incentivado desde os projetos de colonização, agora passa a ser mais intenso. Massas de trabalhadores foram atraídas para se empregar nos projetos minerais e com a liberação da massa de mão de obra, após a construção da estrutura das empresas, muitos se voltam para a tentativa de retorno ao meio rural, conflitando com latifundiários e somando a massa de agricultores em busca de melhores condições. Este processo é estudado mais detalhadamente por Macedo (2006),

² “Em termos puramente demográficos, a fronteira significa a penetração de importantes frentes migratórias, ditas ‘excedentes’ numa região de origem, em uma outra área, comparativamente pouco povoada ou, como se tem frequentemente escrito, vazia” (HEBETTE, MOREIRA, 2004b)

Hebette (2004) entre outros autores que analisam a situação de camponeses que lutam pela terra no Pará.

Contribuindo com este tipo de pesquisa, que busca compreender o campesinato no Pará, estudamos aqui o desenvolvimento deste grupo social, de forma diferente daqueles que são diretamente relacionados à luta pela terra. Pesquisamos o campesinato em uma região (oeste do Pará) cada vez mais modificada pela inserção da atividade mineral, com todas as suas modificações sociais que direta ou indiretamente afetam a realidade camponesa que tradicionalmente se desenvolve no local.

As regiões sul e sudeste do Pará têm sido foco da maior parte dos estudos que se voltam para o espaço agrário (HÉBETTE, 2004; MACEDO, 2006; COELHO, 1997 entre outros), mas não se pode ignorar que a Amazônia, com sua ampla diversidade de processos tem outras formas espaciais e atores sociais que trabalham e lutam (ainda que não de forma armada) por sua sobrevivência.

A exposição da forma de ocupação da Amazônia nos leva a refletir que, desde o período colonial, as intervenções na região, consideram as sociedades que aí já estavam estabelecidas, sem grandes relações com o capital, como atrasadas ou inferiores, assim foram e ainda são tratadas sociedades indígenas, ribeirinhos, camponeses e demais populações tradicionais.

1.2 – OS CAMPONESES NA AMAZÔNIA: UMA APROXIMAÇÃO CONCEITUAL.

No item anterior, expusemos em grandes traços a formação do campesinato na Amazônia. Neste momento, discutiremos sobre os camponeses na Amazônia. Historicamente o conceito de camponês ou campesinato tem sido elaborado de diferentes e divergentes maneiras Conforme aborda Wanderley (1985), ao estudar algumas vertentes que guiam a discussão sobre campesinato, existem pesquisadores que discordam do uso do conceito de camponês para a análise do meio rural brasileiro, por justificarem ser este ator social uma expressão típica do feudalismo. Uma segunda proposição, um tanto diversa, explica o campesinato a partir da relação capitalismo – socialismo, assim o camponês não estaria restrito nem ao sistema capitalista, nem ao feudal, seria uma combinação destes dois sistemas. Uma terceira perspectiva aborda o campesinato como um modo de produção articulado e subordinado ao capitalismo. Wanderley (1985) explica que para esta última, a produção

camponesa é vista como uma reprodução das contradições de classe, assim, o camponês não desaparece com o capitalismo, mas se desenvolve nos espaços por este definidos.

Apesar de apresentarmos a discussão que Wanderley (1985) faz, não é nosso propósito debater acerca da potencialidade teórica e epistemológica deste conceito, uma vez que muitos pesquisadores do espaço agrário se debruçam sobre tal debate. Assim, nosso ponto de partida é a existência concreta de um modo de vida, singularizado por suas relações sociais de produção, como a manutenção da unidade familiar e sua relativa integração com o mercado.

Para uma primeira aproximação, destacamos três pontos principais para conceituarmos os camponeses: 1) suas relações de produção com a terra; 2) a natureza do trabalho; 3) a organização familiar. A compreensão destas variáveis ajuda-nos na caracterização de um modo de vida específico: o camponês. Que muito além de uma condição social, pode ser entendido por seu viés cultural e econômico, ou seja, em sua totalidade. Wanderley (2003) destaca dois pontos de suma importância para compreendermos o camponês em sua totalidade, primeiramente aponta a autora que “o campesinato se constitui historicamente como uma civilização ou como uma cultura” (WANDERLEY, 2003, p.44). Em seguida, afirma que “é uma forma social particular de organização da agricultura” (WANDERLEY, 2003, p.45).

O significado da terra é um dos pontos principais para que os produtores rurais sejam compreendidos enquanto camponeses (ALMEIDA, 2006). Os processos econômicos que incidem sobre o meio rural, fazem com que fique cada vez mais complexa a análise deste espaço, que apresenta grandes variações. Em algumas áreas, onde o capital incide mais diretamente, vemos uma maior relação de pequenos produtores rurais com as atividades mais profundas do capitalismo, como exemplos, os que trabalham na produção de mercadorias para abastecimento de centros urbanos, ou até mesmo, o fornecimento de matérias primas para indústrias. Esta forma de relação do camponês com o capitalismo é fortemente presente no Brasil em regiões como o Sul e o Sudeste, onde as relações capitalistas globais articulam os espaços rapidamente ao mercado mundial.

Apesar de ser mais comum no centro-sul do país, este camponês está presente em todos os estados brasileiros, em alguns espaços de forma mais expressiva que em outros. Ao estudar a realidade camponesa paraense, podemos apontar essa relação mais próxima entre camponês e mercado capitalista no nordeste do estado, como mostram os trabalhos de

Hurtienne (1999) e Costa (2000), ao pesquisarem o campesinato em municípios como Tomé-açu e Capitão Poço e proximidades, no Estado do Pará.

A partir destas pesquisas, encontramos camponeses que tentam sobreviver com uma produção relacionada mais fortemente ao mercado, mas que não perdem sua condição, pois mantêm a especificidade do significado do uso da terra, permanecendo sua importância pelo valor de uso e não pelo valor de troca, bem como a força e dinâmica de trabalho pautadas na família. Essa relação, camponês ↔ mercado, leva-nos a pensar em uma reorganização do campesinato, muito mais do que em seu desaparecimento diante do capitalismo, nestas áreas.

Por não ser este o contexto social e econômico existente em nossa área de estudo, comunidade São Pedro – Juruti/PA, abordamos aqui para destacar as diversas feições do campesinato, presentes na Amazônia, dadas a diversidade de ocupação e a amplitude espacial da região. Em nossa área de pesquisa a relação dos produtores agrícolas com o mercado ocorre especificamente para a venda de excedentes, e não propriamente para atender às demandas de mercado.

Outra forma de organização camponesa aparece a partir de atores sociais expropriados da terra pela intensificação das relações econômicas capitalistas. Como exemplo desta situação vemos muitos agricultores, que por não terem títulos definitivos de terras são expulsos das áreas que moram, por causa da chegada do latifúndio para pecuária ou estabelecimento de monoculturas para exportação. Neste ponto aparecem com grande destaque os camponeses sem-terra, que de forma unida e organizada, lutam pelo acesso às terras para garantia de retorno ao campo, como forma de manutenção de sua condição camponesa. A região sudeste do Pará é bem expressiva neste ponto, uma vez que apresenta, principalmente a partir da década de 1980, conflitos armados que ocorrem pela forte atuação do Movimento dos Sem Terra (MST) com ocupação de terras na região.

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2010) somente no Estado do Pará foram identificados, no ano de 2010, 12.706 problemas no meio agrário paraense, estão elencados problemas com expulsão de famílias das terras, ameaças de morte, despejos, destruição de casas e roças e pistolagens. São os dados quantitativos dos conflitos no Pará que dão destaque ao estado por tais situações. A existência do MST favoreceu a resistência camponesa pela organização social, principalmente no Sudeste do Pará, tornando esta região expressão nacional em função das lutas por terras. A maior parte dos estudos que aborda o campesinato no Pará se volta para esta realidade, por ser muito dinâmica e atual. A ocupação

de terras é entendida como uma forma de resistência camponesa, pois, como expusemos no início deste item de nossa dissertação, a terra para trabalho é fator essencial para a prática camponesa. Mas a resistência não pode ser pensada apenas a partir dos movimentos sociais, pois as relações assentadas no território também são importantes fatores para a existência dessa resistência, entre tais relações estão a produção para consumo, a autonomia, o controle do processo produtivo, as relações de vizinhança, entre outros (FABRINI, 2007).

Esta colocação nos leva a analisar outro grupo de agricultores, os camponeses que com seu próprio modo de vida buscam sobreviver e existir, mesmo diante do avanço do capitalismo pelo campo. Apesar de não estarem isolados do mercado mundial, mantêm suas atividades com uma dinâmica própria, com pouca interferência do mercado capitalista. Na Amazônia estes atores podem ser verificados, principalmente nos espaços mais afastados dos centros urbanos, são áreas onde o capitalismo adentra de forma mais lenta.

Dentro deste grupo, encontramos uma diversidade de atores, como comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas), que mantêm uma forte identidade com o território no qual se localizam (DIEGUES, 1994); bem como as sociedades que permanecem ligadas às culturas tradicionais como ribeirinhos e colonos que adentram cada vez mais em direção às áreas mais isoladas para a realização da agricultura. Apesar de suas diferenças ambas se diferenciam do modo de vida capitalista em geral pelo tipo de relação que mantêm com a natureza, a partir da realização de seu trabalho. Diegues (1994), ao analisar as correntes de pensamento que discutem sobre as populações tradicionais, destaca que dentro de uma perspectiva marxista, o trabalho camponês, visto a partir de uma perspectiva das populações tradicionais, não é encarado como mercadoria. Por tal colocação, as culturas tradicionais se desenvolvem dentro da pequena produção mercantil.

Quanto à velocidade e a intensidade de ação do capital nesses espaços, afirmamos ser lentas, uma vez que o principal fator de decisão sobre as atividades é o próprio modo de vida local, as necessidades, e não a demanda por produtos agrícolas no mercado. Assim, a tradição e os costumes são características mais fortes na vida destes camponeses. Apesar disso, enfatizamos neste ponto que o capital influencia também nas regiões, ocupadas por estes camponeses, mas em ritmos e interesses diferenciados.

Essas diferenças nos fazem buscar analisar o campesinato a partir do sentido que movimenta os produtores que assim compreendemos, nos fazem perceber que o sentido da terra (uso e função) aparece como meio de trabalho e sobrevivência da família e não como

valor de troca. Fazemos tais considerações sem ignorar as variações sociais que aparecem entre os próprios camponeses, afinal “(...) o campesinato não é homogêneo, pelo contrário, é tão heterogêneo quanto são heterogêneas as formas de apropriação da natureza” (CAMPOS, 2006, p. 148).

Apesar de destacarmos o sentido da terra para o camponês, diferenciando o valor que ela tem, que não é o mesmo valor dado pelo capital, torna-se fundamental destacar que a lógica de reprodução camponesa não aparece, nos dias de hoje, subtraída do capital, mas sim como uma relação não capitalista, situada entre as contradições do sistema capitalista (ALMEIDA, 2006). Essa consideração se faz necessária para evitarmos uma visão romantizada que tem no camponês um ideal completamente alheio ao capital. É no interior do desenvolvimento desigual capitalista que os camponeses vão construindo seu lugar social (FABRINI, 2004).

Neste sentido Oliveira (2001, p.11) nos explica que:

Entender o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção na formação social capitalista, significa entender que ele supõe sua reprodução ampliada, ou seja, que ela só será possível se articulada com relações sociais não capitalistas. E o campo tem sido um dos lugares privilegiados da reprodução dessas relações de produção não capitalistas.

Assim partilhamos deste ponto de vista que vê o camponês como um ator social que se produz e reproduz dentro do capitalismo, ainda que, muitas vezes, como alternativa para garantir sua existência em um sistema que não abriu espaços para sua inserção direta. Wanderley (1985, p.27) afirma que “a formação social brasileira é capitalista e, portanto, é necessário explicar seus diversos elementos a partir da dinâmica do processo, real de acumulação do capital”.

Por esta situação, muitas vezes à margem da economia e com baixas condições de sustento, o camponês se relaciona com o mercado, seja com a venda de parte de sua produção, ou até mesmo a venda de sua força de trabalho em alguns períodos. Afirmam Hebette e Moreira (2004a, p.55) que “a produção tradicional de culturas temporárias, às vezes chamadas de subsistência, como mandioca, arroz, milho e feijão, mal consegue garantir o nível de consumo socialmente necessário”. Essa situação força a participação do camponês em atividades diretamente relacionadas ao capital, como uma forma de diminuir a precariedade à qual muitas vezes está fadado. Sobre essa necessidade de aproximação do capital Wanderley (1996, p.11) nos expõe:

Mesmo considerando que as formas de precariedade são diferenciadas, os camponeses tiveram, de uma maneira ou de outra, que abrir caminho entre as dificuldades alternativas que encontram: submeter-se à grande propriedade ou isolar-se em áreas mais distantes; depender exclusivamente dos insuficientes resultados do trabalho no sítio ou completar a renda, trabalhando no eito de propriedades alheias; migrar temporariamente ou definitivamente.

Essas condições criam variações e tornam ainda mais complexa a análise do campesinato. Não sendo possível descrevermos um grupo como camponeses puros, ou definirmos apenas uma parte deste grupo como camponeses, mas sim entendendo o sentido de suas ações. Seria de grande perda para a análise do meio rural se definíssemos o camponês apenas a partir de sua relação com o mercado, como se sua relação com a economia propriamente capitalista o fizesse desaparecer, tendo em vista que no atual momento econômico, o capitalismo se mostra presente até mesmo nos espaços mais isolados. Por este motivo é preciso compreender que o camponês tem se tornado cada vez mais complexo, por não ser um ator social isolado, mas também não ter desaparecido pela integração ao capitalismo. Surgem variações que os tornam heterogêneos.

Da mesma forma que temos relativizado o distanciamento do camponês do capitalismo, quando falamos no trabalho familiar, torna-se necessário apontar que existem situações dentro do próprio campesinato, onde se faz presente o trabalho assalariado de alguns componentes da família. Almeida (2006) explica que os estudos de Chayanov sobre os camponeses na Rússia, demonstram que a inserção destes atores sociais no mercado de trabalho aparece quando os ganhos com a agricultura são inferiores aos ganhos com a venda de sua força de trabalho, mas apesar disto, este não perde sua condição de camponês, pois a lógica de satisfação de necessidades continua a existir. Essa lógica é o que distingue o camponês, ainda que com relação direta com o capitalismo, do empresário capitalista em si.

Essa questão da satisfação de necessidades é ponto fundamental para se compreender o camponês, mesmo considerando suas variações espaço temporais. Apesar das diferenças entre os países europeus e o Brasil, ou mesmo a diferença entre os agricultores dentro do Brasil, o entendimento do sentido da produção é importante para a análise.

As trocas realizadas em sistemas econômicos dominados por lógica não capitalista atendem às necessidades de cada lugar, assim suas medidas aparecem como “é suficiente, é insuficiente” para suprir tais necessidades, sendo este cálculo que predomina, por ser subjetivo é uma medida pouco exata (CHAYANOV, 1981).

Assim, toda a ciência econômica da economia natural, sua concepção do que é econômico e lucrativo, assim como as estranhas “leis” que dominam sua vida social, são (...) muito diferentes em caráter de ideias e princípios básicos de nossa ciência econômica habitual, como costumam ser apresentadas nos manuais de economia. Somente com o desenvolvimento de uma economia de troca e monetária a direção perde o caráter qualitativo (CHAYANOV, 1981, p.137).

Percebemos pelas colocações de Chayanov (1981) que a existência das trocas econômicas não é fator suficiente para descaracterizar o camponês, pois a concepção da troca aparece como algo diferenciado, como uma forma de atender as suas necessidades e não para fins de acumulação. Segundo ele, quando o interesse pela quantidade aparece em primeiro plano, voltado para a máxima quantidade, temos a valorização da natureza mercantil da economia.

O campesinato não é colocado neste sentido como oposição ao sistema capitalista, mas como uma lógica que se desenvolve de forma combinada com este sistema. Fabrini (2011) afirma que dentro deste processo não é o capitalismo que se trai por meio da criação / recriação de relações capitalistas, mas sim é traído pelos camponeses, que por meio de suas lutas e vivências que criam formas de sobreviver.

Almeida (2006), ao analisar os trabalhos de Chayanov, ressalta a fundamental contribuição deste pesquisador para a análise camponesa, por estabelecer a diferenciação entre campesinato e capitalismo, de forma a um não anular o outro, mas destacando a forma atrelada de desenvolvimento, justificada pelo próprio processo contraditório da reprodução ampliada do capital.

A unidade familiar camponesa não obedece às leis da empresa capitalista, por não existir salário e a família ser a principal força de trabalho, cria-se uma forma específica de circulação de capital. Com isto a especificidade camponesa está não em ser um modo de produção diferenciado e tampouco um resquício do regime feudal, como dizem muitos autores que defendem a inexistência atual destes atores sociais, mas sim na lógica de produção existente entre os agricultores, conforme explica Almeida (2006, p.84-85)

Desse modo, podemos dizer que o âmago da especificidade camponesa reside no fato de os camponeses não constituírem uma classe “pura” do modo capitalista de produção, já que são, ao mesmo tempo, proprietários da terra e trabalhadores, acrescidos ao fato de que a organização do campesinato se funda numa relação não capitalista. Aceitar tal assertiva implica trabalhar com a formação socioeconômica na concepção marxista, que a emprega para explicar a totalidade do processo do capital, cujo núcleo é seu desenvolvimento desigual. Portanto, apesar de o campesinato ser uma relação não capitalista, sua reprodução deve ser entendida com base nas diversas contradições do desenvolvimento desigual do capital, e, por isso, trata-se de uma contradição e não de uma articulação de modos de produção.

Percebemos aqui, de forma bem enfática a relação que existe entre o sistema capitalista e o campesinato, assim, ao contrário do que algumas vertentes que discutem o tema, afirmam, o capitalismo não põe fim ao campesinato, mas sim, o tem como uma de suas contradições. Wanderley (1985) ao falar da proletarização da força de trabalho, tema que é utilizado por muitos pesquisadores para defender o fim do camponês, defende a ideia de existirem variações e relativizações nesse processo. Contribui com a análise que aqui destacamos por afirmar a peculiaridade do desenvolvimento do camponês dentro do sistema capitalista, questionando a forma de alguns pesquisadores restringirem o camponês a um ator pré ou não capitalista.

(...) não resta dúvida, igualmente, que o capital não proletariza a totalidade da força de trabalho, particularmente na agricultura. Sustentar que esta força de trabalho não proletarizada é algo pré ou não capitalista, mesmo quando se introduz a referência à subordinação do capital, é explicá-la, de um certo modo e em graus diferentes, como outra coisa que o capital, estranha a ele, embora lhe seja útil e necessário. É afirmar que o capital explica sua presença – pela subordinação – mas não explica em sua natureza intrínseca, pois que é pré ou não capitalista; é negar o espaço que o capital cria para sua reprodução e que a torna, por isso mesmo, não algo diferente do capital, mas um elemento do seu próprio funcionamento, portanto, um elemento capitalista. (WANDERLEY, 1985, p.37).

Esta relação existente entre campesinato e capitalismo é primordial para entendermos a realidade camponesa na Amazônia, pois esta região vem cada vez mais sendo palco de estratégias e projetos símbolo do grande capital, principalmente os de mineração e agropecuária. A apropriação dos recursos naturais e humanos na região tem sido cada vez mais frequente, cabe a nós, enquanto pesquisadores refletirmos sobre o efeito desta nova configuração.

O município de Juruti, por abrigar o projeto de extração mineral da ALCOA, é um dos mais novos espaços da Amazônia a receber interferências diretas do capital global. Diante do novo cenário socioeconômico que se apresenta na região, o campesinato local também vivencia modificações, seja pela perda de terras, como ocorreu na área da mina e das instalações operacionais da ALCOA, seja por transformações impulsionadas por projetos de incentivo agrícola que passam a ser direcionados para algumas comunidades locais.

A saída de camponeses de um espaço não significa a perda completa dos referenciais de um grupo, pois existe a tentativa de recriação da prática camponesa em outros espaços.

Sobre este assunto Hébette, Alves e Quintela (2004) enfatizam que esses atores sociais, ao serem expulsos de suas terras, não desaparecem, pois se recriam em novos contextos.

É curioso que a condenação do campesinato se tenha difundido, enquanto milhares de famílias se dirigiam para a nova “fronteira” amazônica, para aí refazer um novo quadro de vida, remodelando o espaço segundo a lógica e as normas de sua identidade social. (HEBETTE, ALVES e QUINTELA, 2004, p.101)

A Amazônia aparece aqui como uma região onde ocorre a reprodução de camponeses vindos, de diversas regiões brasileiras, sendo um espaço de possibilidades, ainda que de forma instável e com muitos conflitos, conforme já expusemos. Exatamente por estas características, principalmente na segunda metade do século XX, a dinâmica da região é fortemente alterada, por se tornar foco de interesse de diversas atividades (mineração, agropecuária, campesinato, entre outras), atividades estas muitas vezes excludentes entre si.

Essa diversificação de atividade ocorre pelas diferentes maneiras com que o capital se apropria e transforma o espaço. Por ter este nossa principal expressão social, sua análise nos leva a compreender e discutir as complexas relações que o transformam. É no espaço que o campesinato se afirma e também é nele que surgem embates com as novas atividades que afetam tal prática. Destacamos que a relação entre capital e espaço não se dá de forma única, com a mesma intensidade em todos os lugares, pois ao ser formado por objetos (material) e relações (imaterial), precisamos analisar o espaço em sua contínua construção, uma vez que as relações se transformam constantemente. Massey (2008) explica que o espaço está em constante construção, por ser produto de inter-relações que se refazem a todos os momentos. Esta afirmação é fundamental para compreendermos a formação espacial como contínuo processo, que se transforma com o tempo e com as relações estabelecidas.

Este entendimento de espaço nos leva a refletir que a relação entre objeto e ação gera diferenciações, desta maneira também nos depararemos com realidades camponesas muito diferentes. Cada espaço terá uma intensidade de relação com o capital, contendo processos distintos. Assim, enquanto alguns camponeses lutam pela sobrevivência para garantir suas terras, condição para existência do campesinato, outros lutam pelo seu trabalho, condição para seu desenvolvimento. Dependendo da proximidade entre a agricultura camponesa e a atuação mais intensa do capital, observaremos espaços com maior ou menor capacidade de se transformar e ainda resistir.

Ainda ao explicar a dinamicidade do espaço Massey (2008) afirma que analisá-lo como processo significa rejeitar a ideia de “sistema fechado”, neste sentido há sempre relações a serem estabelecidas.

O espaço jamais poderá ser essa simultaneidade completa, na qual todas as inter-relações já tenham sido estabelecidas e no qual todos os lugares já estão ligados a todos os outros. Um espaço, então, que não é nem um recipiente para identidades sempre já construídas, nem um holismo completamente fechado. É um espaço de resultados imprevisíveis e de ligações ausentes. Para que o futuro seja aberto, o espaço também deve sê-lo (MASSEY, 2008, p.32).

Temos em vista esta abordagem de espaço, pois analisar a Amazônia sem considerar esta dinâmica, seria apreender uma realidade estática e muito distante do contexto atual. Os agricultores que analisamos em Juruti, estavam sujeitos a uma condição de “invisibilidade”, como grande parte dos camponeses na Amazônia se encontra, ainda hoje sem assistência profissional, acompanhamento ou apoio técnico, incentivos para suas atividades. Mas, atualmente, com as transformações ocorridas no município de Juruti, com a maior atuação do grande capital a partir da mineração, os agricultores que eram “invisíveis” passam a ser entendidos enquanto atores a serem transformados, tema que aprofundaremos mais à frente.

Sobre o aspecto da invisibilidade dos camponeses Brandízio (2006), ao analisar as atividades desenvolvidas por caboclos e colonos na Amazônia, chama a atenção para as semelhanças no que se refere à produção agrícola entre estes grupos, que apesar de terem suas singularidades, podem ser entendidos enquanto camponeses. Apesar do uso do termo camponês para se referir a estas populações, é necessário o cuidado com o sentido pejorativo que pode esconder o termo, referindo-se ao atraso ou à pobreza, muito aquém do entendimento de modo de vida. O autor explica que essa abordagem leva à interpretação de que os sistemas produtivos agrícolas destes grupos são tidos como pouco importantes, quando comparados à grande agricultura, que normalmente é subsidiada por capital e tecnologias. Em função deste tipo de posicionamento, diversas vezes o campesinato é visto enquanto impedimento para o desenvolvimento regional.

(...) os produtores de pequena escala na Amazônia compartilham de uma condição de invisibilidade econômica e social alimentada, pelo menos em parte, pelas formas através das quais nós interpretamos (ou tiramos conclusões errôneas sobre) seus sistemas de produção. Consequentemente, a falta de suporte político e de infraestrutura básica para essas áreas leva a um tipo de processo – cíclico – ou retroalimentação positiva, criando círculos viciosos de fracassos econômicos e pobreza social, e reforçando ainda mais suas condições de invisibilidade e justificando negligência e falta de apoio aos sistemas produtivos (BRANDÍZIO, 2006, p.198-199).

Exatamente como uma forma de desconstruir esta visão pejorativa do atraso, tivemos a preocupação de, ainda que de forma rápida, abordar o que entendemos por camponês. Quando muitos o veem como símbolo do atraso, vários pesquisadores apontam este grupo como uma realidade a ser analisada em sua diversidade e sua especificidade. Não se nega com isso a situação precária, à qual muitos camponeses estão sujeitos nos dias atuais, fato que é agravado por serem considerados invisíveis aos olhos das políticas públicas, que por tal condição que os leva, em alguns lugares, a se organizarem para o enfrentamento pela luta, por vezes armada. Mas, paralelo a este fato uma grande quantidade de agricultores, em posse de suas terras, busca desenvolver suas atividades na esperança de garantir a própria sobrevivência.

Sobre este último grupo, Hebette e Moreira (2004b) explicam que a situação social de grande parte da população rural no Brasil impõe a vivência em um nível de subsistência, o que significa a capacidade de atender ao que é entendido como consumo socialmente necessário. Muitos grupos na Amazônia não conseguiram atingir nem ao menos esta condição, encontrando-se abaixo deste nível. Em função desta situação, retomamos as ideias de Chayanov (1981) e Almeida (2006) ao mostrarem o camponês como um ator social existente dentro do capitalismo, que se desenvolve de forma desigual e combinada.

Por estar dentro de um sistema econômico, o camponês não está alheio a este, mantendo relações, ainda que fracas, como complementação às suas atividades. A participação em mercados locais é um destes pontos, Hebette e Moreira (2004b) explicam que a situação dos camponeses na Amazônia leva à existência de uma dinâmica diferenciada, pois se faz necessário perceber as diferenças do mercado desenvolvido, sendo este muito diferente do mercado explicado nos manuais de economia, pois varia conforme a realidade social da população rural. A preocupação não está na inexistência de comércio e comerciante, mas sim na forma de realização deste comércio, bem como sua abrangência.

Ao falar na existência de um comércio na atividade camponesa, é fundamental compreender que este comércio é feito a partir dos excedentes de produção. Apenas uma parte da produção do camponês vira mercadoria, a renda conseguida pela venda desta não pode ser entendida como renda capitalista, uma vez que representa a remuneração de seu trabalho contida no produto (ALMEIDA, 2006).

Chayanov (1981) afirma que não é apenas a baixa produção que leva à manutenção do nível de subsistência do grupo, explica que a lógica de funcionamento de uma unidade familiar difere da lógica capitalista, uma vez que o aumento da produtividade em uma unidade produtiva capitalista é acompanhado pelo aumento da exploração do trabalho; enquanto o aumento da produtividade em uma unidade camponesa é equilibrado pela diminuição da exploração do trabalho.

Isso nos faz perceber outra característica do modo de vida camponês, que justifica a não exploração do trabalho para geração de excedentes que permitem a acumulação, que é a moral camponesa. Os camponeses operam segundo uma lógica pautada na moral e não na mercadoria, apresentam outro universo de valores. Quando é apontada a moral como fator principal da produção camponesa, significa que o modo de vida do grupo tem forte influência sobre tal atividade. São os costumes, a tradição e o sentimento de grupo, voltados para o bem comum que determinam as decisões sobre quando, onde e por que trabalhar. Assim, a visão empresarial que os teóricos da “agricultura familiar” julgam ter os pequenos agricultores, é pouco evidente quando prevalece a moral camponesa, sendo restrita a ideia de um ganhar enquanto outros perdem. Portanto, os camponeses que se relacionam com o mercado, o fazem como um meio de garantir sua sobrevivência e não um fim, um objetivo de vida. (BOMBARDI, 2003)

Costa (2000) desenvolve uma larga pesquisa sobre o campesinato no nordeste paraense e com isto estabelece algumas considerações sobre esta lógica produtiva. Explica ele que as estruturas camponesas centram-se na reprodução das relações sociais e não no lucro dado pela comercialização de mercadorias. Apesar de o comércio algumas vezes estar presente, o atendimento das necessidades de reprodução é primordial. Assim, ainda que o lucro dado pela venda da produção se frustre, a unidade produtiva provavelmente continuará em funcionamento, ao contrário dos empreendimentos que se voltam para a maximização de lucro. O lucro conseguido pelo camponês se volta para tornar mais eficiente sua reprodução.

A produção sem a geração de lucro ou de apropriação do trabalho alheio aparece pelo fato da prática camponesa se realizar a partir do uso da mão de obra familiar. A força de trabalho não é vista enquanto mercadoria, uma vez que é exercida pela própria família. (OLIVEIRA, 2001)

Fabrini (2004) aponta que a força de trabalho familiar é o elemento mais importante para o entendimento de uma unidade camponesa, é a família, a partir de seu tamanho, que

define o mínimo e o máximo da atividade econômica da unidade, a fim de atender as necessidades, ou seja, o abastecimento de seus membros. “O tamanho da família (número de consumidores) tem relação direta com a atividade econômica da unidade de produção” (FABRINI, 2004, p.127).

Percebemos neste ponto que a quantidade de produtos cultivados dependerá das necessidades de cada família, assim tanto o trabalho realizado pela família, como sua intensidade também sofrem este condicionamento. O maior interesse não é no aumento da produção para a maximização do lucro, este aumento geralmente aparece quando há demanda por mercadorias ou serviços para a própria família.

Quando há o aumento da produção, ou da área de plantio, apesar de existir a prática de contratação de trabalhador para a realização de alguma etapa de trabalho, geralmente conta-se com o auxílio de outras famílias que moram em proximidade. Caracterizando a ação por ajuda mútua, esta é outra característica fundamental da prática camponesa:

Quando a família camponesa não consegue completar totalmente a sua necessidade de trabalho, ela pode ser completada pela *ajuda mútua* entre os camponeses. Essa prática aparece no seio da produção camponesa sobre várias formas, a mais comum é o *mutirão*, mas pode aparecer também como troca de dias de trabalho entre os camponeses. A ajuda mútua é a solução encontrada pelos camponeses para completar o trabalho que a família não conseguiu realizar, pois, em geral, seus rendimentos monetários não permitem pagar trabalhadores continuamente. (OLIVEIRA, 2001, p.56)

A produção camponesa se volta para garantir a reprodução da unidade familiar, o que limita a existência de capital para o pagamento de trabalhadores, assim a estratégia criada consegue suprir as demandas por maior quantidade de trabalhadores. A família é que garante a formação de seus descendentes que trabalharão com a terra, as práticas sobrevivem por um longo período da história por serem repassadas de geração em geração. Fabrini (2007) explica que a organização produtiva centrada na família e não no uso de máquinas ou trabalhadores contratados, faz com que o camponês apresente um conjunto de conhecimentos práticos no campo, fruto do acúmulo por gerações. Assim existem saberes sobre o clima, o calendário agrícola, manejos, que substituem, são alternativas à ausência de técnicas agrícolas mais elaboradas.

As ações comunitárias ou coletivas são ponto fundamental dentro dos espaços camponeses, são pautadas na solidariedade e no espírito comunitário. Os mutirões, que grande parte das vezes são expressões das ações comunitárias, são os maiores exemplos da

solidariedade, sendo, em geral, desvinculado de um projeto de transformação estrutural da sociedade (FABRINI, 2007).

Cabe aqui ressaltar a diferenciação que Fabrini (2007) faz sobre ações comunitárias e ações coletivas, segundo ele as ações comunitárias nem sempre são ações coletivas, pois para que esta se configure é necessária a compreensão das desigualdades sociais e interesses diversos da sociedade capitalista, de forma a criar uma consciência política como base das ações coletivas. Quando as ações se voltam para o atendimento de uma necessidade eminente, sendo entendida como uma expressão de solidariedade, tem-se a ação comunitária.

Não se trata de estágios que o camponês tem que passar, para garantir a sua reprodução deve romper os vínculos de lote individual, passar pelo comunitário e chegar à produção coletiva. O que ocorre é que as ações comunitárias podem ser potencializadas e se transformarem em ações coletivas, garantindo a reprodução camponesa. A solidariedade que a proximidade espacial dos lotes de terra permite, por exemplo, pode ser potencializada politicamente, transformando-se em ações coletivas capazes de promover alterações na relação de poder. (FABRINI, 2007, p. 29)

As ações coletivas são fortemente marcadas por conteúdo de classe social. A identidade política construída na luta pela sobrevivência de um grupo leva à mobilização pela transformação da estrutura da sociedade (FABRINI, 2004). As relações em unidade do grupo são essenciais para a resistência, por se perceberem enquanto parte que sobrevive ainda que o sistema econômico vigente o relegue a situações de exclusão, criam estratégias para fortalecimento.

Consideramos importante explicar este último ponto das ações comunitárias e coletivas, pois dependendo da existência de uma ou de outra, encontramos grupos, comunidades ou organizações com diferentes expressões. Quando se faz presente a organização por ações coletivas, tem-se uma maior expressão do grupo na luta por seus direitos, situação que encontramos em alguns assentamentos ou comunidades mais tradicionais. Isso não quer dizer que a ação comunitária seja desconsiderada para a sobrevivência camponesa, pelo contrário, são essas ações que contribuem para que muitas dificuldades sejam superadas pelas famílias que compartilham um mesmo espaço.

Na comunidade São Pedro as ações coletivas têm aparecido em momentos mais recentes do assentamento, quando seus habitantes têm se organizado para exigir posicionamentos da ALCOA quanto a seus impactos na área da comunidade. Neste sentido, apontamos a luta da comunidade para exigir a recuperação do igarapé local, assoreado pela construção da ferrovia da mineradora; a busca por projetos que se apresentam como

possibilidade de melhora de suas condições (assunto que trabalharemos no terceiro capítulo); ou até mesmo na organização de acordos com a ALCOA para a garantia de empregos para a população mais jovem da comunidade. Toda essa organização voltada para a busca de melhorias na qualidade de vida em São Pedro são iniciativas visualizadas após o ano 2000.

Apesar disso, registramos que há, historicamente, o predomínio das ações comunitárias, que garantem a superação das dificuldades da vida ligada à agricultura local. Ações que se voltam para a ajuda nas áreas de plantio e assim diminuir o problema da falta de apoio do Estado para suas atividades. Ações comunitárias que objetivam auxiliar as famílias a sobreviverem dentro das condições vivenciadas na comunidade. Por não ter como objetivo a superação dos problemas encontrados, mas sim a sobrevivência diante deles, consideramos que predominam as ações comunitárias. Esta constatação nos ajuda a compreender alguns limites vividos pelo camponês no local, assunto que discutiremos mais à frente em nossa dissertação.

1.3 - CAMPONESES E COMUNIDADE EM JURUTI

Até agora, analisamos o processo de ocupação da Amazônia e a diversificação do campesinato na região, bem como definimos os fundamentos teóricos que justificam a conceituação de um determinado grupo enquanto camponês. No último item deste capítulo, pontuamos as especificidades destes atores sociais no espaço que pesquisamos, deixando claro quem são, onde estabelecem suas relações e os processos que mais os afetam enquanto grupo social.

Como já expusemos, o município de Juruti está localizado a oeste do estado do Pará, na divisa com o estado do Amazonas, possui uma sede municipal e aproximadamente 150 comunidades. É nas comunidades que se encontra a maior parte da população do município, aproximadamente 66,33% do total (IBGE, 2011). De forma geral, podemos destacar algumas características fundamentais, que nos levam a analisar tais formações como camponesas: as comunidades concentram, em grande parte, as pessoas que trabalham diretamente na agricultura; a moradia em proximidade, reunindo famílias em um local, favorece as relações sociais cotidianas, como a religiosidade, o atendimento às necessidades básicas, entre outras; há grande expressão da prática do auxílio mútuo dos que se encontram em situações semelhantes, que muitas vezes é de dificuldade na realização de atividades agrícolas pela

deficiência técnica dos camponeses locais, fato que reflete diretamente no sustento alimentar das famílias.

Entre estas comunidades identificamos a São Pedro, localizada a 12 km da sede municipal, às margens da PA 257, rodovia que permite o acesso entre a sede e a área da mina de extração de bauxita da ALCOA. Para quem segue pela rodovia a partir da sede municipal é o primeiro núcleo de moradia que se apresenta às margens da estrada. Ao chegarmos à comunidade, logo nos chama a atenção a existência de uma pequena praça com igreja e a escola municipal recém reformada. Destacamos na foto 01 a vista da comunidade São Pedro, na direção de quem chega a partir da cidade. A entrada principal da comunidade fica logo em frente à escola, prédio localizado à direita das fotos 01 e 02.



Foto: Greyce Guerra

Foto 01: Visão da chegada à comunidade São Pedro (Fevereiro de 2013)

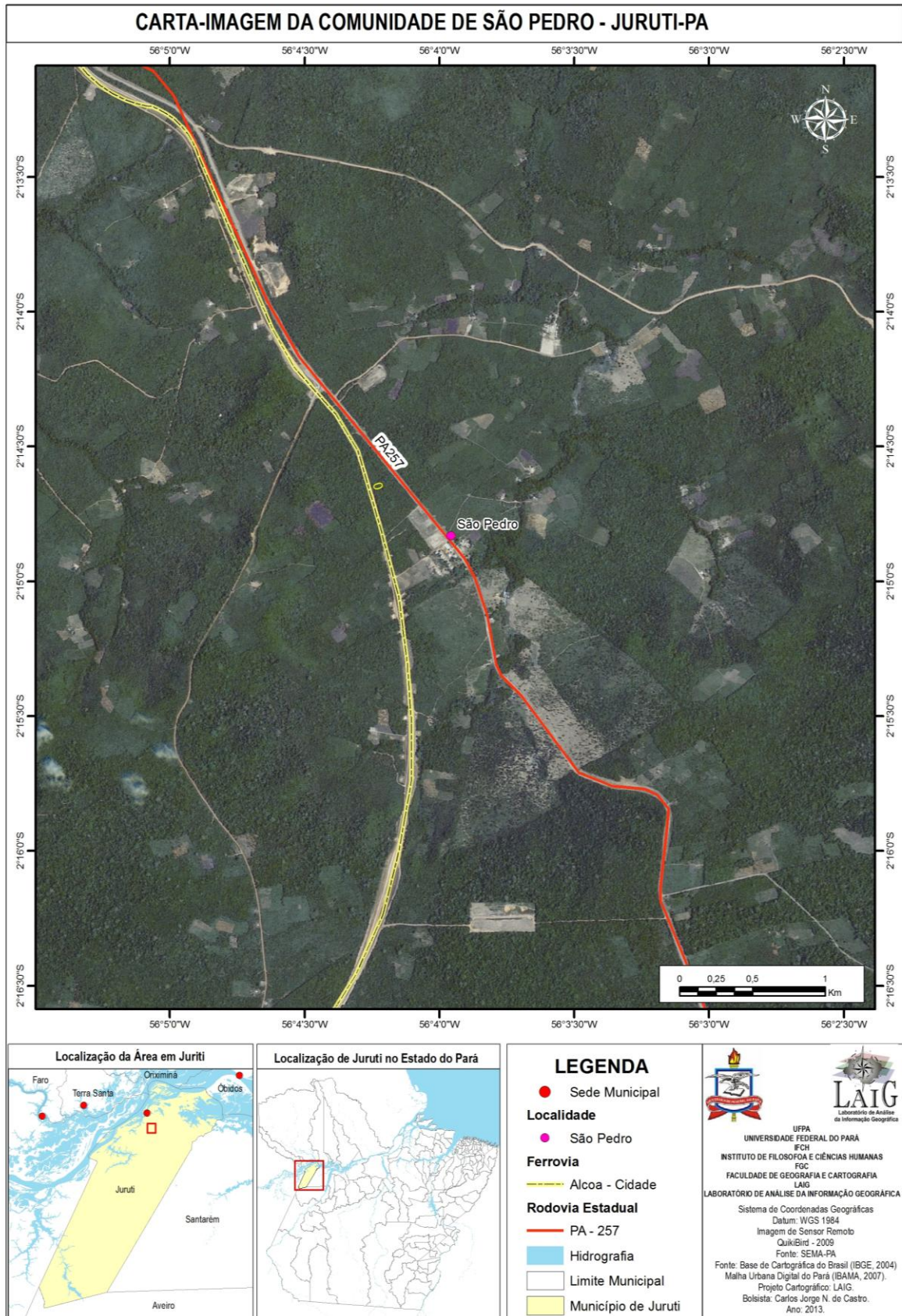


Foto: Greyce Guerra

Foto 02: Visão da escola e igreja na comunidade (Fevereiro de 2013)

Os moradores concentram-se em um pequeno núcleo, localizado na margem direita da PA 257, onde se encontram as estruturas citadas. É nesta parte que se desenvolvem os projetos que analisaremos no terceiro capítulo desta dissertação. Na margem esquerda da rodovia, encontramos apenas duas famílias, que habitam dois lotes diferenciados e não possuem parentesco entre si e nem com os moradores da outra margem da rodovia. Diferentemente do que ocorre na margem direita, onde os moradores que possuem todos, algum grau de parentesco. Quando questionados a respeito da escolha de moradia, as respostas vinham direcionadas ao parentesco e criação de condições de permanência no local.

São os camponeses localizados na margem direita que participaram e ainda participam de projetos direcionados para a comunidade, facilitados pela questão de parentesco se organizam mais facilmente. As duas famílias da margem esquerda da rodovia não participam de nenhum projeto em conjunto com as demais famílias, segundo informações obtidas em entrevista, não possuem boa relação com os moradores da outra margem, por isso se sustentam com base em atividades diferentes da agricultura, como marcenaria e pequeno comércio que serve refeições, em aproveitamento do fluxo da rodovia que foi intensificado após a chegada da ALCOA. A localização da comunidade pode ser melhor identificada no mapa 03, que destaca a localização de São Pedro, dando destaques para a PA 257, bem como a ferrovia que atravessa alguns lotes no local.



Carta imagem 01: Localização da comunidade São Pedro – Juruti / PA

A comunidade São Pedro é composta por aproximadamente 33 famílias, segundo informações dos líderes comunitários. Surgiu tradicionalmente em função de atividades agrícolas locais, ou seja, realização de agricultura voltada para o atendimento das necessidades das famílias, com uso técnicas produtivas baseadas no corte – queima (coivara), para a produção de mandioca. Segundo Freitas (2000), este sistema de plantio caracteriza grande parte das atividades agrícolas desenvolvidas por camponeses nas áreas de fronteira da Amazônia, principalmente para o cultivo de arroz, milho, mandioca, feijão e hortaliças. O corte-queima é uma técnica utilizada para aproveitar cinzas da queima da vegetação pré-existente na fertilização da terra. A vegetação de uma determinada área é cortada e queimada, para criar as condições necessárias ao novo plantio. Este sistema exige do agricultor domínio do calendário agrícola anual, fazendo toda a atividade agrícola se adaptar a períodos secos e chuvosos, atendendo aos períodos próprios para a limpeza da área, plantio e colheita. Esse conhecimento normalmente é adquirido de geração em geração, pela prática do trabalho familiar na agricultura.

De acordo com informações obtidas com a aplicação de questionário junto às famílias que residem em São Pedro, a ocupação desse lugar, hoje identificado como a comunidade, data de antes da década de 1940. Apesar de não se basear em registros oficiais, podemos ter informação aproximada, pois encontramos um morador nascido na comunidade em 1944. As migrações que originaram a concentração socioespacial no local ocorreram principalmente dentro do próprio município, onde agricultores saíam de comunidades mais antigas em direção ao novo núcleo. Registramos origens de moradores de localidades como Curumucuri, Aruã, São Paulo, Mariá e Café Torrado, todas em Juruti.

A busca por novas terras foi o principal fator apontado para a mobilidade no município, onde famílias recém formadas, ou que moravam em áreas de menor produtividade da terra (talvez por sua forma e tempo de uso), passaram a buscar terras mais novas para a realização da agricultura e desenvolvimento de suas vidas.

Uma das dimensões mais importantes das lutas dos camponeses brasileiros está centrada no esforço para constituir um “território” familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores. Paradoxalmente, a perseguição deste objetivo supõe muito frequentemente, a extrema mobilidade do agricultor, que se submete a longos, constantes e sucessivos deslocamentos espaciais. (WANDERLEY, 1996, p.13)

A maior parte dos camponeses de São Pedro nasceu no próprio município, em localidades diferentes do atual local de moradia (São Pedro), conforme já elencamos. Encontramos também moradores vindos de outros municípios do estado do Pará, como Parintins, Óbidos, Santarém e Alenquer, e até mesmo de outros estados como do Amazonas, nestes casos a migração para a comunidade se deu principalmente por casamento com moradores locais.

Um morador antigo, nascido na comunidade em 1960, informou que seus pais migraram, décadas antes de seu nascimento, do estado do Ceará. Este fato nos leva a retomar a análise do processo de ocupação da Amazônia, que discutimos em momentos anteriores, onde apontamos para a formação de um campesinato na região a partir das políticas de incentivo à migração de regiões brasileiras (como o Nordeste e o Sul) que apresentavam graves problemas sociais no espaço agrário. O incentivo à ocupação dos chamados espaços vazios na Amazônia teve grande importância para o aumento do número de camponeses na região.

Não conseguimos registros mais antigos da população em São Pedro, mas há grande probabilidade de gerações anteriores dos atuais agricultores terem migrado de regiões como o nordeste brasileiro, fato este que não podemos confirmar, uma vez que poucas famílias conseguiram falar sobre a origem de seus familiares falecidos.

Apesar de sua ocupação datar em aproximadamente 70 anos, as atividades dos moradores da comunidade São Pedro, sempre estiveram voltadas para a realização da agricultura e atendimento das necessidades básicas. O plantio de gêneros alimentícios é feito para garantir o sustento das famílias, tendo como base principal o cultivo da mandioca. De forma menos expressiva aparece o cultivo de milho, principalmente para o fornecimento de ração para aves, mas em pequena quantidade.

É de fundamental importância destacar que a comunidade, bem como a área de realização de agricultura, incide sobre áreas públicas, pertencentes ao INCRA. A ocupação de áreas públicas ocorre normalmente com o objetivo de conseguir os instrumentos básicos para a garantia da sobrevivência familiar, ou seja, garantir a terra para plantio. Neste sentido, é comum na Amazônia as terras serem ocupadas por famílias de agricultores que buscam ali a alternativa para a sua sobrevivência, uma vez que, as gerações anteriores assim procederam.

A existência da concentração dos agricultores na comunidade facilita o acesso a serviços como escola e igreja, segundo informações de moradores locais. A concentração em

um núcleo levou a prefeitura de Juruti a criar uma escola com ensino até o 6º ano, para crianças e adultos, na comunidade. Facilitando o acesso dos moradores à escola, fato que antes não era tão frequente pela dificuldade de acesso à sede municipal.

A ocupação concentrada que se formou é chamada de comunidade, mas destacamos que este termo é utilizado por ser a definição local destas aglomerações menores no município. Desde órgãos oficiais, como secretarias municipais, até os moradores locais entendem tais aglomerações enquanto comunidades. Apesar de não ser nosso foco de análise, algumas considerações sobre este tipo de formação nos ajudam a compreender a realidade em pesquisa.

Sabourin (2009) explica que a maior parte dos agricultores familiares e camponeses mora em localidades chamadas de comunidades. Este termo é mais utilizado por expressar a ideia de localidade e de proximidade, “carrega as noções de parentesco, espiritualidade (religiosa) e compartilhamento de recursos” (SABOURIN, 2009, p.48).

O parentesco é uma relação forte e clara na Comunidade São Pedro, onde basicamente identificamos a formação do núcleo de morada a partir de quatro ramos familiares principais: Souza, Santos, Silva e Pereira. Constata-se então que há entre a maior parte dos moradores algum grau de parentesco, principalmente porque a própria decisão pela moradia no local se deu por existência de algum parente próximo que aí morava.

Velho (2009), ao analisar as comunidades rurais no sul do Pará, explica que estas surgiram por um processo que parece ser comum em outras regiões do Estado, quando em geral, familiares dos primeiros habitantes da terra vão atraindo para a região seus parentes, dando origem a núcleos de ocupação, reconhecidos pelos próprios moradores, como comunidades. A existência de parentesco é fator essencial a ser analisado, pois é a partir dele que as relações camponesas se aprofundam e se difundem na comunidade pesquisada.

Outro ponto de destaque diz respeito às relações desenvolvidas, que são de reciprocidade. Como explica Sabourin (2009, p.51) “a dinâmica de reprodução das prestações”, onde a ajuda mútua é o que caracteriza muitas vezes as formas de trabalho, as superações das dificuldades contidas dentro do modo de vida camponês. Ao relacionar o camponês, as relações de parentesco e reciprocidade, fica claro o entendimento que:

A comunidade camponesa existe também em função de um sentimento de pertencimento a um grupo, de uma identidade coletiva e do compartilhamento de saberes, práticas e, sobretudo, valores que a constituem (SABOURIN, 2009, p.51).

Fabrini (2007) afirma que as relações de vizinhança, essenciais para a compreensão do modo de vida camponês, são parte fundamental na construção de vínculos fortalecidos pela solidariedade.

Desde o século XVII, o processo de ocupação regional foi responsável pelas grandes diferenças no campesinato na Amazônia, conforme ressaltado na primeira parte dessa dissertação. Apesar das diferenças, uma semelhança pode ser apontada para estes grupos, a situação de relativo esquecimento pelas ações governamentais. Formaram-se grupos que, grande parte das vezes, nunca foram atendidos por serviços básicos de educação, saúde e auxílio técnico para a agricultura. Essa situação de relativo esquecimento do camponês é fato presente em todo o país, conforme ressalta Wanderley (1996, p.10).

No Brasil, a construção de um espaço camponês se efetuou na maioria dos casos, sob o signo da precariedade estrutural, que o torna incapaz de desenvolver toda a potencialidade do próprio sistema clássico de produção e da vida social.

Essa realidade é observada no município de Juruti, que pela situação de precariedade, tem na comunidade o ponto de apoio para o enfrentamento das dificuldades, pois favorece a organização, a ajuda mútua, tornando comum a preocupação pela sobrevivência de todos.

A solidariedade, a preocupação pela sobrevivência do grupo é percebida em São Pedro na realização da agricultura, principal atividade da comunidade. Cada família tem sua própria roça, mas nos períodos de limpeza de áreas, são organizados os *puxiruns*, nome local dado aos mutirões de trabalho, onde se reúnem vários trabalhadores para fazer a limpeza dos roçados para assim poderem realizar seus plantios no momento certo.

Como já destacamos, a área ocupada pela comunidade pertencia ao INCRA, por ser afastada dos centros mais dinâmicos da região, como Santarém e Manaus, o controle do uso e regularização das terras, por muitas décadas, não esteve como ponto de grande interferência no local. Para chegarmos à comunidade São Pedro, a partir de Santarém, cidade mais próxima com escritório do INCRA, é necessário um deslocamento por barco de aproximadamente 10 horas, subindo o Rio Amazonas, ou 5 horas por lancha, para acessar a sede municipal. Desta é necessário percorrer 12 km por estrada estadual, pavimentada apenas a partir do final de 2008.

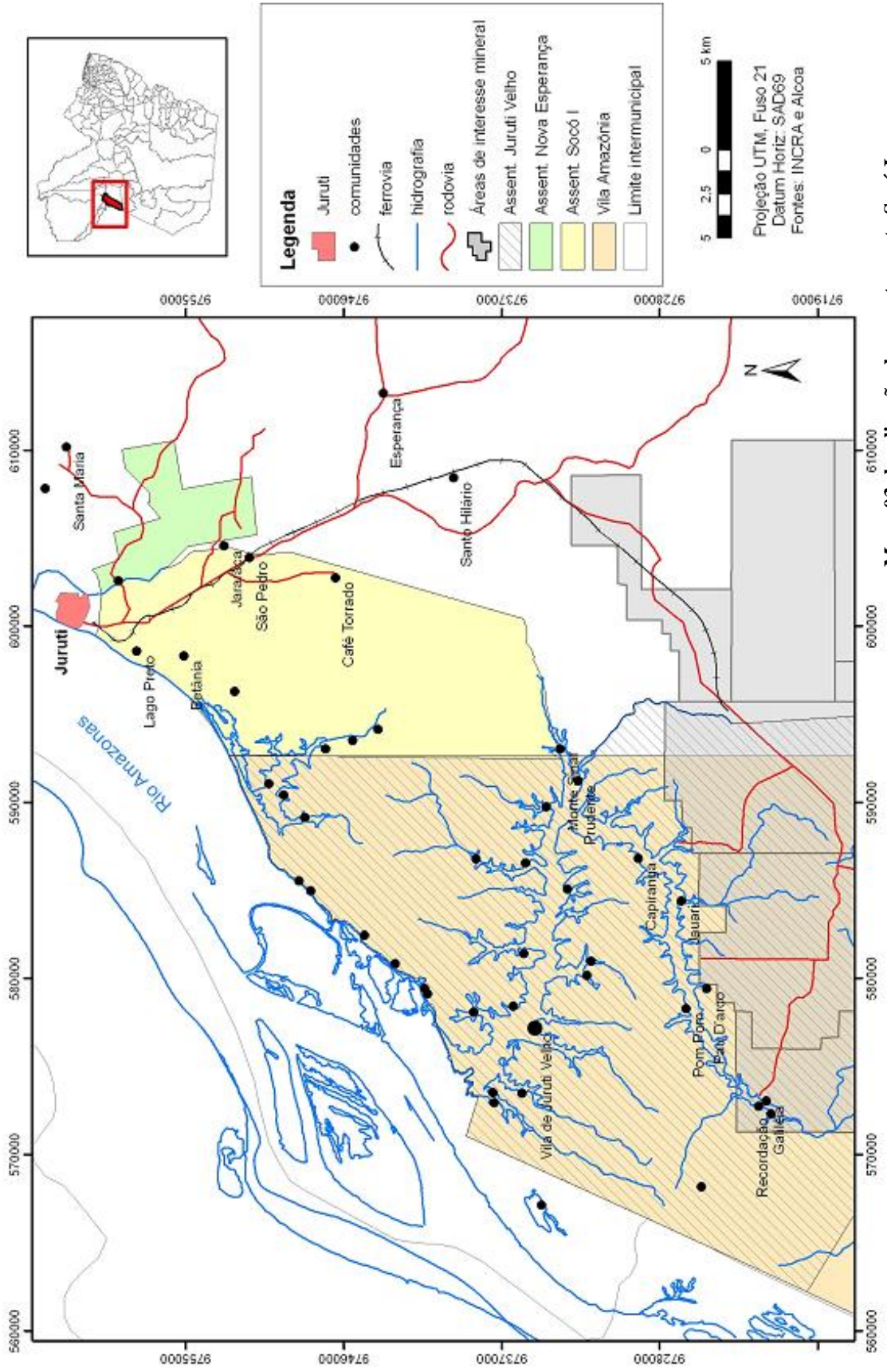
A comunidade se desenvolveu com relativo esquecimento até o ano de 1999 quando o INCRA transformou o espaço, já apropriado, em assentamento, sendo esta ação parte das estratégias do governo para a regularização da posse da terra. Segundo o INCRA (2012) na

área do assentamento estavam presentes 342 famílias sem titulação, que tiveram suas terras delimitadas. O assentamento objetivou basicamente regularizar a posse de terras na região, com o fornecimento de títulos e melhor divisão dos lotes pela população que ali já se estabelecia. A comunidade São Pedro passou a compor o assentamento SOCÓ I, juntamente com outras 10 comunidades: Café Torrado, São Pedro, Araçá Preto, Araçá Branco de Cima, São Brás, Nova Vida, Alemanha, Fé em Deus, Lago do Piranha, São Raimundo do Oriente e Tucandeiro. A localização destas comunidades pode ser verificada no mapa 04 da próxima página.

A transformação do território da comunidade em assentamento permitiria a titulação das terras, bem como possibilitaria às famílias usufruírem dos financiamentos disponíveis para pequenos agricultores, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Antes de tal regularização não se conseguiria financiamentos de qualquer espécie, porque inexistiam os títulos das terras, há décadas trabalhadas pela agricultura local. Apesar de já criado o assentamento há mais de uma década, até o ano de 2012, nenhuma família possui título definitivo de seu lote, receberam do INCRA apenas um documento que permitia a inserção dos camponeses nas políticas de crédito para agricultura.

Sobre estas políticas de créditos para pequenos agricultores, temos como principal delas o PRONAF. Conforme explica Guanziroli (2007) o PRONAF, ao surgir em 1995, tem como discurso central criar condições, através do fornecimento de crédito, para que os produtores familiares possam realizar investimentos em modernização e elevação de sua produtividade, contando para isso com taxas de juros diferenciadas, abaixo, das taxas de mercado. Mas esclarece o autor que nos próprios relatórios institucionais do programa, são apontadas dificuldades de relação entre os bancos e os produtores, pois aqueles “são organizações pouco adequadas para liberar recursos a famílias sem condições de lhes oferecer garantias patrimoniais e contrapartidas na tomada de empréstimos” (GUANZIROLI, 2007, p.304).

Destacamos tais colocações para analisar as condições criadas para que alguns grupos, ou comunidades, consigam alcançar o crédito voltado para a pequena agricultura, ou como é chamada, para a agricultura familiar. Estas ações nos levam a refletir sobre a efetivação deste tipo de políticas para a transformação social local, principalmente numa área onde as restrições não são apenas de títulos de terras, mas também de acesso à educação básica, à formação profissional, ao atendimento técnico para agricultura, à saúde, entre outros.



Mapa 03: localização do assentamento Socó I
Fonte: WANDERLEY, 2009, p.495

Nas entrevistas que realizamos nos foi explicado pelo presidente da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Socó I (APRAS), senhor Manuel Leonidas, que o assentamento foi criado pelo INCRA com a delimitação de lotes em tamanhos variáveis de 30 até 100 hectares por família. Nos dias atuais os tamanhos das áreas utilizadas pelas famílias não condiz com o tamanho inicial, que era no mínimo 30 hectares, os lotes forem sendo subdivididos de acordo com o crescimento dos filhos e a constituição de novas famílias, por isto hoje podemos verificar lotes com até 10 hectares, que conseguiram terras pela subdivisão do lote com outras partes da família.

Logo que foi criado o assentamento, via-se a importância da regularização das terras para a participação em programas do governo voltados para a agricultura familiar, como já explicamos. Mas o que se viu como possibilidade, logo frustrou os camponeses que decidiram conseguir o crédito, uma vez que nenhum deles conseguiu quitar suas dívidas, no prazo determinado pelos bancos. O presidente da APRAS nos explicou que as orientações iniciais dadas aos camponeses locais não foram suficientes, pois não esclareceram sobre as condições de participação de cada agricultor, sobre o compromisso de devolução do crédito adquirido. Assim, muitas famílias que conseguiram algum crédito tornaram-se inadimplentes, pois não desenvolveram suas atividades de forma a pagar suas dívidas junto ao banco. Como nos explicou Manuel Leonidas (entrevista concedida em 20 de julho de 2011):

... quando as pessoas vinham, falavam muito em ‘fundo perdido’... e eles [camponeses] confundiram os créditos com o fundo perdido e aí não tiveram a responsabilidade de assumir o compromisso para pagar, e por causa disso a associação sofre até hoje, por causa da inadimplência. Quando a gente faz algumas linhas daqui, aí vai, chega lá e esbarra na burocracia porque no Socó I o índice está alto de inadimplência” (...)

Este fato nos mostra que, apesar de ter se tornado assentamento, não ocorreram grandes mudanças nas atividades e forma de organização camponesa no local. A falta de informação levou as famílias, que obtiveram créditos para agricultura, ao endividamento. Conforme ressaltado em relato do presidente da APRAS, desde o início, o endividamento é a condição vivida por todas as comunidades que compõem o assentamento SOCÓ I, pois nenhuma das famílias que teve acesso aos créditos conseguiu sanar suas dívidas junto aos bancos. Essa situação faz com muitos moradores / agricultores da comunidade São Pedro, quando indagados sobre a mudança ocorrida após a criação do assentamento, nos afirmem que não veem muitas vantagens, uma vez que as famílias continuam a fazer um exercício de

sobreviver apenas com seu trabalho, tendo as necessidades básicas atendidas de forma, muitas vezes, precária.

Sobre a condição do assentamento o senhor Helder Freitas, coordenador do escritório local da EMATER em Juruti, relatou a situação de relativo abandono pela falta de condições de acompanhamento técnico ou condição da melhoria de vida dos assentados. Segundo ele a criação de alguns assentamentos na Amazônia, objetivando apenas o fornecimento de títulos de terra, continua a deixar na precariedade muitas comunidades e lugares, onde se esperava algum tipo de atenção para a valorização da agricultura local.

Como se sabe, esses projetos de assentamento criados assim, acho que até politicamente, eles não recebem toda aquele apoio necessário para realmente funcionar como um assentamento de reforma agrária. A gente faz até uma crítica assim, a gente chama de favelas agrárias criadas pelo INCRA no interior da Amazônia (HELDER FREITAS, Entrevista concedida em 14 de julho de 2011).

Esta perspectiva nos leva a compreender a situação da comunidade São Pedro, como mais um destes locais onde a falta de assistência para a efetivação da reforma agrária, dificulta o alcance da melhoria das condições de vida local. Entende-se que por vários anos a situação dos camponeses continuou a mesma que já existia desde o período anterior à criação do assentamento.

É difícil a identificação de maiores transformações desde a criação do assentamento em São Pedro, pois nenhuma das famílias que habita o núcleo da comunidade conseguiu acesso a algum tipo de crédito. Por ser o SOCÓ I um assentamento composto por várias comunidades, a inadimplência existente em outros núcleos dentro do assentamento relegou as famílias da comunidade São Pedro nunca terem conseguido este tipo de apoio. Destacamos ainda o problema da falta de conhecimento sobre o crédito agrícola, pois em grande parte das entrevistas realizadas os agricultores desconheciam as políticas do PRONAF.

De acordo com o que analisamos, de forma geral sobre o assentamento, percebemos que o problema maior não está na falta de crédito, pois quando este tipo de recurso esteve disponível não alterou de forma significativa a prática produtiva do assentamento. A falta de conhecimento sobre as condições do crédito, bem como a falta de formação básica para o acompanhamento da produção em quantidades, não permite o real controle sobre produção, venda e geração de renda.

Em levantamentos feitos junto aos produtores da comunidade, nenhuma família soube informar a quantidade de produtos colhidos ou comercializados durante a semana, o

mês ou ano. A resposta a essa pergunta esteve sempre voltada para “dá pra comer o que produzimos, vender um pouquinho pra comprar coisas para aumentar a comida”. Em algumas situações foi afirmado que a produção mal consegue garantir o sustento familiar. Mas, em momento algum, se conseguiu ter informações sobre quantidades em quilos ou unidades.

Parece ser esta uma situação muito comum no Brasil, pois ao analisar a implantação do PRONAF nos setores mais pobres da agricultura, Guanziroli (2007, p.310 - 311) estabelece uma crítica muito expressiva diante da realidade rural que encontramos:

Uma política de crédito focalizada nos setores mais carentes do meio rural poderia ser um contrassenso, já que eles não têm atividade que sustente ou demande esse tipo de política. Seria o crédito o melhor instrumento para modificar a realidade de exclusão social da agricultura? Qual é o sentido de dar crédito a quem não tem renda monetária? Por esse motivo, a proposta de 1996 (FAO/INCRA) afirmava que esses grupos (...) deveriam ser alvo de políticas agrárias e sociais e não de créditos (...). Ou seja, antes que crédito, era necessário resolver questões básicas que permitissem a estruturação de um estabelecimento verdadeiramente agropecuário, o que inclui (...) questões educacional, da terra e da saúde, que também revelavam índices extremamente baixos entre os agricultores periféricos.

Essas colocações são de extrema relevância para analisarmos o campesinato na comunidade São Pedro, ao percebermos por diversos fatores que ainda serão trabalhados em nossa dissertação, que para a melhoria da condição do camponês, não basta o oferecimento de créditos, uma vez que são necessários investimentos na sociedade como um todo, em saúde, educação, habitação, entre outros.

O início da regularização das terras, dizemos início, pois nenhuma família possui ainda o título definitivo das mesmas, não foi suficiente para uma transformação social profunda. Em nossos levantamentos, constatamos que a produção agrícola da comunidade, desde o início, pauta-se principalmente na produção da mandioca e macaxeira, produtos cultivados por todas as famílias. Algumas destas, em menor quantidade, trabalham com o plantio de manicuera (variedade da mandioca), milho, arroz, feijão, abacaxi, cana, melancia, banana, maracujá, hortaliças, laranja e mamão. Esses produtos mais diversificados não são vendidos, são utilizados no sustento da família dos agricultores. Foram raros os registros de criação de patos, galinhas e porcos, sendo todas as criações para o sustento da família ou venda entre os próprios camponeses.

Sobre a atividade agrícola direta do camponês no Brasil, Garcia (Apud WANDERLEY, 1996) explica de forma bastante objetiva a estreita relação estabelecida entre a agricultura da mandioca, sustento familiar e sobrevivência. Apesar de abordar a questão do

sustento familiar, Wanderley (1996), enfatiza a não restrição da interpretação do camponês à subsistência, mas aponta para este fator como uma condição à qual, muitas vezes, o camponês é relegado.

As produções, de forma geral, sempre se desenvolveram com o uso de conhecimentos familiares de plantio, sem acompanhamento técnico especializado. Wanderley (1996) destaca que muito além da simples sobrevivência do camponês, as relações familiares se dão ao longo de gerações, com o objetivo de transferir ao futuro os investimentos realizados, as conquistas alcançadas. A intensidade do trabalho, as decisões na associação de parentes e vizinhos ocorrem orientadas para as futuras gerações.

Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação de recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família. O campesinato tem, pois uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local etc. (WANDERLEY, 1996, p.5)

No que diz respeito à comercialização da produção camponesa, apesar de ser pouco expressiva, é essencial para a complementação das condições de sustento familiar, conforme ressaltado. Em São Pedro, essa comercialização é realizada com base a mandioca e seus derivados: farinha, beiju, tapioca, pajiroba (bebida feita da fermentação da mandioca). O trabalho na produção destes derivados aumenta ou diminui de acordo com as necessidades da família, aumentando ou diminuindo a quantidade comercializada.

A venda é realizada principalmente na Feira do Agricultor, que ocorre quinzenalmente na sede municipal de Juruti. Normalmente a prefeitura envia um caminhão para levar produtores e produtos das comunidades para a sede municipal e, após a feira, leva-os de volta. Assim, os camponeses que são filiados à Associação dos Produtores e Produtoras Rurais de Juruti, são assistenciados para a comercialização de sua produção. A feira é o ponto principal de comércio, mas os camponeses que não participam dela ou que necessitam vender sem dias programados, levam sua produção de bicicleta ou moto para a cidade, onde vendem para pontos de revenda. Apesar dos ganhos serem menores, é possível a comercialização em qualquer dia. Por estar localizada às margens da rodovia PA 257, a comunidade São Pedro tem também a possibilidade de vender sua produção no próprio local, para as pessoas que usam essa estrada como acesso diariamente.

Percebemos que, apesar de hoje a comunidade São Pedro compor um assentamento, o modo de vida camponês se viu pouco alterado. A prática camponesa é confirmada quando percebemos a realidade em foco, dentro dos parâmetros que discutimos sobre os camponeses, ao percebermos a importância do trabalho familiar na estruturação da produção, a forma de inserção no comércio local, a existência da produção que atende principalmente à reprodução da vida no local. Mesmo diante das dificuldades (falta de acompanhamento técnico, falta de condições financeiras, falta de acesso a formações mais voltadas para a atividade agrícola) é o modo de vida camponês que tem garantido a sobrevivência deste grupo social. Com o cuidado necessário para não restringir a análise do camponês à situação financeira na qual se encontra, mas sim, práticas existentes que garantem a continuidade, a permanência de um grupo no local, ainda que a precariedade social e econômica seja fato presente.

Essa situação nos faz entender o que Costa (2000) apontou em sua análise sobre o camponês, conforme citamos anteriormente, por ser uma unidade camponesa, ainda que os ganhos com a produção sejam frustrados, dificilmente ocorrerá o abandono da produção, pois o que rege o camponês não é a empresa capitalista, não é um modelo voltado para o lucro. Compreender a complexidade que envolve a análise camponesa nos faz ampliar a capacidade de interpretação das relações estabelecidas sobre o espaço que estudamos, sobre a prática camponesa em Juruti. Enfatizando que, muito além de uma atuação em um setor produtivo, o campesinato é um modo de vida que se desenvolve na tentativa de garantir a sobrevivência dos agricultores, que mesmo sem assistência, decidiram continuar a viver e sobreviver no meio rural.

SÍNTESE CONCLUSIVA DO CAPÍTULO

Discutimos neste capítulo o processo de formação do campesinato na Amazônia, a conceituação do que compreendemos como camponês para melhor analisarmos os atores sociais camponeses em Juruti. É de suma importância a compreensão da complexidade que envolve a discussão, uma vez que, não se trata de apenas um grupo social em particular, mas sim, grupos camponeses, com particularidades sociais e econômicas. Assim como os espaços geográficos são dinâmicos e diferentes entre si, é necessário compreender que os grupos que o constroem também o são. Muito além de uma visão simplificada do que venha a ser camponês, procuramos destacar o contexto social que tem se desenvolvido e transformado em um município no oeste do Pará. Os atuais processos que tem alterado o transcorrer da vida

camponesa em Juruti, relacionam-se, direta ou indiretamente, à mineração. Por ser esta atividade uma das que mais fortemente tem modificado os espaços paraenses, ateremo-nos no próximo capítulo em analisar esta interface, mineração, espaço e campesinato.

CAPÍTULO II – UM LUGAR DISTANTE OU UM ESPAÇO INTEGRADO? A MINERAÇÃO COMO INTERMEDIÇÃO GLOBAL – LOCAL

Após fazermos as considerações sobre o campesinato em Juruti, neste capítulo abordaremos as atuais transformações que têm marcado o espaço geográfico do município, tendo como impulso principal a instalação da mineradora ALCOA, presente desde o ano de 2004 no local. A mineração industrial, atividade de grande porte que tem sido incentivada e implantada nos mais diversos espaços amazônicos, é uma das principais expressões da globalização econômica na região. Por isso, buscamos discutir esse processo, uma vez que a mineração tem incidido sobre os espaços tradicionalmente ocupados na Amazônia, como aqueles voltados para pesca, agricultura e extrativismo. Comportando-se como evento, que reorganiza a configuração espacial, a dinâmica social, enfim o espaço geográfico (SANTOS, 2008). Os locais são dinamizados diante da globalização, por começarem a comportar bases de produção (extração mineral) voltadas para o mercado externo.

Neste sentido, voltamo-nos neste capítulo para discutir a forma como o município de Juruti, um espaço até então não integrado aos territórios produtivos da mineração e dos centros econômicos mundiais, passa a ser um espaço integrado à economia global, pela valorização promovida pelo capital internacional. Fazemos tal afirmação, pois antes da década de 2000 no cenário geral do município, a agricultura aparecia como a atividade econômica principal. Enquanto hoje a maior parte da renda gerada no município advém da mineração (IBGE, 2013).

Até antes da chegada da ALCOA, o acesso à Juruti se dava apenas por meio de barcos e navios, com um tempo aproximado de 10 horas, relativamente longo, para se chegar a Santarém, centro mais dinâmico da região. Hoje, momento em que o capital internacional passou a agir mais intensamente sobre o local, por meio da atividade extrativa – mineral, o município passa a estar no foco de interesses de várias empresas como mineradoras, construtoras, serviços bancários, entre outros. Neste sentido, hoje existem no município Banco do Brasil e Banpará, como principais redes bancárias; muitas empresas que dão suporte à mineradora como o Consórcio Nacional de Engenheiros e Construtores (CNEC), a Scientia Consultoria Científica (empresa de arqueologia de São Paulo); o Instituto Vitória Régia (empresa de Belém voltada para atividades socioambientais), o Instituto Chico Mendes (ICMBio), órgão federal que desenvolve atividades voltadas para a preservação de quelônios;

e muitas outras que estão no município para viabilizar a atividade da ALCOA; bem como uma crescente rede de mercados de pequeno e médio portes para o abastecimento da população que teve um aumento significativo em sua composição.

Essa maior dinamização do município levou à necessidade de se criarem alternativas para diminuir o tempo das viagens que atendem aos fluxos para Santarém (PA) e Manaus (AM), com uso de lanchas rápidas e aviões. Os barcos não deixaram de fazer este trajeto, uma vez que a população de baixa renda utiliza este meio de transporte para que se possa compreender a diferença de custos, citamos como exemplo os preços de passagens entre Santarém e Juruti: uma passagem de barco para este trajeto custa aproximadamente R\$45,00. As lanchas apareceram como possibilidade, principalmente para os funcionários da empresa, que passam os finais de semana fora, oferecendo viagem em aproximadamente cinco horas, pelo preço de R\$70,00. O avião é outra possibilidade, mas restrita, até o momento, a algumas classes de funcionários da ALCOA e suas subsidiárias, normalmente para os cargos de gerência, esse meio de transporte permite o acesso a Santarém em apenas 30 minutos.

A valorização do minério e a criação de empreendimentos para sua extração trazem diversas modificações ao espaço local, sejam elas na configuração espacial (pela construção de infraestruturas), na dinâmica social (migração, empregos, serviços) ou na questão ambiental (poluição, desmatamento, pressão sobre a área rural), isto é, no conjunto do território usado ou espaço geográfico. Por isso, é necessário ressaltar que os impactos causados pela mineração industrial não se restringem apenas ao espaço onde ocorre a extração do minério (área de lavra), pois as interferências se espraiam por áreas circunvizinhas.

Analisando mais detalhadamente, percebemos por várias experiências no Estado do Pará, que a atividade mineradora tem se apresentado como importante processo modelador do espaço, transformando não apenas o arranjo espacial local, mas também o conjunto das atividades econômicas, seus espaços, classes e grupos sociais e étnicos com os quais mantém relações de natureza diversa (COELHO; MONTEIRO, 2007).

A reorganização da produção e do território é antes de tudo uma resposta regional às mudanças de lógicas influenciadas pela aceleração nas relações entre tempo e espaço, promovida pelo investimento em transporte e comunicações e pela racionalidade da economia das *commodities* minerais (ferro, bauxita e caulim). A (re)construção de uma nova estrutura produtiva se dá não só com a participação de novos atores sociais (com destaque para empresas mineradoras e dos setores de comércio e serviços) para as áreas de mineração e seus entornos (...). Aos atores tradicionais na região, aliados ou não aos novos atores, se impuseram a adequação à nova lógica de crescimento econômico empresarial em curso. (COELHO; MONTEIRO, 2007, p.38).

As pesquisas feitas por Coelho e Monteiro (2007) sobre a mineração no estado do Pará nos propiciam importantes bases para análise sobre a relação espaço e mineração. As populações tradicionais, como ribeirinhos, quilombolas e extrativistas, são ressaltadas como foco das alterações que a mineração promove. Apesar de não se utilizarem do termo camponês em suas pesquisas, pelo contexto que analisamos no oeste do Estado do Pará, acrescentamos este grupo social aos grupos atingidos pelos empreendimentos mineradores.

2.1 – ECONOMIA E ESPAÇO: UM DIÁLOGO ENTRE A MINERAÇÃO E O LOCAL

Nossa análise se volta para os camponeses, todavia para que abordemos as transformações que os atingem é necessário contextualizar os processos que têm marcado profundamente o espaço geográfico no oeste do Pará, tendo em vista que a ação da atividade mineradora atende a uma estratégia de desenvolvimento, que guia grande parte dos projetos que vêm sendo implantados no Estado, há várias décadas.

Desde meados do século XX, o Pará entrou no foco de interesse do capital internacional pela quantidade e diversidade de minérios existente em seu subsolo, quais sejam, manganês, ouro, ferro, níquel, bauxita, entre outros. Regionalmente, o primeiro destaque da exploração industrial de minério na região apareceu com a extração de manganês na Serra do Navio, no estado do Amapá, na década de 1950 (MONTEIRO, 2005a).

As primeiras explorações minerais no oeste do estado do Pará datam da década de 1960, quando na região do rio Trombetas a empresa Bauxita Santa Rita Ltda., subsidiária da Aluminium Limited of Canada (ALCAN), começou a atuar na extração de minério. A exploração de bauxita ganhou maior valorização quando em 1967 foi criado o projeto Mineração Rio do Norte (MRN), que garantia a exploração mineral em grande escala, com a concessão de benefícios dados pelo Estado e a criação de estratégias regionais que favoreciam a mineração, principalmente no que se refere à infraestrutura de transporte, energia, moradia etc.

Neste cenário, a ALCOA, apesar de ser concorrente da ALCAN, aparece como uma das interessadas em ações da MRN. Mesmo tendo também direitos de lavra na região do rio Trombetas, a ALCOA utilizava-se do discurso de não super ofertar minério no mercado mundial (MONTEIRO, 2005b). Isto nos mostra que a ALCOA, empresa que atualmente se

volta para a extração de bauxita em Juruti, já vinha desde a década de 1970 com estratégias de posicionar-se frente à atividade mineral na região.

Na década de 1970, o governo federal criou o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - Polamazônia, que visava estabelecer na região polos de desenvolvimento. No sudeste do Pará, foi criado o Programa Grande Carajás (PGC) na década de 1980, atrelado à lógica de desenvolvimento do governo federal, que se voltava neste momento para o incentivo do crescimento econômico, a partir das divisas conseguidas com a produção de minério. O maior expoente deste Programa foi o Projeto Ferro-Carajás, no Município de Parauapebas, (MONTEIRO, 2005a).

O PGC também incentivou na sua área de abrangência, a instalação de empresas que se dedicassem à produção de ferro – gusa, ferroligas e silício metálico, chegando a autorizar a concessão de benefícios para a implantação de 22 empreendimentos minero-metalúrgicos. (MONTEIRO, 2005a, p.191)

Essas colocações nos levam a analisar que o estado do Pará tem ganhado destaque crescente, a partir da década de 1960, no cenário mundial. Espaços que antes eram conhecidos apenas por suas florestas e baixa ocupação populacional ganham novo enfoque, atraindo empresas e frentes de ocupação voltados para o cenário da mineração. Esse processo, iniciado há pouco mais de meio século, ainda não chegou a seu final, uma vez que novos espaços ainda vêm sendo integrados ao capital internacional, situação que verificamos pelo Projeto Mina Juruti, em Juruti; ou ainda por projetos como a Mineração Onça Puma, inaugurado em 2011, pela Vale em Ourilândia do Norte e a Aços Laminados do Pará (ALPA) que vem sendo instalada em Marabá. Assim, vemos que longe de se encerrar a valorização regional, a partir da mineração, tem sido a grande marca da Amazônia, ou como apontam Araújo e Belo (2009), a Amazônia tem sido sempre vista como um grande almoxarifado de recursos naturais.

A citação de Monteiro (2005a) nos mostra ainda que os projetos minerais atraem para a região uma série de empresas, que também se voltam ao setor mineral, bem como empresas de serviços que dão suporte à nova realidade, como bancos, redes de ensino, lojas de materiais diversos, restaurantes, empresas terceirizadas (meio ambiente, arqueologia, construtoras e demais especialidades). O que marca uma rápida e profunda transformação da lógica de vida local, da organização e das atividades pré-existentes, como a dinâmica de agricultores, moradores das sedes municipais e comunidades.

A nova ordem espacial, trazida pelo grande capital, choca-se com o espaço pré-existente, ou seja, “com os modos de vida e práticas espaciais dos grupos tradicionais amazônicos” (WANDERLEY, 2009, p.478). Independentemente de a mineração causar desapropriação, o que se percebe, pelos trabalhos realizados nos mais diferentes pontos da Amazônia, é que ela é uma atividade que causa transformações ao espaço de forma geral.

A diferenciação que aparece na forma de relação entre os grandes projetos e a realidade socioespacial local, levando em consideração seu momento de implantação, merece destaque. Nas décadas de 1970 e 1980 uma das marcas das corporações que se instalavam na Amazônia, com o apoio do Estado, era a relação com as populações locais pautada no autoritarismo. Este tratamento era aceito em virtude da pouca importância dada pelo governo às populações tradicionais locais. O Estado, assim como grande parte da sociedade nacional, via-as enquanto atrasadas, primitivas, e que, por isso, necessitavam ser levadas à civilização e modernização, próprias do desenvolvimento capitalista. Caso estas populações fossem o entrave para o desenvolvimento, deveriam ser retiradas do caminho, para facilitar a modernização própria do capitalismo (WANDERLEY, 2009).

Nas décadas mais recentes, desde 1990, principalmente com os avanços legais em torno do direito social a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, a relação que se estabelece, entre os grandes empreendimentos e as populações locais, exige um maior diálogo e cuidado com os impactos causados. Não se quer dizer com isso que os impactos sociais negativos deixaram de existir ou tudo passou a ser completamente aceito, mas que a vigilância da sociedade civil organizada aumentou em quantidade e qualidade. Wanderley (2009) explica que as grandes empresas mineradoras atuam de forma a criar uma nova lógica de organização nos locais onde se instalam. O objetivo é desenvolver suas atividades com maior aceitação de sua presença e, assim, garantir a segurança de sua produção.

Esta última estratégia de implantação de projetos é o que verificamos em nossa área de estudo, onde vários programas sociais e ambientais foram criados com vistas a minimizar as transformações que o capital internacional traz ao espaço local. No entanto, independentemente de haver ou não um confronto direto, vemos que modos de vida são modificados ou limitados, uma vez que nos parece impossível estar em contato com a nova organização que a mineração impulsiona e continuar vivendo como se ela não existisse.

Essa situação ocorre como um resultado da relação entre local (espaços com uma dinâmica própria, um modo de vida singular) e global (dinâmica do capital e influência direta

das grandes empresas). Para melhor compreendermos este processo, recorreremos a Santos (2008) ao explicar que o mundo cada vez mais globalizado e a conseqüente ampliação das dimensões da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), que promove a expansão do alcance do capital, faz com que a influência sobre os lugares seja maior, sendo estes cada vez mais atingidos por processos externos à sua organização. Essa divisão do trabalho, que a partir dos sistemas e organizações produtivas atribuem novas funções, valores e significados aos lugares, é responsável pela constante renovação e diversificação das sociedades (SANTOS, 2004).

Araújo e Facincani (2009) explicam que a organização espacial do capitalismo nos coloca diante de um contínuo processo de transformação, a fim de atender a interesses e necessidades (mutáveis) voltadas à reprodução ampliada do capital. Surgem, em função dessa dinâmica, conflitos socioambientais que impactam diretamente sobre a ordem espacial. Ou seja, as relações sociais e as etapas do processo de trabalho são cada vez mais influenciadas pelo capital internacional, fato que incide diretamente sobre as mudanças espaciais.

A organização do espaço no capitalismo é marcada por uma acentuada divisão e especialização do trabalho em todas as escalas geográficas. O sistema se expande pelo mundo articulando a escala local, regional e global, através do desenvolvimento desigual e combinado, cuja lógica reside na integração / diferenciação de áreas. Cada país ou região apresentará uma estrutura espacial coerente com seu estágio de desenvolvimento. (ARAÚJO, FACINCANI, 2009, p.15)

Assim, temos no espaço a grande expressão do processo de globalização e expansão do capital. Compreendemos as especificidades que emanam da relação dialética entre o global e o local, por entender que o capital, apesar de se expandir, não homogeneíza os lugares, mas os transforma. Conforme Santos (2004, p.339) nos explica “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”. Sobre o assunto Massey (2008) afirma que o espaço precisa ser entendido como produto de inter-relações, ele se forma por meio das interações que vão desde o global até o intimamente pequeno. É nele que se encontra a multiplicidade dada pelas mais diferentes trajetórias da sociedade que coexistem. A discussão travada sobre espaço e lugar por Santos (2004, 2008) e sobre espaço por Massey (2008) nos leva a compreender a complexidade que existe entre a relação global – local, pelas influências, mudanças e persistências que se dão no espaço e são apreendidos diretamente pela análise do lugar.

É a análise desta relação dialética para a formação do espaço que procuramos desenvolver, desde o primeiro capítulo, em nosso trabalho, ao discutir o campesinato e as transformações às quais está sujeito. Tendo na mineração em Juruti, a parcela de ação do capital, como o ponto principal de estímulos de mudanças no local.

Ao relacionarmos a implantação dos projetos minerais na Amazônia com essas considerações sobre a expansão do capital ressaltamos a projeção da região no cenário mundial, como fornecedora de recursos minerais. Destacamos aqui um dos espaços mais novos, que foi integrado ao interesse mundial, o município de Juruti, que tem um grande potencial de bauxita em seu subsolo.

Juruti é um município que nos últimos 10 anos tem passado por transformações econômicas e sociais de grande expressividade. Sendo que o grande impulso para essas transformações foi a chegada da ALCOA, multinacional voltada para extração de bauxita, no ano de 2004. A Alcoa iniciou sua articulação para exploração mineral no município no ano 2000, quando comprou a empresa Reynolds Metals, que já vinha desenvolvendo prospecções no município anos antes (GVces, 2008).

O início do século XXI insere Juruti no foco de interesse mundial, um espaço que antes era afastado dos centros de atuação do capital internacional, conforme já expusemos, passa a fazer parte do mercado global de minérios. Este fato é a expressão concreta da ação acelerada do capital, para a produção e domínio de um espaço determinado. Apesar desta nova articulação, que permite às estratégias internacionais influenciarem nas decisões locais, não desaparecem as organizações sociais e nem as populações que ocupavam este espaço desde antes da chegada da mineradora. Estas se transformam em um processo de diálogo e articulação que as permite conviver ou sobreviver aos novos processos que incidem no local.

Essas considerações são importantes para analisarmos a realidade agrária da comunidade São Pedro / Juruti – PA, uma vez que, as múltiplas dimensões interferem na organização do espaço produtivo local. Um espaço marcado por uma dinâmica particular de organização, conforme ressaltado no capítulo anterior desta dissertação. Este espaço passa a sofrer interferências da atividade mineradora, diretamente relacionada à economia mundial. Entre as interferências citamos: a criação de infraestrutura para servir à mineração industrial (rodovia, ferrovia); as relações de trabalho se veem modificadas pela oferta de empregos com carteira assinada, atraindo principalmente dos trabalhadores mais jovens, que antes tinham como maior perspectiva a agricultura; bem como o incentivo a projetos voltados para o

desenvolvimento agrícola. Sobre este último ponto retomaremos mais detalhadamente no capítulo seguinte.

Identificamos nas áreas de influência da mineração uma diversidade de atores que mantêm relações e interesses diversos, os ligados à economia global, os pequenos agricultores, os migrantes em busca de novas oportunidades de emprego, os serviços que se desenvolvem em função das migrações e outras tantas formas de inserção no novo contexto. Convivem então os novos atores sociais, que chegaram para atender aos interesses das empresas ligadas à ALCOA (Construção, licenciamento, educação), juntamente com os atores sociais que já desenvolviam suas atividades no local, comerciantes, produtores, educadores entre outros, tanto na sede municipal, quanto na zona rural de Juruti.

Podemos assim pensar na complexidade da realidade que surge, com seus consequentes conflitos. Estes conflitos aparecem em função do contato de modos de vida diferentes, que nos levam a refletir sobre as novas organizações, dada a dinamicidade vivenciada no espaço. Os migrantes, trabalhadores que chegam a Juruti, começam a disputar espaços com a população local, fazendo com que a periferia da cidade cresça sem muita estruturação. Os sistemas educacional e de saúde públicos passam a ser ainda mais deficientes diante do rápido aumento da demanda. A necessidade de áreas específicas para a instalação da infraestrutura da ALCOA gerou a necessidade de desapropriações, fato que justificou o desaparecimento do bairro Terra Preta na sede municipal para dar lugar à área portuária da empresa. O local de captação de água para o projeto, bem como os impactos causados na região próxima à base de extração de bauxita, tem gerado sérios conflitos com algumas comunidades próximas a estes locais, que se organizaram para confrontar as ações da ALCOA. A organização criada e possui forte expressão e reconhecimento no município é a Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (ACORJUVE). Direta ou indiretamente muitas são as confrontações que aparecem com a chegada da atividade mineral, citamos aqui apenas algumas destas.

Como uma forma de controlar algumas destas situações faz-se necessária a criação de um novo aparato público e privado para minimizar os problemas e atender as demandas que surgem. Ao analisar a situação da mineração em Oriximiná-PA, Wanderley (2005) afirma que um projeto minerador trouxe novas instituições públicas e privadas, que criaram normas, leis e regras sobre o território. Assim, as transformações aconteceram com vista a criar um verdadeiro espaço da mineração, ou seja, um espaço que atendesse aos interesses e demandas

desta atividade, que seja propício ao desenvolvimento do capital global no local. Diante desta nova conjuntura, conflitos aparecem motivados pelas transformações implementadas no espaço.

Os mediadores, ONG's, Igrejas e partidos políticos, objetivam apaziguar os conflitos existentes e direcionar os investimentos dos agentes financeiros em forma de projetos para os grupos individuais. Apesar de se relacionarem com todos os atores, eles não são neutros, pois detém posições políticas claras (WANDERLEY, 2005. p.16471).

Percebemos aqui, como o processo de globalização, ao se expandir aos mais distintos e distantes lugares, interfere direta e indiretamente na realidade local. Como interferência direta, temos desapropriações e remanejamentos compulsórios, fluxos migratórios, problemas ambientais surgidos pela instalação dos empreendimentos, entre outros. Os espaços são preparados para dar suporte necessário à mineração. Na experiência vivenciada em Juruti, a instalação da ALCOA ainda gera fortes impactos, tanto na sede municipal, quanto na área onde propriamente se localiza. A necessidade de construção de ferrovia, porto, base de operação, escritórios, entre outros, levou à desapropriações e remanejamentos. A demanda por grande quantidade de mão de obra estimulou a migração de trabalhadores para Juruti, que fazem com que cresça rápida e desordenadamente a cidade, o que leva ao aparecimento ou agravamento de problemas sociais, detalharemos este fato mais à frente, neste capítulo.

Como interferência indireta, ou seja, aquelas que são impulsionadas por alguma transformação realizada para servir à mineração. Podemos apontar o abandono de atividades tradicionais por membros da comunidade local para se inserirem no trabalho na empresa mineradora, a perspectiva do trabalho assalariado (formal) tem atraído parte da população rural do município. Apontamos ainda, o processo de expansão das áreas periféricas nos núcleos urbanos, o aumento de demanda por serviços como educação e saúde, entre outros, detalharemos mais à frente essa situação em Juruti. Tais transformações não ocorrem sem gerar conflitos de interesses ou resistências ante as mudanças.

Compreendemos a relação mineração e espaço na Amazônia, como uma forma de o capital internacional se instalar em detrimento das populações tradicionais e seus modos de vida. Percebemos aqui uma dinâmica possível de ser interpretada à luz da análise da relação dialética do global com o local. Carlos (2007) explica que o processo de globalização se materializa no lugar, pois é nele que se vive, se realiza o cotidiano: “O mundial que existe no local, redefine seu conteúdo, sem todavia anularem-se as particularidades” (CARLOS, 2007,

p.14). Esta afirmação pode servir à análise da realidade de Juruti, que vê suas condições socioeconômicas se transformarem, sem necessariamente anularem as suas particularidades.

Apresentamos alguns fatos que nos permitem melhor analisar as recentes transformações em Juruti. No ano 2000, segundo o censo do IBGE, o município tinha sua população avaliada em 31.198 habitantes. Já no censo do IBGE de 2010, esta cifra alcança os 47.086. Ao considerarmos que o crescimento populacional do Pará esteve aproximadamente em 19%, torna-se mais destacado o aumento populacional em Juruti, que alcançou 51%. Esses números podem ser explicados principalmente pelo desenvolvimento dos processos econômicos que passam a transformar a realidade local, sobretudo com a mineração, principalmente a partir do ano de 2004, quando iniciaram as obras de instalação do empreendimento.

Os efeitos deste crescimento populacional em Juruti são identificados na configuração espacial da sede municipal, onde se vê uma expansão das ocupações nas áreas periféricas. Por não ter estrutura para acompanhar a velocidade do aumento populacional, resta à população que não pode adquirir casas ou terrenos em áreas da cidade atendidas por infraestrutura básica (abastecimento de água, esgoto, pavimentação de ruas etc.) a ocupação de espaços não estruturados para moradia. Assim se vê o expressivo aumento das ocupações de terrenos às margens da cidade, normalmente com casas de madeira, barro ou apenas tijolo; sem serviços de saneamento básico. Nestas áreas, normalmente se encontram moradores que vieram de outras localidades para procurar trabalho em Juruti. Apesar do empreendimento da mineradora estar a aproximadamente 40 km de distância da cidade, é nela que se observam os maiores impactos causados pelo processo migratório.

A instalação de projetos minerais na Amazônia remonta as diversas formas de articulação com o local. De maneira geral são criadas estruturas que garantam suas atividades, como explica Wanderley (2009), as grandes corporações tendem a criar nos locais novas racionalidades a fim de atender ao desenvolvimento de sua produção, sendo as principais estratégias utilizadas a que se pauta no controle direto do território. Um dos exemplos de controle direto de territórios para garantir uma racionalidade voltada para a mineração é a criação das Company Towns (cidades empresas) como ocorreu em Vila dos Cabanos (Barcarena), Carajás (Parauapebas) e Trombetas (Oriximiná), todas estas no estado do Pará.

Em Juruti, como houve uma acomodação das dinâmicas populacionais ligadas à empresa diretamente na sede municipal, pode-se perceber a desorganização causada para a

criação de uma nova organização espacial, conforme já explicamos sobre o crescimento das áreas periféricas da cidade. Esta organização está diretamente voltada a atender e articular os interesses dos migrantes, da população e do comércio locais em expansão, bem como da mineração. O crescimento acelerado do espaço urbano, sem estruturas para suportar o inchaço repentino, provocou o surgimento de uma larga faixa de ocupações espontâneas das bordas da cidade. A procura por casas, para empresas prestadoras de serviços da mineradora, bem como empresas atraídas pela nova dinâmica no local, fez com que os preços dos aluguéis oscilassem, ainda em 2008, entre R\$ 2.000,00 e R\$7.000,00 na área central da pequena cidade. Fato este que nos permite compreender a existência de invasões e ocupações não planejadas nas bordas da mesma. Destacamos que grande parte das terras recém ocupadas é propriedade do INCRA e do ITERPA (Instituto de Terras do Pará).

Outro aspecto importante em nossa análise é o que se refere à atividade geradora de renda no município. Pelo fato de necessitar de grande quantidade de mão de obra para a construção das instalações físicas da atividade mineradora, houve uma mudança no tipo de atividade existente no município. No ano de 2005, a principal atividade geradora de renda era a agricultura, porém com a chegada da mineração, este cenário foi largamente alterado. A mudança do perfil dos empregos no município foi uma informação obtida em trabalho de campo, realizado tanto na comunidade São Pedro, quanto em outras comunidades, como a São Paulo, onde verificamos o mesmo processo a ocorrer. Tal situação pode ser verificada pelo efeito constatado no declínio da principal produção agrícola do município, que é a mandioca, principalmente entre os anos de 2004 e 2005, conforme gráfico abaixo:

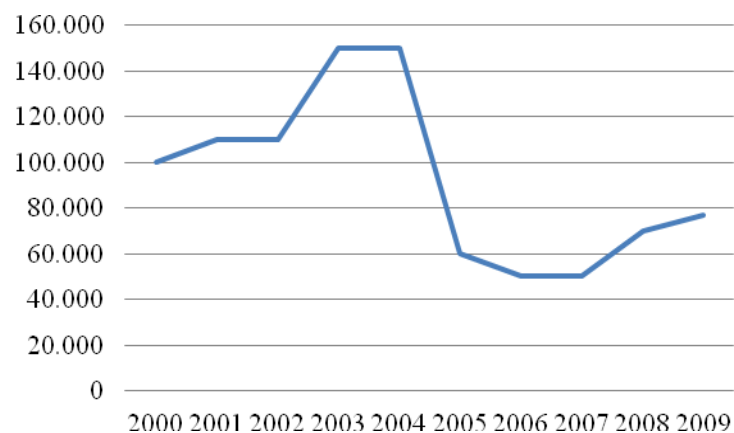


Gráfico 01: Produção de mandioca (em toneladas) em Juruti de 2000 a 2009³

³ Dados estatísticos do IDESP, Pará (2011)

Podemos perceber pelas informações contidas no gráfico que o declínio acentuado na produção de mandioca coincide com o início das atividades da ALCOA em Juruti. De forma geral, o que podemos ver em várias comunidades, como é comum se observar em áreas de mineração, é a população mais jovem trocando o trabalho na lavoura pelo trabalho com carteira assinada nas empresas contratadas e subcontratadas da mineradora.

A situação de abandono por parte do poder público, na qual o camponês muitas vezes se encontra, faz com que sua população mais jovem busque alternativas para complementar a renda da família com a prestação de trabalhos ou a formalização de um vínculo trabalhista, em empresas. Essa realidade observamos em Juruti, quando, principalmente a população mais jovem, está na busca por este tipo de emprego. Retomaremos esta discussão no último capítulo de nosso trabalho, uma vez que este é um fato de suma importância para compreendermos a situação existente na comunidade São Pedro. A Alcoa no município de Juruti é uma grande expressão da forma como o capital influencia e modifica os lugares, demonstra o alcance do capital internacional em lugares que antes tinham uma dinâmica identificada com um tempo lento (SANTOS, 2004). Essa relação nem sempre ocorre de forma pacífica, uma vez que o alcance das mudanças pode encontrar resistências locais, como ocorreu com a mobilização das comunidades na região de Juruti Velho.

Wanderley (2009) e Araújo e Belo (2009) fazem uma interessante pesquisa sobre esta resistência das comunidades tradicionais em Juruti diante da chegada da Alcoa. A região de Juruti Velho é definida pelo INCRA como *Projeto Agroextrativista Juruti Velho (PAE Juruti Velho)*. Com a chegada da atividade mineradora os limites territoriais do PAE foram alterados, algumas áreas foram repassadas pelo Estado para a Alcoa, com vista a atender aos interesses de extração de bauxita. Como uma forma de lutar contra os impactos surgidos foi criada a ACOJURVE em 2004, que de forma organizada “luta pela terra, pela água e pela floresta, portanto, pelo direito de ser e continuar sendo Amazônida” (ARAÚJO e BELO, 2009, p. 271). Este tipo de organização nos leva a compreender que na nova configuração espacial, os novos atores que passam a compor o cenário econômico de Juruti confrontam os interesses de alguns grupos sociais. Atividades econômicas como a mineração, que alteram significativamente o espaço, onde se instalam, desestruturam o local para reestruturá-lo segundo seus interesses. A ALCOA, apesar de ser uma empresa que busca a aceitação local, com altos investimentos em divulgação de suas ações sociais, também encontra resistência de alguns grupos no município, conforme exemplo citado.

Várias pesquisas acadêmicas vêm abordando essas resistências em Juruti, principalmente nas áreas diretamente impactadas pela ALCOA, principalmente sobre a região de Juruti Velho. São muitas as transformações causadas pela mineradora no município, uma vez que existem várias estruturas que respondem a atividade produtiva: mina, usina de concentração, bacias de rejeito, estruturas de apoio, vias de ligação à região do porto (estrada e ferrovia) e porto (CNEC, 2005). Cada parte do projeto impacta de forma diferentes o espaço local, assim, aparecem: desapropriações de terras, aumento populacional de forma descontrolada, demanda por serviços como saúde e educação no município, desequilíbrios ambientais decorrentes da própria atividade, entre outros.

A realidade da educação nos municípios que recebem a entrada dos projetos minerários passa a ser outra, aumenta o número de turmas, o número de alunos, o município passa a ter necessidade de aumentar a estrutura de suas escolas e de professores. O município passa a ter novos postos de comércio, surgem novos postos de trabalho, crescem o número de pessoas que se deslocam da área rural para a área urbana dando origem a novas possíveis “invasões”. As pessoas são deslocadas para outras localidades na área onde o projeto irá ser desenvolvido. (VELLOSO, 2010, p.21)

Percebemos então que muitas são as alterações trazidas pela inserção da atividade mineradora em novos espaços, que dependendo do grau de impacto pode ser mais ou menos tolerado pela população local. Como exemplo, temos o processo que ocorre no próprio município de Juruti, onde algumas áreas lutam contra o projeto, enquanto outras, como na sede municipal, veem nas novas condições oportunidades para o desenvolvimento de suas atividades, principalmente do setor de serviços como restaurantes, comércio, etc.

Na comunidade São Pedro, apesar de terem sido relatadas em nossas pesquisas, a insatisfação com várias mudanças surgidas a partir da implantação da Alcoa, entre elas: o assoreamento do igarapé local pela construção da ferrovia e o aumento da quantidade de acidentes na estrada que corta a comunidade, não houve grandes mobilizações por parte da sociedade local. Percebe-se na comunidade uma relação de influência do grande capital na tentativa de tornar mais aceitos os acontecimentos em curso, mas isso não quer dizer que não ocorrem resistências ou que as estratégias do capital internacional mudam completamente a lógica de vida local. As resistências podem ser compreendidas dentro do próprio modo de vida local, os costumes, as práticas que não desaparecem em função da mineração.

Diante disto, em nosso trabalho, analisamos atentamente as alterações que ocorrem na comunidade São Pedro, tendo em vista, sua inserção em um contexto maior da economia.

Perceber que nem tudo que é tradicional na vida cotidiana deste grupo social desaparece em função da predominância do capital é um caminho a ser trilhado pela pesquisa aqui apresentada, que leva em consideração o camponês como elemento central na trama socioespacial desenhada atualmente no município de Juruti.

Tendo em vista que as principais transformações na comunidade surgiram a partir da chegada do projeto da mineradora, torna-se fundamental retomarmos o processo de licenciamento do referido projeto, para assim compreender a razão de São Pedro ter sido também foco de ação da empresa.

2.2 – O LICENCIAMENTO E A INTERVENÇÃO SOCIAL: APROXIMAÇÃO GLOBAL – LOCAL

Ao abordarmos o processo de inserção da mineração na Amazônia, pautada na lógica desenvolvimentista, que vê nos grandes projetos minerais a solução para o “atraso” regional, ao menos o atraso visto pelos que estão alheios à região, faz-se necessário destacarmos as ações legais que acompanham a implantação de tais projetos. A legislação brasileira traz uma série de exigências para que empreendimentos deste porte sejam implantados, visando com isso minimizar os impactos negativos sobre o local.

É impossível não se perceber os impactos que o espaço sofre com a chegada de um empreendimento de mineração. Por ser uma atividade de grande porte, atinge fatores estruturais do município, como construção de estradas, porto, e construções para atender a demanda por moradias e serviços nas cidades, bem como afeta questões sociais como demanda por escolas, saúde, empregos entre outras, conforme já destacamos anteriormente.

Os grandes empreendimentos, como os minerais, por normalmente promoverem profundas transformações no espaço onde se instalam, necessitam passar por um processo de licenciamento ambiental. Esta é uma exigência prevista na legislação brasileira, que tem sido cada vez mais atuantes frente a questão ambiental no país. Frequentes são os debates para a melhoria das condições ambientais, quando se fala em grandes projetos, no Brasil, dada a dimensão dos impactos causados por estes.

A preocupação pela diminuição de impactos ao meio ambiente é mundialmente debatida, assim temos como um dos principais instrumentos de controle de impactos da Política Ambiental Internacional a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), definida pelo

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), como processo básico para a proteção ambiental. Com o foco principal na previsão e minimização de impactos, a AIA é fundamental para nortear exigências básicas para a efetivação de investimentos internacionais. Barbieri (1995), ao analisar o licenciamento ambiental, destaca a ideia de impacto contida no documento internacional: “(...) entende-se por impacto ambiental qualquer mudança líquida, positiva ou negativa, no ambiente natural e social decorrente de uma atividade ou de um empreendimento proposto” (BARBIERI, 1995, p;79-80).

Assim, qualquer transformação, seja positiva ou negativa, é entendida enquanto impacto, por modificar as características do lugar. Cabe à legislação ambiental garantir os ganhos ou diminuir as perdas sofridas pelo lugar. De forma geral, o AIA, internacionalmente acordado, deve: “Prever os possíveis impactos de um projeto sobre o meio físico e humano, buscar meios para reduzir ou eliminar os impactos indesejáveis e apresentar essas previsões e opções aos órgãos decisórios” (BARBIERE, 1995, p.79).

A prática de execução da AIA ocorre nos países desenvolvidos desde a década de 1960, mas foi a partir da década de 1970 que teve início sua aplicação prática no Brasil. Especificamente quando as agências de fomento e desenvolvimento internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), passaram a exigir a AIA como condição para o investimento em projetos de grande porte (BARBIERE, 1995).

Apesar de ter sido iniciado no Brasil na década de 70, foi na década de 80 que o licenciamento se firmou na legislação nacional, por meio da PNUMA (Política Nacional do Meio Ambiente), pela Lei nº 6.938/81, que estabelece os instrumentos e formulações da política ambiental nacional.

Art 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (Lei nº6.938/81)

Quando em 1986 foi criado o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) houve a intensificação das exigências ambientais com a criação da Resolução CONAMA 01/86 que estabelece as etapas práticas do licenciamento e exige com isso a realização do EIA / RIMA (Estudo de Impactos Ambientais / Relatório de Impactos Ambientais). Para esta Resolução, a realização do EIA / RIMA apresenta um diagnóstico do meio ambiente local,

levando em consideração sua complexidade, que abrange questões físicas, biológicas e socioeconômicas. Esse diagnóstico visa analisar os impactos possíveis de serem causados por um empreendimento, para que com isso se possa pensar em medidas mitigadoras, conforme ressaltado nos incisos II, III e IV do artigo 6º da Resolução citada, quando se define alguns pontos do que deve conter e apontar os estudos de impactos ambientais:

II - Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais.

III - Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas.

IV - Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento (os impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados).

Parágrafo Único - Ao determinar a execução do estudo de impacto Ambiental o órgão estadual competente; ou o IBAMA ou quando couber, o Município fornecerá as instruções adicionais que se fizerem necessárias, pelas peculiaridades do projeto e características ambientais da área. (RESOLUÇÃO CONAMA 01/86)

Na prática, para os grandes empreendimentos, é este um estudo inicial para prever impactos, bem como apresentar as possíveis soluções para os mesmos. Trata-se de um estudo detalhado para verificar a relação que um empreendimento terá com os meios físico, biológico e socioeconômico, verificando quais os impactos que serão criados e cada um desses meios.

Assim, antes de se efetivarem os impactos, grande parte destes já está prevista em estudos anteriores. Com a realização dos estudos para o licenciamento, cabe ao poder público Federal ou Estadual, dependendo da dimensão do empreendimento, aprovar integralmente ou exigir condicionantes para a liberação das licenças. Essas condicionantes são ações práticas que os empreendedores devem realizar a fim de compensar ou minimizar impactos causados.

O processo de licenciamento não é rápido, nem simples, pois exige análises, estratégias e atenção a vários aspectos ambientais. Foi por meio deste processo que a maior parte dos programas sociais passou a ser pensada para Juruti, por parte da ALCOA, tendo em vista o amplo impacto causado pelo seu projeto de extração de bauxita no município. Entre estes o projeto de valorização da atividade de comunidades como São Pedro, foco de nossa dissertação.

2.2.1 – O licenciamento do Projeto Juruti e a comunidade São Pedro

No ano de 2004, a Alcoa iniciou o processo de licenciamento ambiental, atendendo às exigências da legislação nacional, elaborando o EIA/RIMA do Projeto Juruti. Com os levantamentos realizados para a aquisição da licença de instalação da empresa em Juruti, pode-se inicialmente ter uma prévia do alcance espacial do empreendimento. De forma geral foram apontadas como estruturas básicas para o Projeto Juruti: a mina de extração de bauxita, usina de concentração, bacias de rejeito, estruturas de apoio, vias de ligação e porto (CNEC, 2005). Essas estruturas visam garantir a realização da atividade minerária na região, mas o licenciamento foi realizado apenas para a parte que entraria em operação até 2008. Ainda restam áreas para futura pesquisa e exploração, ao todo a Alcoa possui o direito de lavra, junto ao DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), de 19 áreas, assegurando que a extração de bauxita pela empresa se estenda para o futuro.

Desde o ano de 2004 as intervenções espaciais em Juruti são profundas e evidentes. Um município que se voltava basicamente para a agricultura e o comércio local, passa a se voltar para a extração mineral, conforme ressaltamos na primeira parte deste capítulo. As migrações que antes ocorriam por motivo de parentesco ou razões sociais locais, agora ocorrem impulsionadas pela economia mineral de nível internacional. Com o cenário que se apresenta, algumas exigências foram estabelecidas pelo órgão licenciador, com o objetivo de controlar os impactos negativos no município.

Como já mencionamos, o rápido crescimento populacional provocado pelo grande fluxo migratório direcionado para o município, atinge todos os aspectos sociais, como demanda por moradias, saúde, educação, alimentação, entre outros. Diante dessa perspectiva já havia sido destacado no RIMA do empreendimento algumas ações para lidar com os principais acontecimentos.

A ALCOA terá participação em todas as fases do planejamento enfatizando colaborar com a reforma das escolas, criação de cursos profissionalizantes, para treinamento e preparação de mão de obra, melhorias das condições do hospital local, construção de um posto de saúde avançado e posto de assistência social, apoio na segurança pública e policiamento, construção das estações de tratamento de água e esgoto (CNEC, 2005, p.19)

Percebemos por tais colocações, que as alterações foram previstas e várias ações destacadas para serem concretizadas. Dentro deste contexto, foram feitas as várias escolas

públicas, tanto na sede municipal, quanto na zona rural; entre estas, a escola existente na comunidade São Pedro, que contou com os recursos da mineradora.

A sede municipal abrigou os impactos mais evidentes, pela concentração populacional. Um bairro inteiro, que existia na beira do rio, desapareceu para dar lugar ao porto da empresa, o bairro Terra Preta. O fluxo de carros e motos na cidade aumentou significativamente, dada a necessidade da ALCOA e instalar seus funcionários e empresas contratadas na área urbana. Esse fato fez com que fossem definidas apenas algumas ruas para tráfego de carros das empresas, decisão tomada pela própria ALCOA, para canalizar o fluxo de seus funcionários, juntamente ao uso mais intenso, várias ruas foram pavimentadas. A rodovia principal de saída da cidade, PA 257, que permite parte do acesso rodoviário para Santarém, foi pavimentada no ano de 2008, por ser esta rodovia que liga a cidade à mina.

Apesar dos problemas causados pelas obras que dão suporte à mineração, por serem acompanhados pelas compensações, tais transformações dividem opiniões de moradores das comunidades rurais. Alguns acreditam terem sido benéficas por facilitar o acesso campo – cidade. Outros, principalmente mais antigos, dizem ter aumentado o perigo em função de acidentes, que antes não ocorriam, principalmente por causa da velocidade dos carros e motos que é aumentada com a pavimentação. Mas fato a ser destacado nesta análise é que o tempo de realização das relações no local foi acelerado, a ideia de tempo lento, discutida por Santos (2004) é acelerada pelas estruturas que servem ao capital. O trajeto que antes levava muitas horas para se chegar de uma comunidade rural, como a São Pedro, para a cidade, agora leva fração de hora. Assim se vê a própria dinâmica das comunidades se transformarem para este novo contexto.

As interferências diretas causadas pela mineradora fizeram algumas comunidades serem destacadas no RIMA do Projeto Juruti, por sua situação em relação à estrada e rodovia, são as comunidades: São Pedro e Santo Hilário principalmente, que têm seus núcleos habitacionais cortados por ambas vias de tráfego (CNEC, 2005). A comunidade São Pedro é cortada pela estrada PA 257 desde o início de sua estruturação, desenvolvendo-se de forma a margear tal rodovia, assim o asfaltamento apenas aumentou o fluxo pelo local. Por outro lado, a ferrovia cortou alguns lotes de agricultores, áreas onde eram realizadas roças, no núcleo habitacional da comunidade foram cortados três lotes na parte central. Seus donos foram indenizados, de acordo com o sua produção.



Foto 03: Ferrovía que corta área de plantio na comunidade (fevereiro de 2013)

A foto 03 mostra a localização da ferrovia, o terreno à esquerda da foto é a área utilizada, atualmente para o SAF da Emater. Existe, como se pode ver à direita da imagem, uma passagem por baixo da ferrovia que interliga as áreas de plantio da comunidade com o núcleo de habitação da mesma, essa passagem é perigosa, pois não permite a visualização do fluxo de pessoas ou automóveis na direção contrária, por isso, na própria comunidade existe o cuidado de buzinar para informar que irá atravessar a ferrovia, evitando acidentes.

Sobre este assunto, Wanderley (2009) abordou em um de seus trabalhos que as indenizações pagas pela ALCOA às famílias que tiveram seus lotes cortados pela estrada de ferro, tiveram valores muito destoantes, variando de R\$4.000,00 a R\$35.000,00 por hectare. Segundo o autor ainda, as negociações foram feitas por família, individualmente, com a assinatura de contratos, muitas vezes, com cláusulas de sigilo no que diz respeito às condições do processo. Como uma forma de equilibrar as disparidades e evitar conflitos, o INCRA, enquanto gestor legal do assentamento SOCÓ I, passou a intermediar as negociações, criando para isso um plano de compensação coletiva, que previa uma série de investimentos em meio ambiente, sociedade, produção e infraestrutura.

Inicialmente, o que parecia ser uma solução não foi bem aceito por vários atores sociais envolvidos, conforme se nota no relato que segue: “O plano frustrou de um lado a empresa que buscava acordos individuais e de outro os assentados que queriam indenizações mais altas e se viram limitados aos valores estipulados pelo órgão” (WANDERLEY, 2009). Mesmo com o descontentamento, de forma geral foram garantidos ganhos: a escola local foi reformada e ampliada, o sistema de fornecimento de luz foi melhorado com a entrega de gerador próprio para a comunidade, bem como alguns programas sociais foram direcionados para a agricultura local, assunto que trataremos de forma mais aprofundada no próximo capítulo.

É importante destacarmos que as comunidades rurais de Juruti tiveram atenção especial durante o processo de licenciamento, por terem seu modo de vida reconhecido enquanto fator cultural importante, que tem referenciais culturais bem demarcados, assim, é ressaltado no RIMA, a respeito das comunidades:

Estas populações humanas criaram com esses espaços não apenas laços de sobrevivência, mas laços que definem modos de ser, de viver, de interpretar os eventos, acontecimentos e, sobretudo, relações que garantem as condições de reprodução sociocultural de um modo particular de estar no mundo. É assim, portanto, que devemos encarar os conhecimentos e formas de manejo e uso das espécies animais, de rios, lagos e solos pelas comunidades da área de influência direta do empreendimento. Esse sistema de manejo típico do campesinato amazônico, que conjuga a complementaridade e alternabilidade entre extrativismo, agricultura e pequena pecuária em sistemas ecológicos particulares, constitui-se num patrimônio histórico e cultural. (CNEC, 2005, cap. 6, p.38)

Percebemos que, no RIMA do Projeto Juruti as comunidades rurais são valorizadas a partir de sua base camponesa, fato que merece destaque por alcançar o entendimento do campesinato a partir de um modo de vida particular. Por tal motivo, entre as condicionantes para a manutenção da Licença de Instalação da empresa estavam várias estratégias para o fortalecimento e manutenção das comunidades atingidas por estruturas do projeto em Juruti.

Dentre as recomendações estão: uma maior articulação com as instituições e atores locais, regionais e nacionais, no sentido de construir um projeto de futuro comum e duradouro; a formação de uma agenda 21 local; a solução dos problemas fundiários, com a criação de assentamentos, capacitação e fortalecimento das organizações sociais; a criação de uma Área de Preservação Ambiental – APA; o estímulo à consolidação da cadeia produtiva de produtos agroextrativistas, aproveitando as novas demandas no mercado regional; a criação de um Fundo de desenvolvimento Regional Sustentável para Juruti, a ser gerido pelo Fórum Agenda 21, direcionado à implementação de políticas locais e financiados pela ALCOA e outras instituições interessadas. (WANDERLEY, 2009, p.502-503)

De forma geral, juntamente com a implantação do Projeto de extração de bauxita, a ALCOA vem desenvolvendo no município 35 programas para minimizar ou compensar os impactos previstos no EIA / RIMA do projeto. Destes, seis são voltados para o meio físico, sete para o meio biótico, oito para área gerencial (voltado para atividade prática de extração de bauxita) e quatorze para o meio socioeconômico. Destes últimos, dois abrangem a comunidade São Pedro: “Apoio à agricultura familiar” e o “Projeto de manejo florestal não madeireiro de uso múltiplo para sustentabilidade econômica e cultural das comunidades rurais (potencialização de cadeias produtivas e geração de renda nas comunidades nas áreas de influência da mina)”.

Esses programas de mitigação e controle de impactos são criados para garantir o desenvolvimento local de forma menos prejudicial à população local. Por isso, consideramos de grande importância nos ater brevemente sobre este entendimento de desenvolvimento. Para que possamos melhor abordar os programas, voltados para o desenvolvimento rural, que são desenvolvidos na comunidade São Pedro.

2.3 – CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO

Falar em desenvolvimento é falar em um processo múltiplo e com muitas divergências entre teoria e prática até os dias atuais. Refletir sobre o que significa este conceito é necessário para posteriormente compreendê-lo dentro do espaço rural. Para que não caiamos em uma perspectiva tecnicista de interpretação do desenvolvimento, quando analisado apenas a partir do aumento de renda ou de ganhos por uma sociedade.

Os debates teóricos a respeito de desenvolvimento estão longe de serem esgotados, uma vez que se tem historicamente grandes modificações neste conceito que está constantemente em formação / transformação. Dentre as perspectivas, podemos destacar duas: uma que se atém à ideia de crescimento econômico e outra mais ampla, insere neste debate a preocupação com a questão social.

Ortega (2008) nos explica que nos fins do século XIX, por causa da expansão do sistema capitalista, tinha-se a concepção de desenvolvimento direcionada para o progresso (evolução), onde o foco estava voltado para a incorporação de modos de produção e padrões de consumo dos países capitalistas centrais. Neste sentido, Favareto (2006) explica que a noção de desenvolvimento, quando passou a ser central na discussão científica, já trazia uma forte relação com o evolucionismo, uma vez que desenvolvimento e evolução derivam etimologicamente da palavra em latim *volvere*. “(...) o termo evolução e seu par – desenvolvimento – surgem, também no latim, presos à ideia de algo direcional, de algo relativo a uma atividade em certa medida com um sentido pré-destinado.” (FAVARETO, 2006, p.36). Ortega (2008) explica que essa abordagem pautada na evolução, com a consolidação do sistema capitalista, é rapidamente transformada na ideia de crescimento econômico no século XX.

Souza (1997) explica que, ao ser entendido enquanto crescimento, na prática, o desenvolvimento econômico era basicamente medido quantitativamente pelo PIB (Produto Interno Bruto) ou renda nacional e pela modernização tecnológica do país, sem considerar as

mudanças nas condições sociais. Essa concepção marcou boa parte do século XX, mas na segunda metade, começaram a surgir as discussões, que ao analisarem as desigualdades existentes entre as nações e dentro destas, mesmo com toda uma política voltada para o desenvolvimento, as disparidades sociais e pobreza de grande parte da população não haviam diminuído. Coloca-se em cheque o desenvolvimento pautado apenas no crescimento econômico.

Tomar o desenvolvimento econômico como sinônimo de desenvolvimento *tout court* é, com efeito, uma impropriedade, porque, se aquele se refere ao processo em cujo bojo uma sociedade consegue produzir bens em maior quantidade, de maior qualidade e com mais eficiência, ele concerne a meios, e não fins. Se a renda *per capita* bem pode representar uma ficção estatística, uma vez que nada revela sobre a *distribuição* da riqueza socialmente produzida, qual é então sua utilidade como indicador de nível de bem-estar, ainda que meramente material? (SOUZA, 1997, p.14)

Considerando tais colocações, o autor faz uma crítica ao entendimento do desenvolvimento atrelado aos dados que comprovam apenas o crescimento econômico. Destaca para isso que o crescimento, na perspectiva quantitativa, só pode ser tomado como um meio e jamais um fim para o desenvolvimento, uma vez que este é um processo muito mais complexo que a simples medida de valores.

Quando se apontam os limites do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, torna-se interessante perceber que ao invés de descaracterizar o conceito desenvolvimento, ou fazê-lo desaparecer, são acrescentadas a este novas adjetivações, para continuar justificando sua abordagem. Surgem assim os conceitos de desenvolvimento incluyente, desenvolvimento social, desenvolvimento local, desenvolvimento sustentável, entre outros. (FAVARETO, 2006).

Essas transformações nos levam a compreender a construção conceitual do desenvolvimento, considerando sua amplitude e divergência vistas nas práticas impulsionadoras do desenvolvimento nos dias atuais. Longe de ser um consenso, palco de reflexões ideológicas e políticas, é necessário entendê-lo como um processo, que não tem um fim em si, um ponto de chegada, como afirma Souza (1997) é um movimento sem fim, capaz de formar uma sociedade mais “justa e aceitável para seus membros” (SOUZA, 1997, p.19).

2.3.1 - O desenvolvimento rural: uma busca para quem?

Neste momento, aprofundamos nossa abordagem no âmbito do que se chama de desenvolvimento rural. Este traz muitas das divergências e debates contidos no desenvolvimento, mas com uma adequação própria à realidade agrária. Para isso, iniciamos com algumas considerações sobre as maiores transformações apresentadas pelos teóricos do desenvolvimento rural, para compreendermos qual o sentido deste conceito hoje e sua vinculação com a economia que vai além do modo de vida local.

Em meados do século XX estava em pleno vigor a “Revolução Verde” que estabeleceu uma nova racionalidade produtiva para o meio rural, pautada em um padrão tecnológico entendido como “moderno”, com o uso intensivo de mecanização e insumos industriais na agricultura, transformando a atividade agrícola em negócio industrial. Neste contexto, o desenvolvimento rural aparece extremamente articulado com a ideia de modernização do campo, por meio da intensificação produtiva (NAVARRO, 2001). Percebemos aqui a predominância da perspectiva voltada para o crescimento econômico, no caso do meio rural, como aumento de produção, a guiar todas as políticas de desenvolvimento deste meio.

Navarro (2001) explica que os defensores desta linha de pensamento se pautavam na ideia de que a modernização no campo geraria a otimização produtiva e esta, conseqüentemente, levaria ao aumento da renda pela comercialização dos produtos e então se chegaria ao desenvolvimento. Como um questionamento a essa colocação, retomamos uma consideração de Souza (1997) sobre o crescimento econômico, quando diz que o aumento da renda não garante sua distribuição, uma vez que a apropriação dos recursos necessários para o aumento produtivo se dá de forma concentrada. Então o que se pode observar é o aumento da disparidade entre os que têm acesso às modernizações tecnológicas e os que não têm.

Ainda sobre a ideia de desenvolvimento pautado na modernização, Alves e Guivant (2010) explicam que o desenvolvimento rural aparecia de forma subordinada à economia urbana, por isso o discurso se voltava fortemente para a garantia de segurança alimentar, por isso, grande partes dos projetos, planejamentos e intervenções tem suas discussões e decisões realizadas fora dos espaços rurais. Essa perspectiva é classificada pelos autores como desenvolvimento exógeno, ou seja, onde as propostas e modernizações estão fora de uma

lógica local de produção, conforme explica Ellis e Biggs (2001, apud ALVES E GUIVANT, 2010, p. 91):

A ideia central de desenvolvimento rural estava baseada na percepção de que a grande massa dos agricultores chamados de ‘trabalhadores tradicionais’ ou de ‘subsistência’ não ofereciam perspectivas para o desenvolvimento econômico ou para o aumento da produtividade, já que eram categorizados como economicamente irracionais. Dessa forma, a estes agricultores caberia apenas um papel passivo no processo de desenvolvimento econômico (fornecedores de recursos para o setor moderno da economia) e que, com o tempo, eles seriam suplantados pela expansão de agentes econômicos mais dinâmicos.

Este modelo enfatiza as ações das instituições de pesquisa e financiamento voltadas para a modernização agrícola, colocando em questão os conhecimentos tradicionais, por apresentarem concepções globalizantes de desenvolvimento. Aqui a ideia de desenvolvimento aparece de forma completamente contrária à vivência local, como tratamos em nossa dissertação do modo de vida camponês, este é diretamente afrontado pela nova concepção de desenvolvimento e modernização. Uma vez que o camponês se volta principalmente para a reprodução social de seu grupo ou família.

Grande parte das políticas voltadas para o meio rural no Brasil ocorrem de forma a confrontar o modo de vida local, concebendo-o como atrasado, ou algo a ser superado. Em nosso local de estudo, as intervenções não se deram de forma diferente, conforme detalharemos no próximo capítulo. De forma geral, o campo brasileiro, por muitos anos, foi entendido enquanto um espaço homogêneo, para o qual se fazia necessário planejar a integração e o desenvolvimento.

A concepção externa de desenvolvimento rural começa a ser diretamente questionada nas discussões acadêmicas iniciadas após a década de 1970, quando as pequenas propriedades agrícolas são apresentadas como motor de crescimento e começam a aparecer as concepções endógenas de desenvolvimento. Aqui, o pequeno agricultor é visto enquanto um ator social capaz de garantir a transformação da realidade rural, sendo assim respeitadas as características específicas de cada local (ALVES E GUIVANT, 2010). Por considerarem as especificidades locais, seja a natureza, a sociedade ou a cultura, há a valorização das diferenças, para que sejam preservadas as particularidades. Alves e Guivant (2010, p.93) explicam sobre este ponto que:

O principal objetivo desta perspectiva de desenvolvimento seria o de melhorar as circunstâncias econômicas e sociais locais através da mobilização dos recursos internos disponíveis, garantindo aos atores parcelas maiores de decisão sobre os modelos técnicos e produtivos, sobre as decisões internas às propriedades, bem como, a construção de mecanismos políticos que deem voz de decisão aos agricultores.

Kageyama (2004) explica que o enfoque endógeno refere-se ao desenvolvimento local baseado predominantemente em recursos e impulsos locais, ou seja, aos atores sociais locais são entendidos enquanto impulsos suficientes para atender às exigências do desenvolvimento.

Apesar da diferenciação, para Alves e Guivant (2010) ambas abordagens possuem pontos a serem questionados. O desenvolvimento exógeno, ao privilegiar a grande escala da economia, faz com que tudo seja explicado a partir das forças macro estruturais, perdendo de vista as características locais. Por outro lado, o desenvolvimento endógeno pauta-se em condições entendidas como utópicas, ideais, que entende o local como um espaço autossuficiente, deixando de fora da análise as dificuldades sociais e políticas existentes, que muitas vezes limitam a ação de agricultores locais.

Os autores expõem que ambas discussões e experiências levaram ao surgimento de uma terceira, chamada por eles de neoendógena, que vê o desenvolvimento local enquanto uma construção que une a capacidade institucional local de gerir recursos, sem desconsiderar as forças globalizantes em uma determinada região. Assim, os espaços passam a ser vistos em sua complexidade, com a possibilidade de ação dos atores sociais locais, sem vê-los como grupos alheios à realidade da intervenção global da economia.

Em Juruti, essa forma de análise de intervenção sobre o meio rural é fundamental para a compreensão dos processos que hoje incidem sobre esse município, uma vez que, as ações que tem sido realizadas nas comunidades rurais, são impulsionadas, ou possibilitadas, em função de uma atividade globalizada, que é a mineração. Esta, apesar de não se voltar para a produção agrícola, cria condições para novas intervenções, como as infraestruturas, bem como interferem nas demandas por produtos rurais (principalmente alimentos) nas áreas urbanas, por causa do rápido crescimento populacional que promove. Assim, destacamos a necessidade de se perceber o meio rural como um espaço de relações interescares.

Sabemos que esta não é uma discussão nova, pois se realiza desde a segunda metade do século XX, quando a ideia de industrialização do campo, que atingia o médio e grande produtor rural, passa a ser substituída por políticas de intervenção junto ao pequeno produtor

rural, como uma estratégia de incorporá-lo ao mercado (GOMEZ, 2006). O que antes se voltava para o aumento produtivo do grande produtor rural, agora se volta para o aumento produtivo do pequeno agricultor, de forma a levá-los a se inserirem no mercado.

No Brasil, a aplicação deste processo aparece a partir da década de 1990, quando o desenvolvimento rural volta-se para atender às potencialidades e carências do local, segundo Hespagnol (2008) esta valorização na agricultura familiar ou camponesa ocorreu em função do esgotamento do padrão de financiamento da modernização da grande agricultura. Apesar de teoricamente serem renovadas as políticas para o meio rural nesta época, de forma a atingir uma nova parcela de atores sociais do campo. Para Gomez (2006) há uma distância entre o discurso e a prática, pois esse novo enfoque serve apenas para maquiar as práticas desenvolvimentistas. Tal afirmativa aparece, segundo o autor, as políticas criadas na segunda metade da década de 1990 se voltavam para integrar o meio rural ao circuito mercantil e combater os movimentos sociais rurais. A essa nova forma de intervenção é dado o nome de desenvolvimento territorial rural, que vê o pequeno produtor rural enquanto agricultor familiar que precisa receber financiamentos para se inserir no mercado.

Seus objetivos se centram em converter o pequeno produtor em pequeno empresário, empreendimento que, segundo essa nova proposta, seria suficiente para resolver os problemas de uma desigual estrutura fundiária, de uma injusta distribuição da renda e da riqueza, de uma organização do trabalho que penaliza fortemente os trabalhadores, enfim, para solucionar a questão agrária brasileira pelas vias do mercado. (GOMEZ, 2006, p.69)

É nessa década, com a mudança de parâmetros, que foi criado no governo de Fernando Henrique Cardoso, o PRONAF, como uma forma de conceder créditos para os agricultores modificarem seus modos de produção e passarem a produzir para atender as demandas de mercado (HESPANHOL, 2008). Esse tipo de atuação entende o campo enquanto um espaço a ser desenvolvido, por ser uma representação do atraso, por isso “seus setores produtivos, sua organização social e até sua cultura precisariam de uma reestruturação” (GOMES, 2006, p.29). Muitas das políticas que aparecem como uma forma de valorização do rural veem o rural enquanto um espaço homogeneamente atrasado, como descreve Gomes (2006, p.30):

Níveis de renda baixos, padrões de vida e de consumo restritos, processos produtivos menos intensivos em capital, pior remuneração nos empregos, acessibilidade reduzida a certos bens e serviços, difusão precária das novas tecnologias, limitada mobilidade social, cultura tradicional e conservadora, são

características gerais que qualificariam tanto um país subdesenvolvido, em comparação com um país desenvolvido, como o meio rural frente ao meio urbano.

Esta colocação nos leva a refletir qual a visão que se tem sobre o meio rural e assim justifica a maior parte das políticas públicas que aparecem como forma de solucionar tal problema. Entender o meio rural como um atraso, enquanto um espaço onde a agricultura se realiza de maneira a não garantir o atendimento das necessidades básicas de uma população, são as visões que levam muitos a pensar na modernização da agricultura, seja de grande, médio ou pequeno porte, enquanto solução para a pobreza na qual sua população se encontra.

As discussões acadêmicas realizadas sobre o entendimento de rural têm levado a muitos questionamentos das políticas públicas e a criação de novas proposições que alcancem a complexidade deste meio. Conforme já destacamos no início do subitem desta dissertação, a discussão sobre o que é rural é ampla e praticamente inesgotável dada a diversidade dos espaços e realidades que abrange, mas ainda assim podemos destacar alguns pontos que aparecem como consenso entre os atores que estão mais à frente neste debates, segundo Kageyama (2004, p.384):

- a) O rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este;
- b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social);
- c) as áreas rurais tem densidade populacional relativamente baixa;
- d) não há isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas.

Kageyama (2004) explica que é necessário se considerar o desenvolvimento rural a partir da perspectiva territorial, que vê o rural em sua complexidade, que envolve diferentes escalas (local, regional e global), bem como diferentes setores produtivos, não sendo este último restrito à agricultura, pois entende o rural enquanto um espaço para artesanato, para o processamento de produtos naturais, para o turismo e para a conservação ambiental. Neste sentido, enfatiza Ortega (2008) que o meio rural precisa ser entendido enquanto espaço e não como setor, pois assim serão levadas em consideração as mais diversas atividades que aí se estabelecem e não apenas a agricultura e a pecuária. É necessário que consideremos as mais diversas formas de manifestação social na formação destes espaços e não apenas ações que guiem um setor da atividade econômica.

Na base dessas propostas, está o reconhecimento da importância das diversidades territoriais para a formulação de políticas de desenvolvimento. Apesar de estarem vinculadas a um contexto histórico específico, reconhece-se que essas diversidades podem ser potencializadas por meio de políticas que valorizam a

organização desses territórios em torno de objetivos comuns pactuados, contribuindo com o processo de desenvolvimento sustentado. (ORTEGA, 2007, p.106)

O próprio desenvolvimento territorial rural tem sido apresentado como uma política de governo que visa a mudança de vida do agricultor familiar, entendido enquanto atrasado, por isso liga-se à prática de concessão de créditos. Mas aqui destacamos o posicionamento discutido na academia que relaciona o desenvolvimento territorial rural como uma abordagem que entende o rural enquanto totalidade.

Esse tem sido o enfoque para o desenvolvimento rural mais difundido nos últimos tempos, o que entende o meio rural em sua complexidade e diversidade. Que atende de forma mais direta os interesses locais, ou seja, que não está atrelado a um projeto de desenvolvimento homogêneo, externo ao lugar. Essa forma de atuação passa a ser valorizada quando as agências de financiamento mundial como o Fundo Monetário Internacional (FMI), começaram a fazer pressão pela diminuição da interferência direta do Estado sobre os setores econômicos, tendo como ponto de apoio o incentivo às políticas de desenvolvimento local. (ORTEGA, 2007)

Hespanhol (2008) ressalta que apesar disso, as ações públicas no meio rural ainda têm se voltado para fins de produção agrícola. Explica ele que o Ministério do desenvolvimento Agrário volta-se para o direcionamento dos assentamentos e do PRONAF, sendo que as metas quantitativas estabelecidas para os assentamentos não tem sido atingidas, pois o PRONAF “permanece estritamente vinculado a oferta de crédito rural” (HESPANHOL, 2008, p.84). Por outro lado, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) volta-se para a oferta de crédito para apoio à agricultura de médios e grandes produtores. Estas constatações levam à reflexão de que, mesmo com as mudanças teóricas na perspectiva do desenvolvimento rural, que incorporam em seu bojo a abordagem territorial, as políticas voltadas para este setor continuam limitadas às atividades agrícolas.

Não há, portanto, um plano de desenvolvimento rural que extrapole o apoio à produção e efetivamente valorize o homem do campo por meio do acesso aos serviços públicos e a uma renda que lhe propicie o suprimento das suas necessidades básicas. (HESPANHOL, 2008, p.84)

Essa colocação nos faz entender que muito ainda é necessário caminhar para alcançar um real desenvolvimento engajado com o local, não sendo por isso, conforme aponta Gomez (2006) algo pré-estabelecido que determina o rumo da humanidade e nem uma simples

estratégia voltada para a reprodução do capital. Enfatiza que “O desenvolvimento tal como nós o entendemos, configura-se pela rede de saberes, de práticas e de poderes que aglutina” (GOMES, 2006, p.36). Para isso é fundamental que o meio rural seja realmente visto enquanto um espaço de capacidades e de possibilidades, não um espaço a ser transformado a todo custo a fim de alcançar o desenvolvimento. Se esta forma de análise é um ideal, temos que tê-la em mente para saber o caminho a ser trilhado. Sobre o desenvolvimento deste rural, Wanderley (2012, p.40) destaca:

Que seja baseado em uma *concepção* do meio rural, enquanto um lugar específico de vida e de trabalho, historicamente pouco conhecido e reconhecido pela sociedade brasileira, porém carregado, em sua diversidade, de um grande potencial econômico, social, cultural e patrimonial, que deve ser transformado em forças sociais para o desenvolvimento.

A fim de terminarmos esta breve discussão sobre o desenvolvimento rural, que apresentou apenas alguns pontos deste amplo e inesgotável debate, uma vez que diversas são as visões do que se deve alcançar no meio rural, deixamos apenas enfatizada a ideia de Wanderley (2012) de que acima de tudo o desenvolvimento rural tem que proporcionar a este espaço condições adequadas de vida e trabalho, precisa assegurar que as distâncias sejam cada vez menores entre as qualidades de vida dos cidadãos localizados nos espaços rural e urbano.

SÍNTESE CONCLUSIVA DO CAPÍTULO

A mineração, tendo se apresentado como uma atividade em grande expansão no estado do Pará, transforma rapidamente a dinâmica dos municípios onde se insere. Em Juruti, esse processo atingiu uma ampla diversidade de atores sociais localizados, tanto na sede municipal, quanto nas comunidades da zona rural. É praticamente impossível chegarmos a este município e não nos depararmos com a presença de ações, construções ou projetos da ALCOA. A comunidade São Pedro, conforme detalhamos neste capítulo, é uma das localidades que tem vivido novas experiências, pois por determinação legal, está dentro da área de impacto da mineradora. Por isso, recebe projetos de minimização de impactos da ALCOA, entre as quais está a intervenção voltada para o estímulo ao desenvolvimento das comunidades.

Assim como a atividade mineral é estimulada na Amazônia, de forma geral, sob o discurso do desenvolvimento regional, traz uma série de programas para desenvolver os locais

que sofrerão algum tipo de impacto. Por se falar tanto em desenvolvimento, quando se justifica a instalação de uma mineradora ou a realização de seus programas, podemos perceber a amplitude contida neste conceito, que muitas vezes ao ser entendido a partir de um parâmetro externo, visa levar um local a atender a um padrão homogeneizante de vida e de atividades, sendo fadado por causa disso a não ser reconhecido ou vivenciado por muitas sociedades, principalmente quando analisamos o espaço rural da Amazônia, com sua ampla e complexa diversidade.

CAPÍTULO III – A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO: A REALIDADE EM PROJETOS

Percorremos um caminho em nossa dissertação que nos permitiu melhor compreender e localizar os processos que afetam diretamente a comunidade São Pedro em Juruti. Assim situamos nossa discussão conceitual e historicamente, para que possamos abordar a intensidade e estímulo às transformações atuais do município. Falar simplesmente em desenvolvimento, esquecendo a abordagem dos atores locais, entre estes os camponeses, bem como trabalhar apenas o campesinato sem contextualizar a inserção da Amazônia nos atuais programas de desenvolvimento que se expandem em nível internacional, nos daria apenas uma pequena parte de análise da realidade. Não nos propusemos dar conta da totalidade dos fatos que envolvem o espaço geográfico em Juruti, mas nos exercitamos em expor a complexidade que abrange tal processo.

Neste capítulo, apresentamos os projetos desenvolvidos na comunidade São Pedro que afetam o desenrolar socioespacial da comunidade. Para isso, abordamos os três projetos desenvolvidos e analisamos os efeitos e breves resultados gerados pelos mesmos. Organizamos nossa abordagem em ordem cronológica, iniciando pelo mais antigo ao mais recente, totalizando quatro projetos. São eles “Programa de Desenvolvimento Comunitário Solidário de Juruti – Projeto Pajiroba”; “Projeto de geração de renda para a produção familiar rural através da criação de galinha poedeira caipira da Comunidade São Pedro” e o “Projeto Agroextrativista – EMATER”.

3.1 – PROJETOS E PRÁTICAS SOCIOECONÔMICAS

As três iniciativas que aqui abordaremos são as de maior alcance que se voltaram para atender a maior parte das famílias interessadas da comunidade São Pedro. Mas, destacamos que recentemente alguns programas que se estendem para a comunidade alcançam apenas lideranças ou produtores isolados da comunidade, pois são direcionados ao assentamento SOCÓ I, como um todo, aceitando participações de produtores de todas as comunidades, mas não ocorrem no espaço no qual desenvolvemos nossa pesquisa.

Conforme detalharemos a seguir, o maior projeto desenvolvido na comunidade foi o Projeto Pajiroba, que esteve diretamente ligado ao processo de licenciamento da ALCOA,

mas após a finalização deste, novas ações da empresa, voltadas para a mitigação de impactos, passaram a ser apresentadas por meio de programas gerais, que alcançam várias comunidades, principalmente no que toca à assistência técnica rural. Neste sentido, desde 2011, o Instituto Victória Régia, contratado pela ALCOA, oferece cursos e oficinas que visam dar continuidade aos Programas de Controle Ambiental (PCAs), voltados para o estímulo ao desenvolvimento das comunidades. (INSTITUTO VICTÓRIA RÉGIA, 2012).

Assim, algumas formações como curso de manejo de açazais e oficina de criação de abelhas sem ferrão, são oferecidos não especificamente na comunidade que estudamos, mas criando possibilidades para alguns produtores participarem em outras localidades. Por isso apenas registramos aqui a existência do programa, mas atemos nossa atenção nos projetos que foram desenvolvidos dentro da comunidade São Pedro, que são os três citados.

Os três projetos que aqui detalharemos foram desenvolvidos junto a moradores de São Pedro, onde as famílias se propuseram voluntariamente para a participação. Uma questão em comum que merece destaque é o fato de todos estes se voltarem para a agricultura local, bem como a tentativa de promoverem uma transformação na prática camponesa. As propostas são diversas, desde técnicas de trabalho diferentes das usualmente utilizadas, por meio do acompanhamento técnico especializado, como também uma mudança de posicionamento dos agricultores diante de seus excedentes produtivos.

Quando se faz a opção pelo uso de trabalhador familiar em substituição ao camponês, o argumento básico é torná-lo límpido, todavia a forma como vem sendo utilizado produz em contrapartida um radicalismo, em razão do esforço para trazer esses homens e mulheres para a moderna economia. Logo nesse processo, perde-se a dimensão da terra como conteúdo moral, terra de trabalho, e passa-se a trabalhar a partir de uma concepção mercantil de terra (ALMEIDA, 2006, p.89)

A colocação de Almeida (2006) é fundamental para acompanhar nossa reflexão sobre a transformação da realidade em São Pedro. Sobre a perspectiva na qual a maior parte das vezes é visto o agricultor camponês, para melhor compreendermos os limites que a implantação dos projetos agrícolas apresentam ao se preocuparem apenas com a mudança da prática agrícola, muitas vezes desconsiderando que o meio rural e seu consequente desenvolvimento envolve um processo muito mais amplo, que vai muito além da simples atividade agrícola.

A diferença existente entre a abordagem dos projetos se deu pela dimensão de cada um deles, bem como a possibilidade de se constatar resultados, dados os tempos de início e

conclusão. Assim, o primeiro projeto que exporemos possui um detalhamento maior, por ter durado um tempo maior e ter contemplado um maior número de famílias. Os subsequentes possuem menor detalhamento, pois são projetos menos abrangentes e com resultados pouco conclusivos ainda.

3.1.1 – Projeto Pajiroba

A primeira grande ação junto aos agricultores camponeses em Juruti foi feita a partir do “Programa de Desenvolvimento Comunitário Solidário de Juruti – Projeto Pajiroba”. Este programa foi desenvolvido pelo Instituto Cidadania Empresarial (ICE), uma ONG (Organização Não Governamental) com sede no estado de São Paulo. O programa ficou conhecido no município de Juruti como “Projeto Pajiroba” e contou com a parceria da Alcoa Foundation e o Instituto Alcoa. Esteve em execução do ano de 2006 ao ano de 2009 (diretamente) e acompanhados indiretamente pelo ICE até 2011.

O ICE desenvolveu diversos projetos sociais no município objetivando contribuir para a diminuição dos impactos socioambientais surgidos pela implantação da mineradora, sendo neste ponto uma das empresas que trabalha com a mitigação de impactos pela ALCOA. Tinha como principais linhas de ação: a agricultura familiar, a produção artesanal, o fortalecimento das organizações de base comunitária e a gestão local de projetos (ICE, 2010). Como o interesse maior do Projeto Pajiroba era atuar no fortalecimento das comunidades locais, várias ações foram feitas como acompanhamento de projetos agrícolas, mas também ações para trabalho com artesanato (de madeira e cerâmica).

Como objetivo geral de todas as iniciativas o ICE propõe-se a: “aumentar a renda e promover a melhoria da qualidade de vida em Juruti, com base nos princípios da agroecologia e da economia solidária. (ICE, 2010, p.9). Na comunidade por nós analisada o foco da ação esteve no desenvolvimento agrícola.

Segundo o ICE (2005), o objetivo era atuar na agricultura de modo a fortalecer a cadeia produtiva da mandioca; promover a diversificação de culturas; fazer a transferência de tecnologias agrícolas; dar assistência técnica, mobilizar a comunidade; e capacitar para o beneficiamento e comercialização da produção.

No ano de 2005, foram convidadas aproximadamente duzentas comunidades para conhecerem a proposta do projeto. Vinte e uma destas manifestaram interesse em participar

de um curso oferecido pelo Centro de Estudos e Formação do Trabalhador do Baixo Amazonas (CEFT – BAM), onde optaram por ações voltadas para a agricultura (ICE, 2010). Escolha de fácil compreensão, uma vez que tradicionalmente estas famílias camponesas mantêm uma estreita relação com a terra.

Entre as comunidades que se interessaram pela iniciativa, as que estavam localizadas dentro dos limites da área de impacto direto da ALCOA, por determinação legal, receberam ações voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar (ICE 2010). De toda forma, sendo voltada para a agricultura ou para os demais setores, todas as ações tiveram uma proposta participativa de elaboração e execução, conforme ressaltado no relatório de atividades do ICE (2010, p.23): “Todas as decisões foram tomadas com base em quatro critérios: vontade da comunidade; viabilidade técnica; viabilidade econômica e possíveis impactos ao meio ambiente”.

Neste sentido, até mesmo o nome do projeto surgiu de forma a manter uma identidade com o local. O nome *Pajiroba* surgiu inspirado na bebida tradicional, feita a partir da fermentação da mandioca, utilizada por povos indígenas durante a realização de trabalhos coletivos. Conforme já ressaltamos em momentos anteriores de nossa dissertação a mandioca é um produto tradicional da base alimentar de quase todas as famílias em Juruti. Por isso, o nome que remete à tradição deste produto marcou o projeto a ser iniciado.

No ano de 2006, foram contratados funcionários locais pelo ICE para trabalharem diretamente na iniciativa, fazendo os contatos necessários junto às comunidade e aos empreendimentos que se envolveram financeiramente com o projeto: ICE, Camargo Corrêa e Instituto Alcoa. Em 2007, as comunidades foram mobilizadas para o efetivo início das atividades. Os dados apresentados pelo ICE (2010) nos mostram que a aceitação do projeto, após seu início não foi fácil, uma vez que em 2008 nove comunidades foram excluídas e três desistiram por não se integrarem aos objetivos da iniciativa. Essa falta de integração ocorreu pela não compreensão do real funcionamento das atividades, assim, muitas famílias aceitaram participar por acreditarem que o projeto agiria com doação de dinheiro diretamente para os envolvidos. Fato que não esteve nas propostas do Pajiroba, onde os recursos foram repassados para as comunidades em forma de produtos ou estruturas, acompanhadas diretamente por funcionários do ICE. Sobre tais investimentos diretamente na comunidade São Pedro, retomaremos mais à frente.

No ano de 2009 foram realizados cursos de lideranças, com o objetivo de formar pessoas nas comunidades para assumirem as atividades, tendo em vista que a proposta do ICE era estimular atividades que pudesse ser gestada dentro das próprias comunidades locais. Por isso a partir de 2009 este acompanhamento foi realizado com menor intensidade até o ano de 2011, quando o Instituto se retirou completamente do município.

Em São Pedro, para a realização e acompanhamento da produção agrícola, foi feito o plantio em área coletiva em uma área de 1,5 hectare, na proximidade de núcleo de moradia da comunidade, na qual dezesseis famílias estavam envolvidas no início do projeto. A criação de uma área coletiva apresentou-se como uma fundamental transformação espacial na comunidade, mantendo-a atrelada à produção rural; pois, a partir dela, as relações sociais passam à ser ainda mais próximas, uma vez que não se restringiriam à convivência diária, nem apenas à relação produtiva no âmbito de uma família. Aqui, dezesseis famílias dividiriam as produções, trabalhos, obrigações e ganhos. O incentivo à produção conjunta em detrimento da produção em roças individuais foi ponto central do Projeto Pajiroba, que direcionava recursos para atender a essa nova coletividade.

Conforme abordamos ainda no primeiro capítulo desta dissertação, o trabalho agrícola na comunidade era realizado em roças individuais, mesmo com o uso de trabalhos conjuntos, chamados localmente de “Puxiruns”, mas o controle produtivo era de cada família em separado (Entrevista realizada em 2009). Assim, a nova proposta apresentou-se completamente diferenciada do modo de vida local, trazendo um impulso a remodelar as relações sociais e a organização do espaço geográfico local, que a partir da mudança nas bases físicas impulsiona a novas formas de relação social. O que historicamente une as famílias com uma proposta de mútua ajuda para a reprodução social de um grupo, agora passa a unir as famílias como em sociedade, em seu sentido econômico, a partir de interesses de negócio em comum. A produção de mandioca, milho e feijão para atender a demanda da cidade, bem como gerar maior quantidade de renda para os produtores, com o qual passariam a garantir o sustento familiar.

Esta tentativa de impulsionar a produção coletiva não fez desaparecer as roças individuais em São Pedro, uma vez que, os produtores, em sua totalidade trabalhavam na área conjunta, mas mantiveram seus plantios em separado. Segundo relatos dos próprios camponeses envolvidos no projeto havia a necessidade de garantir a produção agrícola para o consumo diário, pois o retorno pelo projeto era muito demorado, bem como a produção era

toda voltada para o comércio, o que dificultava o trabalho exclusivo, uma vez que a renda gerada não era suficiente para a garantia do abastecimento familiar, sem a produção individual.

Sobre esta renda, o ICE (2010) nos apresenta um gráfico contendo as informações dos ganhos conseguidos de acordo com os relatos dos próprios agricultores.

Fonte: ICE (2010, p.35)

Nos trabalhos de campo realizados em Juruti, chegamos a ouvir funcionários do projeto informando esses ganhos como a solução dos problemas locais, tendo em vista que antes dele, quase não se tinha renda. Mas, é necessário atermos nossa análise na profundidade do processo, tendo em vista que, apesar de não ter expressiva renda gerada, o sustento familiar era garantido pela produção familiar e consumo dos produtos. Questão que tende a ser superada pelos objetivos das novas iniciativas, que veem a solução dos problemas sociais locais na geração de renda. Conforme podemos analisar pelo gráfico, aproximadamente 89% das famílias alcançaram renda inferior a R\$250,00 para sustento de grupos que variam entre quatro e oito pessoas, segundo dados que levantamos em campo.

Antes de adentrarmos a questão do ganho alcançado pelas famílias dentro do projeto, é necessário destacarmos mais algumas informações sobre a realização do mesmo em São Pedro. No que diz respeito à prática agrícola, as famílias contavam com o constante acompanhamento de técnicos do ICE as ações desenvolvidas apresentavam uma “nova” técnica de plantio, para superar o corte – queima, considerada degradante, mas tradicionalmente utilizada na produção local. O sistema utilizado pela ONG é o chamado sistema agrícola bragantino, que se volta para a diversificação agrícola, a fim de que a própria atividade possa lidar ou minimizar as deficiências apresentadas pela agricultura nos solos regionais, questões como o desgaste precoce, deficiência de fertilidade, entre outros.

O sistema bragantino é uma técnica agrícola que alia a produção de duas ou mais culturas em uma determinada área, ao mesmo tempo, tendo como ponto de partida a correção da fertilidade do solo. Foi desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) na região bragantina, nordeste do Pará, para diminuir a devastação da floresta amazônica (ICE, 2010, p.13)

Estas transformações direcionadas à produção agrícola vieram acompanhadas de orientação para o planejamento, gestão e comercialização de produtos, preparando o grupo de participantes para a atuação direta no mercado local, de forma controlada, como uma “empresa” rural.

Durante todo o período de acompanhamento técnico, o ICE realizou cursos de empreendedorismo para os comunitários, fazendo a orientação voltada para a economia de mercado. Segundo a ONG esses cursos objetivavam transformar a lógica produtiva local, na tentativa de criar uma “nova” visão sobre o comércio de produtos agrícolas. Fato que demonstra uma confrontação com o modo de vida local. A prática extrativa e a lógica de plantio que visa, não apenas, mas principalmente o sustento familiar e a reprodução camponesa são entendidos pelo projeto enquanto questão a ser superada. Conforme ressaltado, em relatório, sobre o andamento do Projeto Pajiroba:

Um dos grandes resultados do projeto é que uma nova cultura está sendo adotada pelas comunidades. Elas estão abandonando a *cultura extrativista* e adotando a *cultura da produção*. Estão passando, aos poucos, da agricultura de subsistência – na qual os produtores mal produzem o suficiente para alimentar suas famílias – e estão adotando a agricultura familiar, na qual diversas culturas são plantadas ao mesmo tempo e os produtores conseguem garantir não só a alimentação de suas famílias como, também, comercializar o excedente (ICE, 2008, p.5)

Diretamente em São Pedro foram criadas algumas estruturas para suporte, como uma casa de farinha, com os equipamentos necessários para o trabalho com o beneficiamento da mandioca e um galinheiro para o incentivo à avicultura local. O projeto incentivou o uso de alguns produtos agrícolas, como partes do milho, como ração na avicultura, tornando a criação uma atividade autossustentada, possibilitando sua continuidade em períodos futuros.



Foto 04: Casa de farinha do projeto Pajiroba na comunidade São Pedro (Julho de 2011)



Foto 05: Galinheiro construído no Projeto Pajiroba (Julho de 2011)

Em todos os momentos as ações no âmbito do Pajiroba exigiam organização e participação dos dois lados (comunidade e empresa). Na agricultura, era utilizado o trator para a limpeza da área, fornecido pelo próprio ICE, para evitar a queima no local, mas antes disso, os comunitários deveriam preparar toda a área para receber a intervenção. Na avicultura, a orientação e recurso para a construção do galinheiro vinham do ICE, mas a construção e

organização do local eram de responsabilidade da comunidade. Aumentando a idéia de responsabilidade pelas estruturas, bem como estimulando a participação pelo condicionamento de recursos.

Nesta perspectiva, desenvolveu-se o Projeto Pajiroba de 2006 a 2011. Como exposto, no ano de 2009, o acompanhamento direto do ICE, foi finalizado, estando apenas em contato para orientação à distância. Com o término do acompanhamento direto do ICE, as famílias começaram a abandonar a iniciativa, e, no ano de 2011, apenas uma pessoa continuou a trabalhar na área, todas as demais famílias haviam abandonado o projeto. Questão que detalharemos mais adiante em nosso trabalho.

Com relação ao aprendizado conseguido pela orientação técnica durante o projeto, perguntamos para as famílias se elas alteraram sua forma individual de produção e registramos que apenas uma delas sucedeu de tal forma. Quando questionamos as possíveis justificativas pela não utilização das técnicas aprendidas, alguns agricultores apontaram a dificuldade de acesso à mecanização, que era antes fornecida pelo ICE e não é fornecida pelo município. Outro ponto que nos foi ressaltado por uma antiga participante do projeto foi o fato da técnica ensinada demandar tempo e maior investimento de trabalho, desestimulando seu uso.

O abandono da iniciativa do Projeto Pajiroba é um fato que nos suscitou questionamentos que levamos a campo para serem respondidos; o principal deles volta-se para o motivo da desistência por parte das famílias. A partir das colocações dos agricultores, passamos a refletir sobre os caminhos trilhados na busca pelo desenvolvimento rural.

O primeiro ponto ressaltado pelos camponeses, como fator de dificuldade para a continuidade no Pajiroba, foi a organização do grupo de famílias na divisão do trabalho. Segundo alguns deles, enquanto contavam com o acompanhamento do Pajiroba, os trabalhos eram divididos para se alcançarem as metas traçadas. Com a finalização de tal acompanhamento, o grupo ficou com a responsabilidade de se organizar para dar seguimento aos trabalhos. Fato que gerou uma série de desavenças, pois, segundo informações de entrevistas, alguns se envolviam de forma mais direta do que outros, gerando uma desigual participação na execução das atividades. Segundo eles, alguns se envolviam muito mais que outros, por causa do retorno às roças individuais paralelamente ao projeto coletivo, tendo assim um menor tempo e disposição para dedicar ao plantio coletivo, mas quando chegava ao final para distribuição da renda conseguida, era exigida a distribuição igualitária.

Um segundo ponto foi apontado pela maior parte das famílias, diz respeito à renda gerada dentro do Pajiroba. Segundo eles, o acompanhamento técnico fez a diferença na quantidade de produto colhido, o conhecimento sobre tempo certo de colheita para o maior aproveitamento praticamente dobrou a produtividade. Mas, para isso era necessário que se esperasse o tempo correto entre plantio e colheita, de oito meses, contados desde o plantio (PROJETO PAJIROBA, 2010). Fora do projeto, cada família colhe de acordo com a necessidade existente, assim, raramente se espera os oito meses, tempo correto para o melhor aproveitamento da produção, isso ocorre por que as necessidades de sustento aparecem com maior rapidez. Conforme discutimos ainda no primeiro capítulo de nossa dissertação, a reprodução social do camponês é garantida principalmente a partir do consumo dos produtos por eles plantados, bem como a venda de parte da produção é realizada apenas com os excedentes. A proposta apresentada pelo projeto se voltava para a venda completa da produção para divisão do valor da renda pelas famílias, sendo necessário completar o ciclo plantio – colheita – beneficiamento – venda, para se ter o resultado do trabalho.

Essa espera, segundo os agricultores, era muito longa, impossibilitando o envolvimento das famílias que não tinham fonte de renda alternativa. Constatamos em nossos levantamentos de campo que todas as famílias que fizeram parte do projeto possuíam auxílio de aposentadoria ou segunda fonte de renda, como parentesco com pessoas que trabalham na escola local. Quando questionamos os mais jovens sobre o envolvimento, alguns justificaram que não tinham possibilidade de deixar suas roças individuais, já que delas sai o sustento direto da família. Esta questão foi apontada por alguns comunitários como um fator de enfraquecimento da continuidade no projeto e a retomada das roças individuais.

O terceiro ponto ressaltado em nossos trabalhos de campo diz respeito à dificuldade de acompanhamento e gestão local do projeto. Apesar de muita cautela e resistência em conversar sobre a questão, uma família entrevistada apontou como ponto de dificuldade a forma como a renda gerada pelo projeto era dividida. Segundo o entendimento local, a renda deveria ser suficiente para garantir o sustento de todos os participantes, quando o retorno apareceu em baixos valores, surgiram desconfianças sobre a gestão do mesmo, bem como a insatisfação sobre a divisão da renda com que não participaram de forma expressiva do processo produtivo.

Neste ponto, percebemos que muito além de uma simples dificuldade de acompanhar a gestão do projeto, o total das famílias não tem a prática de controle produtivo sobre

quantidades produzidas e vendidas, tempo de produção, retorno de valores para garantir a continuidade das atividades e divisão do excedente. Conforme apontamos ainda no primeiro capítulo de nossa dissertação, nenhuma das famílias entrevistadas soube informar quanto conseguiam ganhar com a venda de produtos ou quanto de farinha ou demais produtos eram produzidos no decorrer de uma semana ou um mês. Essa situação tem maior dificuldade para ser superada, pois a maior parte dos agricultores não é letrada ou possui apenas o nível fundamental. Neste sentido a produção individual pode ser acompanhada pela medida das necessidades, mas o trabalho no projeto Pajiroba traz uma proposta de pequena empresa, que exige um acompanhamento e entendimento maior de leitura, escrita e contagem.

Estas questões nos levam a compreender que, inicialmente, o grande entrave para a continuidade do projeto Pajiroba está pautada na dificuldade de lidar com os relacionamentos de grupo. Seja pela falta de organização para divisão de trabalho, seja pela contestação na divisão de renda, ou, até mesmo, pelas acusações levantadas sobre a quantia dividida entre os camponeses. Durante o acompanhamento do projeto pelo ICE, havia a mediação destas relações, após a saída da empresa os desentendimentos se tornaram frequentes e desestruturaram a organização das famílias dentro do projeto.

A falta de costume com vivências conjuntas em associações ou grupos comunitários é um ponto que se mostra frequente no campo brasileiro, conforme aponta Navarro (2001), ao explicar que a falta de uma tradição associativista é um limitador de iniciativas exclusivamente locais. Retomaremos a esta questão mais adiante.

3.1.2 – Projeto de criação de galinhas

O segundo projeto desenvolvido na comunidade São Pedro surgiu atrelado à perda de apoio financeiro para a continuidade do Projeto Pajiroba. Assim, oito famílias que participaram do Pajiroba criaram um projeto de criação de galinhas intitulado: “Projeto de geração de renda para a produção familiar rural através da criação de galinha poedeira caipira da Comunidade São Pedro”.

As oito famílias compõem a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade São Pedro criada em 2007. Essa associação foi criada como uma forma de facilitar o acesso a financiamentos e projetos de desenvolvimento local, que apresenta grande dificuldade de alcance de maneira individual, uma vez que os agricultores do assentamento SOCÓ I estão em estado de inadimplência, junto a bancos. Diante de tais circunstâncias, a

associação de produtores surgiu como uma alternativa para a busca de apoio técnico e financeiro para as atividades na comunidade.

O projeto voltado para criação de galinhas poedeiras foi elaborado no ano de 2009 e submetido à avaliação do FUNBIO (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade), a fim de conseguir o apoio financeiro do Fundo Juruti Sustentável (FUNJUS), para a efetivação da iniciativa. Esse Fundo foi criado pelo FUNBIO em maio de 2009 com o objetivo de “financiar projetos que promovam a melhoria das condições ambientais e de qualidade de vida da população de Juruti, município no Oeste do Pará, onde a Alcoa possui uma unidade de mineração de bauxita” (ALCOA, 2012, s/n). O recurso inicial não se restringe, mas conta em sua maior quantia com capital vindo da ALCOA, mas a gestão do fundo pertence ao FUNBIO.

Este Fundo foi criado para apoiar “projetos de organizações civis locais ou que tenham sede no Pará com ações focadas em Juruti” (ALCOA, 2012, s/n). Há uma atenção especial voltada para os projetos de organizações comunitárias que apresentem ações reconhecidas, independentemente de serem formalizadas. Desta forma, aparece a possibilidade de atender a demandas de grupos sociais de organização mais simples, como associação de moradores, como é o caso da comunidade São Pedro. As dificuldades locais para a elaboração do referido projeto podem ser superadas, pois é fornecido apoio técnico desde a elaboração das propostas, facilitando a participação de grupos que não tiveram acesso à formação escolar. Os projetos atendidos pelo FUNJUS podem receber investimentos que variam, de R\$10 mil a R\$50 mil reais, no decorrer de 18 meses (ALCOA, 2012).

No ano de 2010, foram enviadas sessenta e sete propostas de ação para o FUNBIO, mas apenas quarenta e uma se tornaram projetos; destes, vinte e um foram aprovados para receberem o auxílio financeiro (ALCOA, 2012). Ao analisarmos a procedência dos projetos percebemos que mais da metade deles atende a associações existentes nas comunidades rurais de Juruti, totalizam treze projetos. Esses dados nos levam a compreender que muitas organizações comunitárias viram no FUNBIO uma alternativa para efetivar projetos que antes seriam de grande dificuldade. O FUNBIO, diferentemente do financiamento de bancos, não se volta para a cobrança financeira da dívida em período futuro, cobra o acompanhamento do projeto para garantir sua efetivação. Fato que diminui o medo de muitos camponeses com relação ao endividamento, por se tratar de “fundo perdido”.

Na comunidade São Pedro, com o recurso conseguido foi construído um novo espaço para produção de galinha, com capacidade para 250 aves poedeiras, que estariam prontas para comercialização a partir do quinto mês de trabalho. A localização da construção nos chamou atenção, por estar praticamente ao lado do galinheiro do Pajiroba. Ao questionarmos tal fato, um participante nos explicou que por conter menor número de famílias do que o primeiro projeto, bem como as desavenças surgidas, já desde 2009 levaram à busca de criação de uma nova estrutura para trabalho separado.



Foto 06: Aviário construído com o investimento do FUNBIO (Julho de 2011)

A foto 06 foi tirada da estrada que separa este aviário do que pertence ao Projeto Pajiroba, ambos localizados nas margens do núcleo da comunidade. Juntamente com o recurso para a construção de infraestrutura, foi direcionado recurso para a capacitação de vinte agricultores envolvidos na ação. A melhoria das condições legais do grupo também foi contemplada por meio de curso sobre associativismo e cooperativismo ministrado pelo Sindicato dos Produtores Rurais, a fim de orientar sobre registros e andamentos de associações legalizadas, tendo em vista o pouco tempo da associação de São Pedro.

Assim, o projeto teve início no ano de 2010 e em nosso trabalho de campo do ano de 2011, constatamos que apenas 2 famílias ainda continuavam trabalhando na iniciativa, que foi

abandonada pelas demais. Entrevistamos apenas o representante do projeto, que coincidentemente, é o que continuou a frente do projeto Pajiroba também. Segundo ele, o desestímulo pela continuidade no projeto de criação de galinhas poedeiras se deu por problemas de relacionamento de grupo, principalmente, semelhante aos que ocorreram dentro do primeiro projeto.

3.1.3 – Projeto Agroextrativista - EMATER

O terceiro projeto desenvolvido na comunidade São Pedro teve início em dezembro de 2010, sendo uma iniciativa da EMATER para a recuperação do assentamento SOCÓ I. Segundo o gestor da EMATER em Juruti, o projeto é acompanhado pela Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) do órgão. De forma geral, têm sido criadas algumas Unidades Demonstrativas (UDs) no município de Juruti, que tem como principal função, serem áreas exemplares de produção. Esse projeto tem sido apresentado como uma estratégia de recuperação dos assentamentos no município.

As UD's são desenvolvidas por meio de investimentos e acompanhamento direto de técnicos da EMATER, atendendo aos modos produtivos dos Sistemas Agro-florestais (SAFs), que propõem a realização da atividade agrícola com o plantio consorciado de produtos a serem direcionados para o mercado. Até 2011, totalizavam 20 UD's em desenvolvimento no município de Juruti. O projeto apresenta para a comunidade um modelo de plantio, completamente custeado pela EMATER, para que sirva de exemplo e capacitação para os agricultores. Para que estes deem continuidade às atividades em seus terrenos, a EMATER faz a mediação entre agricultor e bancos ou agências financiadoras.

Na comunidade São Pedro, a UD plantada possui o consórcio de curauá, banana e cumaru. O primeiro produto é um vegetal que se desenvolve bem em clima quente e úmido, conforme é explicado pela EMBRAPA (2012, s/n):

O curauá (*Ananas erectifolius*) é uma bromélia característica da Amazônia paraense, mais concentrada na região de Santarém. A fibra extraída de suas folhas é muito resistente, macia, leve e reciclável, permitindo composições para diversos usos na indústria.

Este tipo de ação da EMATER é apresentada recentemente em Juruti como uma proposta experimental, mas desde o ano de 1994, este mesmo órgão, contando com o apoio do

Programa Pobreza e Meio Ambiente (POEMA), tem incentivado o plantio de Curauá no oeste paraense, principalmente em áreas nas proximidades de Santarém (MACIEL, 2010). O uso da fibra do curauá tem sido cada vez mais frequente, principalmente por indústrias automobilísticas para substituição do uso da fibra de vidro (EMBRAPA, 2012). Mas novas pesquisas vêm sendo realizadas pela Universidade Federal do Pará e apontam para a possibilidade de uso da fibra na fabricação de papel, bem como em benefício da saúde como analgésico e anestésico. Segundo tais pesquisas, também é de grande valia o uso no solo, pois as folhas do vegetal, após processamento, passam a servir como adubo orgânico (RAMALHO, 2012)

O cumaru é uma erva aromática que possui fins farmacológicos também, sendo utilizada como anestésico e como óleo de massagem, que no início do projeto, por um levantamento feito pela EMATER, tem bom mercado consumidor em Óbidos, município paraense próximo a Juruti, com o preço de R\$20,00 o quilo da amêndoa. Assim, o cumaru, o curauá e a banana têm sido plantadas de forma consorciada, a fim de aproveitar o máximo possível a capacidade ambiental da região, tendo em vista que os dois primeiros produtos se desenvolvem melhor em ambientes quentes e úmidos como a Amazônia.

Ao que nos foi apresentado em entrevista por Helder Freitas, representante da EMATER em Juruti, o curauá é a grande expectativa de retorno financeiro deste projeto. Foi-nos informado ainda que a procura pela fibra tem crescido na região. Em Santarém, encontra-se a empresa Pematec, que apesar de ter uma fazenda para plantio próprio de curauá, ainda busca mais fornecedores, compra a quantia que for produzida. Essa empresa produz as chamadas mantas agulhadas para fornecimento para as indústrias de carro, no que tange a painel, os tetos dos carros, alguns componentes.

Assim, a produção deste vegetal é uma aposta com grande perspectiva, pois há uma crescente demanda pelo produto. Mas, para isso, segundo Helder é de suma importância que o desenvolvimento deste tipo de projeto ocorra em várias comunidades, gerando uma quantia que justifique o contato da empresa para coleta de produto no município.

Se o produtor tiver uma produção que justifique o veículo chegar aqui, eles vêm comprar aqui (...) aqui se faz o tratamento para se desfibrar, tira as folhas e utiliza a máquina, chamada tapuia pra fazer o desfibramento, então sai a fibra, que é tipo a juta, a malva, só que o valor econômico dela é maior. Hoje o quilo da fibra do curauá tá em torno de cinco reais, e em um hectare de curauá você pode plantar 24 mil mudas (HELDER FREITAS, Entrevista concedida em 14 de julho de 2011).

Este projeto tenta desenvolver atividades agrícolas que estejam vinculadas a uma demanda externa ao município, diferentemente do que era de costume dos camponeses locais. Assim a produção e venda do produto precisa ser realizada em período certo e programado para que viabilize a comercialização. Por ser um projeto mais recente, presenciamos sua realização enquanto UD pela EMATER, onde um grupo de camponeses acompanha o processo conjuntamente. Apesar de ter possibilidade de realização da produção em áreas diferentes, como cada família em seu lote, é necessária a organização de todos para que torne o projeto uma viabilidade real de venda, caso contrário, esbarrarão na dificuldade de escoamento da produção para Santarém.



Foto 07: UD implantada pela EMATER em São Pedro (Julho de 2011)



Foto 08: Consorcio de plantio de curauá (à frente) e banana (Julho de 2011)

Segundo Ubiratan de Pina, coordenador da EMATER e engenheiro agrônomo, desde março de 2013, este tipo de projeto, a partir das escolhas dos produtos a serem cultivados, são pensados para dar um retorno rápido aos agricultores e assim empolgá-los. No primeiro ano de projeto, as famílias já teriam o curauá e a banana para venda, o cumaru demoraria oito anos para ficar pronto para a colheita.

Mas, os resultados esperados não foram alcançados até o ano de 2013. Segundo Ubiratan, alguns problemas podem ser apontados como importantes para analisarmos a situação da UD em São Pedro. A comunidade não apresentava o suporte de material apropriado para executar algumas atividades essenciais, como adubação e limpeza do solo. As áreas tinham que ser mantidas limpas para não haver concorrência com o mato, com outras plantas que germinam naturalmente devido ao solo existente. Com relação à adubação, o projeto da EMATER previa apenas a implantação e o acompanhamento da unidade produtiva, não abrangendo o fornecimento de insumos de manutenção. Esta parte ficaria a cargo das parcerias que a empresa estabelece com o poder público local. Assim, a adubação química necessária não foi realizada, ficando sob condição da comunidade apenas a adubação orgânica, que não era suficiente.

Outra dificuldade apontada se referia à limpeza constante da área de plantio, as chamadas capinas. Algumas vezes foram realizadas com certa dificuldade, quando a Emater cedeu uma roçadeira e eventualmente combustível para esse trabalho. Mas, o projeto não previa esse serviço, por tal questão não foi possível disponibilizar em todos os momentos estes elementos, ficando o serviço por ser feito. Na maioria das vezes, o cronograma de limpeza não foi cumprido à risca, então houve um impedimento de crescimento da própria banana que não se desenvolveu por falta de irrigação e adubação, e o cumaru e o curauá apresentam dificuldades pela situação da própria área que tem como concorrência direta a presença de plantas e matos.

Em função dessas condições, o desenvolvimento dos produtos não ocorreu conforme planejado. Ubiratan ainda nos informou que no início de 2013 já existe fibra de curauá grande, passando do ponto para ser colhida, mas ainda não o foi devido à comunidade não ter a máquina desfibradora de curauá. O Sindicato dos Produtores Rurais de Juruti recebeu algumas destas máquinas, mas não foi possível saber a partir de quando ela estará disponível para São Pedro.

A efetivação do projeto foi realizada, contando com o acordo entre EMATER e prefeitura; a primeira entraria com o recurso para implantação e acompanhamento técnico, e a segunda, com os insumos de manutenção. Segundo relatos do coordenador da EMATER no local, essa segunda parte não foi realizada, então após a implantação da Unidade Demonstrativa em São Pedro, não foram garantidas as condições para a continuidade.

Por outro lado, na comunidade, um dos produtores envolvidos neste projeto nos explicou quando os problemas com a produção começaram a aparecer. A perda do plantio de banana, as dificuldades em garantir a limpeza do local, fez com que dos dez agricultores que haviam aderido à iniciativa, ficassem apenas dois. Oito deles largaram a produção coletiva para retornar à produção de mandioca nas roças individuais, atividade que sempre desenvolveram.

Em 2013, apenas um produtor permanece cuidando do que existe do plantio, tendo a esperança de melhorar a situação e os demais voltarem a trabalhar em conjunto. A EMATER não se faz mais tão presente na comunidade pela falta de articulação entre os chamados parceiros, mas espera que a situação se modifique e não se perca mais um dos projetos levados a São Pedro. A fala de Ubiratan nos enfatiza isto:

A Emater tem outras Unidades Demonstrativas, implantadas em outras comunidades do município, mas infelizmente por essa falta de organização, com essa falta de atuação dos parceiros, elas tendem sempre ao fracasso (...). Hoje a capacidade técnica da EMATER é muito reduzida e a demanda é muito grande pela assistência técnica e pela extensão rural. O próximo passo que a gente pretende dar no município é atuar nas organizações de fato e esperar, como houve uma mudança no governo municipal agora, esperar que realmente haja essa sensibilidade do ente municipal, o órgão governamental, em fomentar, realmente fomentar a nossa agricultura e a inserção de novas tecnologias e a EMATER está aqui para ser parceira sempre. (ENTREVISTA REALIZADA EM FEVEREIRO DE 2013)

Assim, vemos mais uma vez um projeto que foi desenvolvido em São Pedro chegar ao limite; desta vez, a falta de condições trazidas pelas circunstâncias locais levaram ao abandono da iniciativa, e os camponeses que estavam envolvidos, retornaram às roças individuais, como tradicionalmente já viviam na comunidade.

3.3 – OS ALCANCES E LIMITES DAS AÇÕES

Diante da realidade pesquisada na comunidade São Pedro, em Juruti, somos levados a refletir sobre o caminho trilhado em busca do desenvolvimento local. Tendo em vista que vários projetos assumiram como objetivo principal levar os camponeses que aí se encontram a deixarem sua condição camponesa. Condição esta entendida enquanto expressão do atraso e pobreza, que por essa necessidade de estímulo para fazer os atores sociais que nela se encontram adentrarem no novo processo que vem se implantando na região, processo este símbolo do desenvolvimento mais moderno. Temos tempos de projetos completamente diferenciados, bem como intensidades completamente distintas; o primeiro projeto, o Pajiroba, apresentado, realizou com uma intervenção que não se deu apenas em um nível financeiro, mas sim, incentivando a reestruturação da comunidade como um todo, das práticas e organizações produtivas. Mas, os demais projetos apresentaram-se como intervenções voltadas apenas para as atividades rurais, por meio de oferta de crédito para execução de projeto, o que esbarrou sobre as mesmas dificuldades já vivenciadas desde o primeiro projeto.

Conforme ressaltamos ainda no primeiro capítulo de nossa dissertação, as relações sociais existentes no local reforçam a vivência enquanto comunidade e criam as condições necessárias, a partir da solidariedade, para que as famílias superem as dificuldades encontradas para sua reprodução social. As relações de comunidade justificam muitas das atividades conjuntas realizadas no local, com vistas cooperação e fortalecimento do grupo que vive uma condição semelhante de falta de acesso a recursos financeiros e técnicos voltados

para as atividades no meio rural, falta de apoio para a comercialização da produção, bem como a precariedade de alguns serviços sociais como educação e saúde.

Essa cooperação que podemos chamar de espontânea, com a realização de mutirões de trabalho, por exemplo, se dava dentro de uma organização própria da comunidade, em roças individuais ou familiares, nas quais todos se ajudavam nos trabalhos, mas a posse das roças era restrita. O que vimos com a realização do Projeto Pajiroba, foi a primeira grande mudança, a área de trabalho proposta era coletiva. Para isso, várias preparações foram realizadas a fim de estimular o trabalho conjunto dos integrantes do projeto.

A principal dificuldade verificada em trabalhos de campo junto à comunidade São Pedro, deu-se em função desta nova forma de organização proposta. Após o início das articulações para a realização das atividades deste primeiro projeto, os trabalhadores foram incentivados a se organizarem em forma de associação, que desde 2007 ficou conhecida como Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade São Pedro. Apesar de não ter sido registrada legalmente enquanto associação, era através dela que se dava toda a relação das empresas com os trabalhadores rurais da comunidade.

Sobre esta forma de organização social, Maneschy (2008) explica que ela surge voltada para a cooperação, normalmente reconhecida como associação, na tentativa de minimizar a exclusão social vivenciada por parte da população rural brasileira. Aguiar (2007) acrescenta que as práticas conjuntas são possíveis pela existência de práticas de confiança e solidariedade. Assim, podemos compreender que a necessidade de organização da comunidade São Pedro em prol do acesso aos projetos que vinham sendo propostos para o município de Juruti, justificou a criação da associação de produtores na comunidade.

Os discursos se seguem na afirmação de que uma associação deverá nascer da necessidade de resolver problemas que, isoladamente, não seriam possíveis. Deve surgir da necessidade e consciência do grupo interessado e este é que deve decidir o momento certo de organizar a associação, além, é claro, de possuírem necessidades e interesses comuns (AGUIAR, 2007, p.105)

Percebemos que a existência de uma associação na comunidade, foi o que permitiu realmente o acesso aos projetos lá desenvolvidos. O Projeto Pajiroba se desenvolveu a partir da associação, o projeto de criação de galinhas poedeiras, conquistado pela associação que submeteu a proposta para receber recurso do FUNBIO, só foi possível pela existência dessa forma de organização. Uma comunidade que antes do ano 2000 nunca havia recebido acompanhamento técnico algum, segundo informações de campo, vê na existência da

associação a alternativa para a conquista das novas propostas que chegam ao município de Juruti.

Aguiar (2007) explica que existem duas formas de se analisar a constituição de uma associação, uma idealista e outra econômica. A primeira se pauta em ideais de união e solidariedade, enquanto a segunda pauta-se em uma lógica de organização empresarial. Consideramos interessante atentar para essa diferença, pois no estudo que realizamos, identificamos uma mescla destas duas vertentes. O surgimento da associação aparece com o discurso idealista, uma vez que as relações de solidariedade na comunidade já trilhavam este caminho. Mas, seu funcionamento e iniciativas voltam-se para a perspectiva econômica, pois as ações que aparecem a partir desta organização, são para a conquista de projetos. Talvez por isso, constatamos as maiores dificuldades e desafios da organização social em São Pedro.

Nos dois maiores projetos realizados, o Pajiroba e o de galinhas poedeiras, o recurso recebido para a efetivação das ações era depositado diretamente na conta da associação, devendo ser, a partir desta organização, realizados os investimentos. Para tanto, surge a demanda pelo conhecimento de uma lógica empresarial de funcionamento, como o controle sobre a quantidade investida, os cálculos de custo de produção para se decidir sobre valores para venda de mercadorias como farinha e demais produtos. Este controle seria responsável por garantir o retorno do dinheiro investido para a retomada do ciclo de produção, dividindo-se apenas o lucro do novo negócio. Uma vez que o controle do recurso inicial deixasse de ser feito, não se teria o recurso para reinvestimento, o que não permitiria a continuidade das atividades.

Apesar de parecer uma organização prática simples, não o seria para a maior parte, se não para todos os agricultores. Não seria difícil esta constatação pelo fato que já citamos neste trabalho, que diz respeito à dificuldade encontrada pelos entrevistados em controlar a própria produção da família. Nenhum dos entrevistados soube informar as quantidades produzidas por semana ou mês, alcançadas nas roças individuais. Essa realidade foi constatada, tanto com os camponeses envolvidos nos projetos quanto entre os que não se envolveram. Fato que nos leva a refletir sobre as condições existentes para o gerenciamento dos projetos.

Isso nos explica porque o Projeto Pajiroba teve uma atuação mais persistente no local, pois durante os três primeiros anos o acompanhamento técnico era direto, não apenas voltado para a produção agrícola e criação de galinhas, mas também no gerenciamento do

projeto. O abandono do projeto por parte dos associados ocorreu no primeiro ano após o término do acompanhamento do ICE.

Em função deste fato, que se repetiu nos projetos em sequência, ressaltamos alguns pontos que nos levam a refletir sobre as razões que levaram ao enfraquecimento da organização social na comunidade, e ao conseqüente abandono das atividades, uma vez que por se tratar de uma organização social, traz em si a complexidade das relações que abarca. Não sendo simples de analisar, encontramos, por meio dos trabalhos de campo, que realizamos vários pontos que juntos contribuem para compreendermos a situação atual. Alguns deles citamos nos itens anteriores deste capítulo, mas discutimos aqui para melhor discutirmos o contexto estudado.

O primeiro ponto que destacamos é a mudança na forma de organização socialmente criada na comunidade. Conforme explicamos no primeiro capítulo, a produção agrícola da comunidade se desenvolveu e ainda se desenvolve a partir de roças individuais, com o uso de técnicas de plantio tradicionalmente pautadas no corte-queima. Os projetos que foram direcionados para São Pedro, não foram de apoio ou melhoria para as atividades nos limites das áreas familiares, mas sim, voltaram-se para a criação de uma área coletiva de plantio. Por isso, os camponeses que se interessaram em participar das iniciativas, tiveram que obrigatoriamente se reorganizar para trabalharem coletivamente. Não temos como objetivo criticar essa forma de organização, mas esclarecer que ela se impõe sobre uma outra que foi historicamente constituída. A organização coletiva, quando surge naturalmente na comunidade conta com as relações de confiança, essenciais para o andamento do grupo. Pelo fato da associação ter surgido rapidamente para atender às condições dos novos projetos, houve necessidade de se criar um presidente e um tesoureiro para a gestão das atividades no local, sem que isso se desse com o amadurecimento da própria associação. A rapidez e obrigatoriedade de funções tendem a não fortalecer a organização social, uma vez que podem abrir condições para desconfianças quanto às decisões tomadas, bem como a gestão financeira de recursos, situação apontada por muitos os entrevistados em campo. Sobre este tipo de situação Maneschy (2008), ao analisar a criação de associações rurais no nordeste do estado do Pará, destaca que:

(...) programas de fomento econômico incentivaram associações e, portanto, teoricamente abriram espaço para a participação dos destinatários, isto é, pescadores, agricultores, extrativistas e artesãos, na condução dos programas, desde que constituídos em associações. Todavia, as ações de financiamento, que obedeceram a formatos pré-definidos e aplicados sem que os critérios fossem

suficientemente claros para os clientes, não contribuíram para fortalecer as organizações locais. Frequentemente foi o contrário que ocorreu (MANESCHY, 2008, p.95)

Essa situação de desconfiança nos leva a destacar um segundo ponto em nossa análise, também apontada na citação de Maneschky (2008), que se refere à falta de compreensão sobre o funcionamento dos projetos como um todo. Essa dificuldade aparece quando constatamos a baixa formação escolar formal dos integrantes do projeto, onde muitos não são alfabetizados. Essa deficiência de formação dificulta a inserção completa em várias das etapas de prestação de contas e condições de funcionamento dos projetos como um todo. Muitas foram as queixas sobre não entenderem porque a produção tinha que ser concentrada para ser vendida pela associação e não cada um vender o que produziu dentro da área coletiva.

Esta situação nos mostra que a mudança de uma organização espacial não é suficiente para mudar um modo de vida em sua totalidade. Os questionamentos dos entrevistados, sobre a comercialização em separado, parece-nos a permanência do modo de vida, do modo de produzir, mesmo quando se vive uma proposta de trabalho completamente diferenciada.

Retomando a situação da falta de formação básica dos produtores rurais, os registros de investimentos, ganhos e custos, precisa ser feito pelos que participam do projeto, facilitando as relações de entendimento e acompanhamento sobre o destino de cada quantia nas das atividades coletivas. O não acompanhamento destes processos podem levar a desentendimentos e acusações, conforme nos foi relatado na comunidade. Sem tomarmos posicionamento algum sobre os problemas levantados, uma vez que não possuímos provas, aqui apenas registramos uma situação. Em algumas entrevistas foi-nos falado sobre a possibilidade de desvio de recursos, ou má divisão dos mesmos, sendo este um dos principais motivos dos desentendimentos. A desconfiança sobre as quantias reais recebidas pelos associados após a venda dos produtos produzidos dentro do projeto Pajiroba, quando o projeto já estava sob gestão apenas da associação.

Em algumas entrevistas, foi-nos relatado que a produção vendida não retornava completamente em recurso financeiro para os produtores. Pelo tipo de informação, fica difícil obtermos maiores detalhes, quando questionamos, apenas três participantes tocaram no assunto, os demais respondiam vagamente e desconversavam. Mas, apesar dos poucos comentários, pudemos levantar informações sobre o que se entendia inicialmente sobre a venda da produção e a própria fala de um agricultor, e assim compreendemos os caminhos

dos desencontros, quando ele fala que não foi dividido todo o dinheiro conseguido na venda. Na produção individual ou familiar, como as técnicas produtivas são simples, a produção é feita e tudo o que se produz é vendido, não existindo a parte de recurso, fixa para reinvestimento. Quando se trata da produção proposta, desde o Pajiroba, ou da criação de aves, tem-se a necessidade de se ter uma proporção de recurso para a compra de novas aves, ou preparação da nova produção agrícola, como compra de adubos ou aluguel de máquina para a realização da limpeza da área, uma vez que não se utiliza de corte – queima. A dinâmica diferenciada do que normalmente ocorre na prática familiar ou individual e a falta de formação para acompanhamento do novo processo, são pontos que enfraqueceram a continuidade dos projetos na comunidade.

Não poderíamos dizer que esta falta de informação se deu pela deficiência de formação oferecida pelos projetos desenvolvidos, uma vez que o Pajiroba teve vários momentos (palestras, mini cursos) para a preparação empresarial, mas sim, por um problema social mais grave, que é o da formação básica no campo. As novas gerações, as crianças e os jovens da comunidade, hoje já podem ter acesso à educação básica pela existência de uma escola com ensino até a quinta série na comunidade, mas a população mais antiga não contou com essa condição. Tornando-se a situação mais complexa do que simplesmente se ofertar um curso pontual sobre empreendedorismo, não queremos dizer com isso que não são necessários ou que não surgem efeitos, mas encontram uma população que traz graves problemas dados pelos anos de esquecimento ou precarização do meio rural.

Essa diferença entre as gerações nos leva ao terceiro ponto de destaque, que é a dificuldade de inserção dos mais jovens nos projetos. O trabalho no campo tem um tempo de desenvolvimento, o trabalho em área coletiva tem esse tempo ainda mais definido, existindo bem estipulado o tempo de limpeza de área, o tempo de plantio e o tempo certo de colheita para que se tenha uma otimização produtiva. Essa espera em oposição à necessidade que muitos camponeses têm de obter produtos para venda, conforme as demandas pelo sustento das famílias apareçam, desestimula a participação e maior dedicação aos projetos coletivos, pois esses precisam desenvolver as roças individuais que respondem mais rapidamente às demandas para o sustento familiar. De acordo com o levantamento que fizemos em campo, os quatro agricultores, que permaneceram no Projeto Pajiroba por mais tempo, tinham uma outra fonte de renda, como aposentadoria ou parente que trabalhava em serviço público, como servente ou professores na escola da comunidade. Um dos entrevistados explicou que a

demora em se ter o resultado financeiro do trabalho coletivo desestimula muitos a participarem. Por isso, os principais participantes dos projetos são os mais velhos, pois contavam com aposentadoria ou própria, ou de esposo ou esposa.

Hespanhol (2008, p.87), sobre essa questão das diferentes formas de participação das gerações na atividade rural, destaca que:

A população jovem prefere buscar alternativas de emprego e renda no meio urbano a permanecer na zona rural, dado o relativo isolamento de algumas áreas, a dificuldade de acesso a serviços básicos, a desvalorização social dos agricultores e a falta de alternativas de renda satisfatória a partir da exploração agrícola em pequenas propriedades rurais com baixo padrão tecnológico.

Essa busca por novas oportunidades de trabalho, em atividades diferentes das condições oferecidas pelo meio rural, também nos foi apontado em campo, como um problema que tem atingido a comunidade. Os jovens têm procurado outras oportunidades de emprego formal, com carteira assinada, principalmente nas novas empresas que chegam à Juruti, geralmente para prestação de serviço para a ALCOA. Essa busca por novas possibilidades teve grande crescimento, após a chegada da mineração no município.

Um dos entrevistados de São Pedro nos explicou que os jovens do local não tinham facilidade para serem contratados para trabalharem para a mineradora, mas a existência de diversos impactos na comunidade fez com que os moradores locais negociassem a contratação de pessoas do local. Então foi feito um acordo para a contratação de trabalhadores, no ano de 2011 eram quinze jovens que tinham emprego garantido em alguma das empresas ligadas à ALCOA, a maior parte deles que estiveram em trabalhos de recuperação ambiental, na própria comunidade. Neste sentido, até mesmo a fala da maior parte dos entrevistados aponta para a vontade de que seus filhos trabalhem formalmente para alguma das empresas, para terem seu salário garantido no final do mês.

Uma das famílias da comunidade que deixou de ter seu sustento baseado em atividades do meio rural, apontou a dificuldade de viver com o salário recebido; segundo eles, não haviam percebido que teriam de comprar tudo o que precisavam até para comer. Segundo o relato de um idoso, muitos dos jovens, que já passam a constituir família, ao trabalharem com carteira assinada para as empresas, gastam seu dinheiro com televisão, rádio e outros eletrônicos, assim que recebem seus salários; e no decorrer do mês, contam com a ajuda de parentes que trabalham na agricultura para a garantia da alimentação diária. Segundo o

mesmo entrevistado, apesar de não permitir a aquisição de novos aparelhos de que a juventude gosta, o trabalho no campo permite se ter a alimentação do dia a dia.

Percebemos com este tipo de colocação que as dificuldades enfrentadas no meio rural e a busca por formas de aquisição de equipamentos representativos da modernidade (televisão, som, celular, antena parabólica etc), tem contribuído para a desvalorização do trabalho no meio rural, mas sem dar conta de garantir o completo sustento de famílias que decidem trocar seu ramo de trabalho. Essa situação de desvalorização do trabalho no campo, para os agricultores mais jovens, é presente em diversas comunidades em Juruti. Em uma pesquisa que fizemos para um trabalho de especialização, constatamos este fato em uma comunidade chamada São Paulo, que perdeu parte de sua população, mudando-se para a cidade, em busca de oportunidades na mineradora ou suas subsidiárias. No caso da comunidade São Pedro, não constatamos essa troca de local de moradia, uma vez que a estrada que corta a comunidade é a que permite o acesso sede municipal de Juruti e mina da Alcoa.

A atração que a nova economia traz à população mais jovem do município é que levou a ALCOA a ser obrigada a ter entre seus programas de minimização de impactos, projetos de incentivo e melhoria das condições rurais, como uma forma de diminuir o êxodo rural por causa de sua atividade. Por isso, vários programas foram criados para as comunidades rurais de Juruti, conforme ressaltamos no capítulo dois desta dissertação. Em São Pedro as ações se voltaram para as atividades de agricultura e criação de galinhas, mas os projetos de minimização de impactos, como são propostas privadas, com recursos privados, tem tempo e valores bem definidos; assim, ao término das obrigações legais, cabe à comunidade dar continuidade às iniciativas, fazendo ressurgirem as dificuldades historicamente existentes pela falta de condição oferecida pelo setor público, para o verdadeiro desenvolvimento destes espaços.

Os projetos voltados para o desenvolvimento agrícola se voltam normalmente para a melhoria da situação do plantio, da atividade setorial em si, mas se esbarra na situação social local. Os agricultores da comunidade São Pedro aprenderam o ofício da agricultura, a partir da tradição familiar, com as técnicas historicamente repassadas de geração a geração. A transformação de uma cultura demanda tempo e continuidade de ação. Não se pode pensar em uma transformação de um grupo social historicamente enraizado, construído no decorrer de várias décadas, com ações de dois a três anos.

Simplemente pensar que inserir o agricultor no mercado vai resolver todos os seus problemas, é minimizar os verdadeiros problemas enfrentados pelo campo na Amazônia, que vai desde a dificuldade de acesso a serviços básicos, como: educação, saneamento e saúde, até a ausência de acompanhamento técnico que melhore as atividades realizadas neste espaço.

A agricultura praticada pelos pequenos produtores rurais precisa ser pensada para além do mercado. A simples oferta de crédito às baixas taxas de juros não é suficiente, pois se fazem necessárias a disponibilização de serviços de assistência técnica e extensão rural públicos de qualidade e a criação de canais preferenciais para a comercialização de produtos gerados por tais produtores. (HESPANHOL, 2008, p.86)

Até o momento que finalizamos nossa pesquisa em Juruti, vimos a realização de projetos que se voltam apenas para a produção agrícola e criação de galinhas, projetos estes que tiveram ampla aceitação dentro da comunidade por trazerem consigo propostas de desenvolvimento. Conforme destaca Gomes (2006), grande parte dos projetos de se voltam para o meio rural, vem acompanhada de promessas de benefícios sociais, ganhando por isso ampla aceitação. Assim, o autor afirma que os projetos de desenvolvimento rural, muitas vezes se apresentam como instrumentos que vão além da simples reprodução do capital, pois servem como um poderoso meio de controle social.

Diante desta perspectiva, podemos entender grande parte dos programas que são desenvolvidos como forma de mitigação de impactos, como instrumentos de controle social, pois diante dos impactos causados, apresentam-se como ganhos, benefícios para a população local, sem, muitas vezes, apresentar a verdadeira profundidade das ações. Talvez por isso haja pouco interesse em se acompanhar os resultados a longo prazo dos projetos, uma vez que em pouco tempo se alcança a aceitação do projeto maior, que é a mineração.

Todos os projetos desenvolvidos na comunidade São Pedro, apresentam-se como um estímulo ao desenvolvimento comunitário; mas, como pudemos ver, um após o outro esbarra sobre os mesmos problemas, que são questões mais profundas na comunidade do que a simples atividade agrícola, tenta-se transformar uma sociedade, um espaço a partir de ações setoriais. Não destacamos os projetos desenvolvidos em São Pedro pelo simples fato de criticá-los, ou dizer que estão certos ou errados, todos trazem contribuições importantes. Discutimos aqui, para refletir sobre o discurso do desenvolvimento contido em todos eles, discurso este que desperta na sociedade a esperança, mas não promovem a mudança esperada, ou muitas vezes frustram as expectativas dos que muito esperavam ao serem iniciados.

Vemos então que iniciam e terminam projetos, mas permanecem com os mesmos problemas: do desamparo, as dificuldades no campo de melhoria de sua condição, de oportunidades de crescimento com respeito de seus modos de vida. Talvez seja hora de se pensar no rural a partir de um espaço complexo, que historicamente foi relegado a uma condição inferior aos demais espaços. Não sendo por isso de uma hora para outra, que se alcançará o almejado desenvolvimento, mas sim um processo para se alcançar a melhoria da qualidade de vida local, entendidos a partir do local.

A coletividade e a participação são pontos fundamentais para dar força às comunidades, mas isso precisa ser traduzido ou tornado realidades profundas, não apenas em formação de um grupo que se entende enquanto coletividade, nem mesmo a simples presença dos atores sociais em reuniões ou mobilizações, achando com isso que estes já participam das decisões. Este tipo de prática pode ser chamado apenas de participacionismo (STEINBRENNER, HURTIENNE E POKORNY, 2007). Os autores destacam que “enquanto fator transformador da realidade social, a participação em processos de tomada de decisão que envolvem a geração de bem comum implica conscientização e aprendizagem (p.295)”.

Destacamos tais colocações, pois muitos são os discursos sobre a participação local nas estratégias de desenvolvimento, e quando colocamos em nossa dissertação os problemas vividos pela associação de produtores da comunidade São Pedro, não queremos tirar da organização social a importância de sua existência, mas conforme destacam STEINBRENNER, HURTIENNE E POKORNY, 2007, é essencial que haja conscientização e aprendizagem.

Ortega (2007) explica que o processo de globalização destrói grande parte das vezes os mercados locais, mas em contraponto abre possibilidades para inserção destes em mercados globais, mas para isso exige qualificação, organização logística, tecnologia e coletividade, pois não é uma conquista individual.

(...) requer projetos coletivos, construídos com base no sentimento de pertencimento, participação, superação dos entraves políticos que dificultam a construção de um pacto territorial, ou seja, requer uma concertação que vise à busca de uma somatória diferente de zero. O que não significa dizer que todos ganham o mesmo em particular, mas que todos ganham. Nem mesmo que os conflitos mantenham-se fechados, numa ação estratégica concertada com vistas ao desenvolvimento territorial / local. (ORTEGA, 2007, p.283)

Analisando o espaço complexo de Juruti, a entrada da ALCOA no município trás uma série de transformações ao local, que não se restringem à sede municipal ou à área da

mina de extração de bauxita. É a verdadeira expressão da globalização que incide sobre o local e transforma-o para atender às suas necessidades. Mas é a existência de uma relação social organizada no local que pode moldar algumas das ações a seu favor. O desenvolvimento do Projeto Pajiroba na comunidade São Pedro criou as condições para o surgimento da associação de produtores rurais na comunidade, que foi fator essencial para se alcançar o investimento do FUNBIO para continuidade da atividade de criação de galinhas. Foi sobre a organização desta comunidade que o projeto da EMATER de criação de SAFs levou para São Pedro a proposta de plantio consorciado de cumaru, abacaxi e curauá.

Estas possibilidades não surgiram do nada, elas apareceram a partir das perdas e impactos vividos pela comunidade São Pedro, como o assoreamento do igarapé principal da comunidade após a construção da ferrovia, a perda de parte das áreas do núcleo da mesma para a construção da ferrovia da ALCOA. O aumento do fluxo da estrada que corta a comunidade por causa do acesso à mina. Enfim, muitas foram as perdas, mas foi acompanhando estas perdas que apareceram os projetos de incentivo agrícola, e alguns benefícios para a comunidade como um todo, como a ampliação do fornecimento de energia elétrica na comunidade, a reforma da escola de educação básica, a construção da praça e a melhoria da rodovia que liga São Pedro à sede municipal.

Afirmar que poucas foram as alterações que ocorreram em São Pedro em função da chegada e instalação da mineradora em Juruti, é não atentar para os resultados de todo este processo, mas também dizer que a comunidade está a caminho do desenvolvimento, porque já foram realizados os projetos de desenvolvimento da comunidade, é não analisar os resultados das iniciativas mais profundamente.

Talvez com o passar dos anos, as práticas agrícolas se modifiquem, em nosso trabalho de campo, interessamo-nos em perguntar se as técnicas agrícolas aprendidas nos cursos do Pajiroba são utilizadas nas roças individuais, por aqueles que participaram do projeto, apenas uma família alegou utilizar por justificar ter aprendido que permite o maior aproveitamento do terreno e o aumento da produtividade. Quando questionamos sobre as razões para a não utilização de tais técnicas pelos demais agricultores, a resposta se direcionou para o fato de dar mais trabalho do que a técnica tradicional e exigir um cuidado maior com o plantio.

Conforme já expusemos, as transformações sociais demandam tempo para se efetivarem, não podemos dizer que São Pedro nada mudou já que os projetos foram

abandonados pela maior parte dos camponeses locais, mas também não podemos afirmar que caminhou para o desenvolvimento, pois as estratégias criadas se restringiram apenas ao setor produtivo, esbarrando em condições políticas e dificuldades sociais locais.

Ao fazermos estas análises, percebemos que é necessário observar os resultados das ações e projetos já desenvolvidos, para que não se fique caminhando em círculo, que é o que temos visto em São Pedro. Estratégias que não chegaram a alcançar adesão e impulsionar transformações profundas voltam a ser iniciadas sobre o nome de novos projetos, por isso é necessário se pensar na situação geral do meio rural de muitas comunidades na Amazônia, para dotá-las de condições reais de participação e inserção nos novos processos que vêm sendo desenvolvidos na região, sem o controle ou vontade das mesmas.

SÍNTESE CONCLUSIVA DO CAPÍTULO

A realização de projetos de desenvolvimento voltados para o meio rural, conforme apresentado neste capítulo, pela experiência de três deles na comunidade São Pedro, esbarra-se nas condições sociais locais. Por serem todos os projetos voltados para a agricultura, veem os problemas locais de forma isolada, como se o investimento setorial fosse o suficiente para suplantar as dificuldades de anos de falta de investimento. O que percebemos em *loco*, é que muito aquém do desenvolvimento almejado, as ações que se voltam simplesmente para a agricultura, desorganizam o modo de vida local, sem com isso trazer efetivamente uma mudança que melhore a situação pré-existente. Fato que tem se repetido em São Pedro, quando o período de um projeto termina e um novo é proposto, de forma a se esbarrar novamente nas mesmas limitações já vivenciadas. Situação que nos leva a efetivamente perceber que a orientação do desenvolvimento rural que tem impulsionado uma série de ações, restringe-se à atividade agrícola, fazendo com que uma comunidade viva as proposições dos projetos como ciclos que tendem, na maior parte das vezes, desorganizar o espaço local, sem com isso trazer grandes benefícios para a comunidade local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizamos nosso trabalho, tendo apresentado mais uma perspectiva sobre o camponês na Amazônia, tendo em vista as múltiplas formas que levam estes atores sociais a existirem e principalmente a resistirem neste espaço que, constantemente, vem sofrendo com as investidas do capital internacional. Como destacamos no primeiro capítulo, o campesinato na região se formou por diversos impulsos, desde a orientação do Estado para ocupação e controle regional, até como uma possibilidade para os camponeses de outras regiões manterem sua condição.

A incursão do capital, desde o século XVI, muito contribuiu para a diversificação do campesinato; assim, vimos desenvolverem-se várias atividades, como a coleta de drogas do sertão, extração de látex para a produção da borracha, colonização dirigida pelo Estado para ocupação regional até se chegar ao atual momento, século XX, quando a Amazônia se apresenta como um espaço rico para a expansão da atividade mineral. Todas estas atividades são marcadas pela confrontação com a realidade local, seja por meio de expropriações, seja por meio de reorganizações de seus modos de vida. Apresentamos que estas transformações levaram à diversificação do camponês, por ocorrerem em períodos históricos e espaços distintos. Assim, não podemos analisar o camponês na Amazônia como um ator social único e simplificado, uma vez que cada grupo social passou por processos diferentes em sua história.

Por tais considerações, remetemo-nos às considerações de Hébette, Maneschy e Magalhães (2002), quando afirmam que a Amazônia é um rico laboratório para a academia, por prestar uma riqueza em realidade, mostrando a presença do campesinato como continuidade e presença que aumenta a sociodiversidade local. Encontramos um grande número de trabalhos voltados para as análises sociais desta região que apontam não ser possível explicá-la de forma única, por isso foi preciso ater nossa discussão às especificidades encontradas. Fizemos aportes teóricos cuidadosos, não em enquadrar a realidade na teoria que nos acompanhou, mas sim em buscar as teorias que nos ajudassem a analisar e discutir os processos encontrados, para assim contribuir com o entendimento da diversidade sociocultural existente na Amazônia.

O entendimento e pesquisa respeitando a diversidade social presente na Amazônia, levou-nos à escolha teórica pelo campesinato, quando abordado em sua amplitude, conforme fazem alguns autores como Fabrini (2007), Wanderley (1985) e Hébette (2004) entre outros.

Considerando para isso o modo de vida camponês como uma totalidade que envolve atividades econômicas, formas de organização, prioridades e formas de pensar. Ao abordarmos o camponês desta maneira, chegamos à confirmação do que apontou Campos (2006), ao falar que a diversidade de apropriação da natureza responde pela heterogeneidade do camponês.

O capitalismo, ao se expandir, muda a realidade com a qual entra em contato, mas não homogeneiza os espaços; por isso, a própria expansão do capitalismo nos serve de base para compreender a diversificação e resistência do modo de vida camponês. Seria uma vaga simplificação, termos entrado em contato com a vivência local em Juruti e aqui defendermos que a mineração, maior expressão das atividades capitalistas de macroescala, ao se instalar no município, fez desaparecer o que aí se desenvolvia. Assim, não estaríamos compreendendo os moradores locais, seja de comunidades ou da sede municipal, como atores sociais, atuante e construtores de seu espaço, juntamente com as forças globalizantes que aí incidem.

Analisar a Amazônia, a partir do camponês, levou-nos a contribuir para tornar conhecida especificidade de alguns grupos sociais locais, conforme destacamos com Brandízio (2006), a invisibilidade social e econômica na qual vivem os pequenos produtores da Amazônia, ocorre pela maneira como são interpretados por nós. Por isso fizemos aqui um esforço analítico que nos levou a interpretar os camponeses da comunidade São Pedro, como um grupo que possui ação, vontade e também dificuldades e limitações. Destacamos, ao falarmos do camponês sua forma de organização social em comunidades, sua lógica produtiva voltada em primeiro plano para o atendimento das necessidades de sua família, bem como o tipo de trabalho realizado com base na mão de obra familiar. Mas sem com isso homogeneizar estes grupos sociais que historicamente se diferenciaram na região.

Ao apresentarmos o levantamento realizado em campo sobre a formação histórica da comunidade São Pedro, deparamos-nos com a falta de detalhes pela inexistência de registros escritos sobre a história local, mas também pudemos perceber em loco, a importância dos processos migratórios para a recriação do campesinato. Haja vista que as famílias que chegaram à comunidade, para lá se direcionaram pela possibilidade de aquisição de terras e novas oportunidades de vida, deixando clara a preferência pela vida no meio rural.

Os levantamentos nos fizeram refletir sobre a importância da família, como um fator responsável pela manutenção da aglomeração em um núcleo comunitário, bem como pelas tradições que marcavam o modo de vida dos camponeses locais. Isso reforça nosso

entendimento de que o campesinato vai além de uma simples atividade agrícola relacionada ao meio rural.

A primeira intervenção externa que apontamos em nosso trabalho veio com a criação do assentamento SOCÓ I, no ano de 1999, composto por 11 comunidades, incluindo a São Pedro, com o discurso de regularizar as terras por meio da titulação para facilitar a aquisição de créditos agrícolas e dar possibilidades de promover o desenvolvimento rural. Este tipo de estratégia é criticada por Guazirolí (2007), ao apontar que os problemas relacionados ao meio rural não podem ser resolvidos simplesmente com a oferta de créditos, pois isso levaria os agricultores mais facilmente ao endividamento do que ao discursado desenvolvimento. Apesar de não falar da realidade amazônica, o processo descrito pelo autor foi o que se expressou em realidade em São Pedro, onde nenhum agricultor consegue mais créditos por causa da situação de inadimplência do assentamento.

Destacamos esta questão para mostrar qual foi o tipo de intervenção que o Estado direcionou para São Pedro, antes da chegada da ALCOA. Após a chegada desta empresa mineradora, no início do século XXI a relação entre economia e espaço se transformou, por passar o local a ser valorizado a partir dos recursos minerais que possui. O espaço que antes da mineradora era um espaço relativamente distante e pouco expressivo para o capitalismo global, passa a ser aproximado dos interesses dos grandes empreendimentos. A lógica de reprodução do lugar, que era dominada pela dinâmica de vida da população jurutiense, passa a agregar, a seu desenrolar, as demandas de outros grupos sociais como migrantes, grupos econômicos como as novas empresas, que passam a dialogar na transformação e conformação de um novo espaço. Um espaço que atenda aos interesses do grande capital, que para isso se recria dentro do local, associando-se e transformando o modo de vida dos que viviam em Juruti, muito antes da chegada da mineradora.

Como uma forma de mediação das novas relações que compõem a dinâmica municipal, por exigências legais, passa a ser realizado o processo de licenciamento do empreendimento. Por meio deste processo que são exigidas várias ações para diminuição de impactos, entre elas as ações que atendem à melhoria das condições das populações rurais que sofrerão impactos negativos com a construção ou funcionamento do empreendimento. As ações que são definidas, ao menos em tese, voltam-se para a diminuição de impactos, e assim, a democratização do desenvolvimento no município.

Mas o que a experiência nos tem mostrado é que, muitas vezes, as ações criadas para atender às exigências legais, principalmente quando relacionadas à sociedade mais diretamente, possui um tempo pré-determinado relativamente curto, restrito a poucos anos. O projeto Pajiroba, primeiro desenvolvido na comunidade São Pedro, é uma prova disso. Cumpriu-se a exigência legal, por um período determinado, mas que muitas vezes não condiz com o tempo necessário para gerar uma transformação expressiva em décadas de tradição, promovendo mais uma desestruturação local do que uma efetiva melhora das condições de trabalho e vida no lugar.

O processo de licenciamento aparece como uma forma de controlar os impactos mediar as ações que se implantam com o discurso do desenvolvimento, em nosso trabalho, fizemos um esforço em discutir como esse desenvolvimento é entendido. Quando o Estado cria as condições para a inserção dos espaços na economia global, como ocorreu no município de Juruti, normalmente as decisões e estratégias vêm carregadas de valores externos do que se entende por desenvolvimento e pré julgam o local como o sinônimo do atraso. Por isso a economia passa a falar mais alto do que as condições sociais, um problema que há décadas é presente no Brasil, mas que muitas vezes não nos tem levado a aprender com as experiências passadas.

Temos que reconhecer os avanços que a legislação brasileira trouxe, principalmente a partir das exigências de licenciamento, mas também buscamos aqui demonstrar que o mero cumprimento destas exigências não é suficiente para resolver os problemas sociais advindos com um grande empreendimento minerador. A forma como têm sido elaborados alguns planos de ação, não apenas em Juruti, mas na Amazônia como um todo, tem atendido às exigências legais sem, contudo, contornar efetivamente os problemas causados, apresentando-se muitas vezes como ações paliativas de curto prazo.

Quando tratamos do meio rural de Juruti, esta colocação fica confirmada. O entendimento do desenvolvimento rural, expressa bem essa situação, quando observamos as ações práticas já implantadas. Os debates teóricos vêm avançando significativamente, conforme apresentamos no segundo capítulo, mas na prática, ainda temos as ações tradicionalmente pensadas para a agricultura, ou seja, para o meio rural como setor e não como um espaço (KAGEYAMA, 2004).

Acreditamos que nosso trabalho veio a somar com este tipo de discussão sobre o desenvolvimento rural, pois analisa as intervenções no meio rural, a partir de ações voltadas

apenas para as atividades econômicas aí realizadas. Tendo seus resultados limitados por problemas sociais frequentes, por dificuldades que aparecem em função, grande parte das vezes, pela falta de formação dos agricultores, que neste trabalho identificamos como camponeses pela realidade presenciada na comunidade São Pedro.

Esforçamo-nos em destacar a relação entre as diferentes escalas de interferência, relacionando interesses globais, por meio da mineração, estratégias nacionais como ocorreu pela própria criação do assentamento e fornecimento de crédito agrícola na comunidade, bem como as ações locais, que vão desde a organização comunitária anterior à ALCOA, até as articulações atuais por meio da associação local para o alcance de recursos e investimento no local. Assim, podemos perceber que são múltiplas as determinações que influenciam na organização e transformação do espaço em São Pedro.

Os três principais projetos desenvolvidos na comunidade São Pedro, o primeiro deles sob coordenação do ICE, mas como determinação do licenciamento ambiental da ALCOA, o segundo como iniciativa da associação de produtores da comunidade para alcançar recursos financeiros do FUNBIO, e o terceiro projeto de iniciativa da EMATER para implementação de um sistema de plantio diferenciado na comunidade, servem-nos de vitrine para que possamos avançar em nossas ações. Todos estes projetos apareceram como fórmula para o desenvolvimento do local, mas sempre esbarrando em problemas de relacionamento e de organização local.

O que vemos é uma repetição de ações que tem quase sempre o mesmo destino, a empolgação inicial e o abandono do projeto por problemas de organização na comunidade, permanecendo uma família apenas em cada iniciativa. Acreditamos que a experiência triplamente vivenciada na comunidade que pesquisamos é mais do que suficiente para percebermos os limites, em se tratar do meio rural como um setor econômico.

Conforme nos enfatiza Ortega (2008), é preciso criar nas comunidades uma cultura cooperativa, não apenas reunir um grupo para ações em conjunto. “Essa visão da capacidade organizativa da sociedade é fundamental para seu processo de desenvolvimento” (ORTEGA, 2008, p.44). O que pudemos verificar na comunidade São Pedro, principalmente pelo que expusemos no último capítulo, foi que os produtores rurais mantinham um modo de vida e organização voltado para a coletividade, um dos fatos que nos levou a analisá-los, a partir do conceito de camponês. A família e o grupo social que dividiam as mesmas condições de vida encontravam na coletividade uma estratégia de sobrevivência e reprodução. Com a inserção

dos projetos, a organização da comunidade foi transformada para dar origem à organização formal de uma associação, determinando cargos e funções que não ganharam a aceitação e reconhecimento local de todos, gerando assim conflitos que não eram comuns.

Não queremos, com nosso trabalho, defender que nunca deveriam ter sido desenvolvidos projetos na comunidade, ou nunca deveria ter-se estimulado a criação da organização formal dos camponeses que aí vivem. Pretendemos apenas discutir a forma como foram realizadas as ações, e observar os resultados alcançados, para mostrar que as estratégias de intervenção, passam os anos, mas continuam as mesmas, levando a resultados semelhantes que é o abandono dos projetos e o retorno ao modelo tradicional de organização da comunidade.

Uma fórmula de como seria a ação para realmente melhorar as condições sociais e econômicas em Juruti, principalmente quando se trata do meio rural, não existe. Mas a aprendizagem sobre as fórmulas já utilizadas que não alcançaram um efetivo resultado, talvez já seja um grande início para novas reflexões e estratégias para futuras intervenções.

Chegando ao fim deste trabalho, tendo consciência que não chegamos ao fim da discussão, retomamos a colocação de um importante geógrafo Santos (2004, p.146) ao explicar que “a cada novo acontecer, as coisas preexistentes mudam seu conteúdo e também mudam sua significação”. Esta afirmação nos leva a compreender que a comunidade São Pedro, após os projetos que apresentamos, não permanece a mesma de antes destes, de antes da mineração. Ela trilha por novos caminhos, seja pela aprendizagem dos camponeses que aprenderam novas técnicas de trabalho, seja pelo amadurecimento da associação local com o passar do tempo, seja pela vontade de se alcançar novos apoios às suas atividades. Assim, esperamos que as futuras ações tragam consigo o avanço das experiências já vividas e não fiquem a caminhar em círculos e limitando-se às mesmas questões. Que as novas ações venham imbuídas de uma compreensão do rural em complexidade, para agirem no espaço de forma geral e não apenas na economia local.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

AGUIAR, Audrey Merlin Leonardi de. *O desafio do associativismo na agricultura familiar: o caso dos produtores rurais feirantes do município de Pato Branco – PR*. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia Aplicada). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007.

ALCOA. *Mina de Juruti: desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Disponível em: http://www.alcoa.com/brazil/pt/custom_page/environment_juruti_fundo.asp . Acessado em: 17 out. 2012.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe*. São Paulo: UNESP, 2006.

ALVES, Adilson Francelino; GUIVANT, Júlia Silva. O que há além do endógeno e exógeno nas pesquisas sobre desenvolvimento rural? In: SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roseli Alves dos (orgs). *Geografia Agrária: território e desenvolvimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ARAÚJO, Ana Paula Correia; FACINCANI, Edna Maria. A construção geográfica do espaço: uma revisão teórica. In: OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino; BATISTA, Luís Carlos (orgs.). *Espaço e natureza: a produção do espaço sul-mato-grossense*. Campo Grande: UFMS, 2009.

ARAÚJO, Marlon Aurélio; BELO, Patrícia de Sales. Grandes projetos minerários e comunidades tradicionais na Amazônia: Impactos e perspectivas. *Revista Políticas Públicas*. São Luís, v.13, n. 2, p.265-277, jul./dez. 2009.

BARBIERI, José Carlos. Avaliação de impacto ambiental na legislação brasileira. *Revista de administração de empresas*. v.35, .2, p. 78-85, mar./abr. 1995.

BARRIOS, Sonia. A produção do espaço. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia (orgs.). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.

BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. *GEOUSP – Espaço e Tempo*. São Paulo, n. 14, p.107-117, 2003.

BRANDÍZIO, Eduardo S. Intensificação agrícola, identidade econômica e invisibilidade entre pequenos produtores rurais amazônicos: caboclos e colonos numa perspectiva comparada. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter. (orgs.) *Sociedades caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.

BRASIL. Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Ago. 1981

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. *Revista Lutas & resistências*. Londrina, v.1, p.146 – 62, set. 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (orgs.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CNEC (Consórcio Nacional de Engenheiros e Consultores). *Relatório de Impacto Ambiental que integrou o pedido de LP do empreendimento minerário da ALCOA, no município de Juruti*, 2005.

COELHO, Maria Célia Nunes. A polêmica ocupação dos sem terra na região de Carajás. In: XIMENES, Tereza (org.). *Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Amazônia 21*. Pará: UFPA, 1997.

COELHO, Maria Célia; MONTEIRO, Maurílio de Abreu (orgs.). *Mineração e reestruturação espacial na Amazônia*. Belém: NAEA, 2007.

COELHO, Maria Célia; MONTEIRO Maurílio de Abreu. Verticalização da produção e variedade de situações sociais no espaço funcional do alumínio nos baixos vales do Amazonas e Tocantins. *Revista Território*, Rio de Janeiro, n.11, ano VII, p.30-48, set/out 2003.

COSTA, Francisco de Assis. *Formação agropecuária da Amazônia: Desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: UFPA, NAEA, 2000.

CPT (Comissão Pastoral da Terra). *2010- conflitos por terra – parte II*. Disponível em: <<http://cptnacional.org.br/index.php?option=can-jdownload&Itemid=23&view=finish&cid=210&catid=38>> Acesso em: 24 mar. 2012.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. *Territorialização camponesa na várzea da Amazônia*. 2007, 274f. Tese (doutorado em Geografia). Programa de Pós graduação em Geografia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

EMBRAPA. Pesquisas com curauá dão suporte à indústria (14/12/2007). Disponível em: <http://www.cpatu.embrapa.br/noticias/2007/novembro/4a-semana/pesquisas-com-curaua-dao-suporte-a-industria>. Acessado em: out. 2012.

FABRINI, João Edmilson. A contradição como parâmetro de compreensão da existência camponesa. *GEOGRAFIA*. n.2, vol.13, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.geo.uel.br/revista>> Acesso em: 15 dez 2011.

_____. A resistência camponesa além dos movimentos sociais. *Revista NERA*. Presidente Prudente, ano 10, n.11, p.8-32, jul./dez. 2007.

FAVARETO, Arilson. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”. *Estudos Avançados*. v.24, p.299-319, São Paulo – USP, 2010.

FREITAS, Antônio Carlos Reis de. A crise ecológica dos sistemas de cultivo “corte e queima” na micro-região da Pré-Amazônia Maranhense. *Paper NAEA* 136, março de 2000.

GOMEZ, Jorge R. Montenegro. *Desenvolvimento em (des)construção*: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Tese (doutorado em geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

GVces. *Juruti sustentável*: uma proposta de modelo para o desenvolvimento local. São Paulo: GVces, ALCOA, FUNBIO, 2008

FGV. *Projeto Indicadores de Juruti*. São Paulo: FGV, GVces, ALCOA, 2009.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. 2ed. São Paulo: Contexto, 2005.

GOMES, Jorge R. Montenegro. *Desenvolvimento em (des)construção*: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Tese. Programa de pós graduação em Geografia da faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista: Presidente Prudente, 2006.

GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. *RER*. Rio de Janeiro, v.45, n.02, p.301-328, abr./jun. 2007.

GUZMÁN, Décio de Alencar. Índios misturados, caboclos e curibocas: análise histórica de um processo de mestiçagem, Rio Negro (Brasil), séculos XVIII e XIX. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter. (orgs.) *Sociedades caboclas Amazônicas*: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira*: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: v.IV, EDUFPA, 2004.

HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina. Contemporaneidade do campesinato na Amazônia Oriental. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (orgs.). *No rio, no mar e na fronteira*: faces do campesinato no Pará. Belém, EDUFPA, 2002.

HÉBETTE, Jean; ALVES, Juliete Miranda; QUINTELA, Rosangela da S. Parentesco, vizinhança e organização profissional na formação da fronteira pioneira amazônica. In: *Cruzando a fronteira*: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. v.IV. Belém: EDUFPA, 2004.

HÉBETTE, Jean; MOREIRA Edna Silva. A marcha do trabalhador do campo rumo à cidadania: domínio da terra e estrutura social no Pará. In: HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira*: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. v.IV. Belém: EDUFPA, 2004a.

HÉBETTE, Jean; MOREIRA Edna Silva. Situação social das áreas rurais amazônicas. In: HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. v.IV. Belém: EDUFPA, 2004b.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: ALVES, A.F, CORRIJO, B.R, CANDIOTTO, Z.P. (orgs) *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

HURTIENNE, Thomas. Agricultura familiar na Amazônia Oriental: uma comparação dos resultados da pesquisa socioeconômica sobre fronteiras agrárias sob condições históricas e agrícolas diversas. *Novos cadernos NAEA*. Belém, v.2, n.1. Dez. 1999.

IBGE. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br> Acesso em: 23 nov. 2011.

IBGE. Estimativas populacionais com data de referência em 01 de julho dos respectivos anos. Disponível em: <[FTP://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_Projecoes_Populacao/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_Projecoes_Populacao/)> Acesso em: 07 mar. 2012.

IBGE. IBGE Cidades@. Disponível em <<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=150390#>>>. Acessado em: Jan. 2013.

ICE. *Pajiroba um projeto de muitas mãos: Experiências de desenvolvimento comunitário no interior do Pará*. São Paulo, 2010.

ICE. *Relatório de Atividades do Instituto de Cidadania Empresarial*. [s.l.]: [s.ed], 2005.

ICE. *Relatório de Atividades do Instituto de Cidadania Empresarial*. [s.l.]: [s.ed], 2007.

ICE. *Relatório de Atividades do Instituto de Cidadania Empresarial*. [s.l.]: [s.ed], 2008.

INSTITUTO VITÓRIA RÉGIA. Relatório de atividades ano 2011. Disponível em: <<<http://www.youblisher.com.br/p.348288-Relatório>>> Acessado em: nov. 2012.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. In: *Cadernos de Ciências & Tecnologia*. Brasília, v.21, n.3, p.379-408. Set/dez 2004.

LOUREIRO, Violeta Refskalesky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)constituir. *Estudos Avançados*, 16(45), 2002.

MACEDO, Cátia Oliveira. *Diferenciação sócio-econômica e campesinato: o caso dos assentamentos Cristo Rei, Ubá e Rio Branco no Sudeste do Pará*. Tese (doutorado em Geografia). FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MANESCHY, Maria Cristina, MAIA, Maria Lúcia Sá, CONÇEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro. Associações rurais e associativismo no nordeste amazônico: uma relação nem sempre correspondida. In: *Novos cadernos NAE.*, v.11, nº1, p.85-100. Jun 2008.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 3ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Revista Tempo social*. Universidade de São Paulo, 8(1), p.25-70, mai. 1996.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Meio Século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. *Estudos Avançados* 19(53), 2005a.

_____. Mineração Industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. *Novos Cadernos NAEA*. Belém, v.8, n.1, p.141–187, jun. 2005b.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*. 15(41), 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A agricultura camponesa no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

ORTEGA, Antônio Cesar. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADS. In: *RER*. Rio de Janeiro, vol.45, n.02, p.275-300. Abr/jan 2007.

ORTEGA, Antônio Cesar, ALMEIDA FILHO, Niemeyer (orgs). *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas: Editora Alínea, 2007.

ORTEGA, Antônio Cesar; MENDONÇA, Nilton César. Estratégias de desenvolvimento territorial rural no Brasil: Continuidades e rupturas. In: ORTEGA, Antônio Cesar; ALMEIDA FILHO, Niemeyer (orgs). *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas: Editora Alínea, 2007.

PROJETO PAJIROBA. *Uma história de parcerias, mobilizações e aprendizados compartilhados: manual do produtor rural*. ICE. São Paulo: OBORÉ, 2010.

PARÁ, Governo do Estado. *Estatística Municipal de Juruti*. IDESP/SEPOF: Pará, 2011.

RAMALHO, Elcio. A folha amazônica que virou arte. In: Revista eletrônica *O Brasil Nativo*. 09/08/2005. Disponível em: <<http://www.rfi.fr/actubr/articles/068/article_124.asp>> Acessado em: out. 2012.

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001/1986 - Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA. - Data da legislação: 23 de janeiro de 1986 - Publicação DOU, p. 2548-2549 de 17 fev.1986.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas. *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras*. Tese (doutorado em história). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SABOURIN, Eric. *Camponeses no Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garramond, 2009.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. 4ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

_____. *Economia espacial*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

_____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roseli Alves dos. *Geografia agrária, território e desenvolvimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. *Revista TERRITÓRIO*. ano II, n.3, jul/dez 1997.

STEINBRENNER, Rosane; HURTIENNE, Thomas; POKORNY, Benno. Participação e comunicação: Dilemas e desafios ao desenvolvimento. In: CASTRO, Edna at al (org). *Atores sociais, trabalho e dinâmicas territoriais*. Belém: NAEA/UFPA, 2007.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. *GEOUSP: espaço e tempo*. São Paulo, n.29 – Especial, 2011.

VELHO, Otávio Guilherme A.C. O conceito de camponês e sua implicação à análise do meio rural brasileiro (1969). In: WELCH, Clifford A at al (org.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo, v.1: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

VELLOSO, Leônidas Pompeu Leão. *Empreendimentos econômicos e política ambiental na Amazônia: um estudo sobre os programas ambientais e a educação ambiental no contexto da mineração ALCOA no município de Juruti, Estado do Pará*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. NUMA, UFPA, Belém, 2010.

WANDERLEY, Luís Jardim de Moraes. As múltiplas relações espaciais de poder no espaço da mineração. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. *Anais*. USP, São Paulo, 2005.

_____. *Conflitos e movimentos sociais em área de mineração na Amazônia brasileira*. Dissertação (mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

_____. Deslocamento compulsório e estratégias empresariais em áreas de mineração: um olhar sobre a exploração de bauxita na Amazônia. *Revista IDEAS* (Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). v.3, n. especial, p.475-509, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, Norma. ¿ Una nueva ruralidad en America Latina?. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Argentina, 2001. Disponível em: <<[HTTP://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf)>> acessado em: jul. 2012.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: out.2003

_____. *O Camponês: um trabalhador para o capital*. In: *Caderno Dif. Tecnol.* Brasília, 2(1): 13-78, jan/abr, 1985.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro anual da ANPOCS. *Anais. GT17. Processos Sociais Agrários*. Caxambu – MG, out. 1996.